



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

**Critérios de Elegibilidade à Participação das Mulheres no Financiamento de Projectos
de Investigação Científica no Fundo Nacional de Investigação (2006-2020)**

Autora: Liesse Alberto Aissa

Supervisora: Prof^a Doutora Inês Raimundo

Maputo, Junho de 2024

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**Cr terios de Elegibilidade   Participa o das Mulheres no Financiamento de Projectos de
Investiga o Cient fica no Fundo Nacional de Investiga o (2008-2020)**

Disserta o apresentada para a obten o do grau de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento na Faculdade de Letras e Ci ncias Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.

Maputo, Junho de 2024

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Critérios de Elegibilidade à Participação das Mulheres no Financiamento de Projectos de Investigação Científica no Fundo Nacional de Investigação (2008-2020)

O(A) supervisor(a)

O presidente do júri

O oponente

Declaração

Eu, Liesse Alberto Aissa, declaro por minha honra que este trabalho nunca foi apresentado na sua essência para obtenção de qualquer grau acadêmico e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Liesse Alberto Aissa

Liesse Aissa

Dedicatória

O presente trabalho é dedicado ao meu filho **Enzoaldo Hifremo Mulabela**: *tinhas apenas dois (2) anos de vida quando decide voltar a estudar, deixava-te a dormir e assim te encontrava. Contigo entendi que ser mãe é ultrapassar limites, mas também estabelecê-los; é aceitar a desordem dos caminhos, mas também se esforçar para arrumá-los; é confiar na própria intuição, mesmo quando estiver confusa; é estar presente em todos os momentos, mesmo sentindo falta de si mesma; é amar com tudo em todos os momentos.*

Agradecimentos

Tudo na vida tem uma história. Este trabalho levou muito tempo até este estágio. O adiamento de outros planos e afazeres valeu a pena, pois não estava sozinha, muitos compartilharam comigo as aflições, experiências e desafios. A estas pessoas quero agradecer. Agradeço a Allah pelo dom da vida, minha existência e privilégio de aprender, pela vida do meu filho Enzoaldo Mulabela, da minha mãe Helena Adamugi e da minha irmã Sara Agostinho.

Agradeço a toda família Aldo e Adamugi, em especial a nossa mãe Margarida Adamugi Talapa, pela disposição e apoio: és e sempre serás a dona do meu coração, meu exemplo de vida, mas acima de tudo aquela que sempre me amou, cuidou e acarinhou. Jazakallah khair

Um agradecimento muito especial à minha supervisora Prof^a Doutora Inês Raimundo, que sempre acreditou em mim. Agradeço pela orientação exemplar, baseada num elevado e rigoroso nível científico, um interesse permanente e fecundo, uma visão crítica e oportuna, um empenho incedível e saudavelmente exigente.

Agradeço, de igual forma, ao Prof. Doutor Samuel Quive pelo apoio incondicional, pelos conselhos oportunos. Ainda na Faculdade de Letras e Ciências Sociais na UEM, agradeço aos Profs. Doutores Orlando Nipassa, Baltazar Muianga, Elena Colonna, Rehana Capurchande e aos Senhores Isaías Mangue e Denise Daúde do sector financeiro da FLCs.

Quero expressar a minha sincera gratidão ao meu Amor Cláudio Juízo, que sempre me apoiou e incentivou incansavelmente durante toda a minha jornada na elaboração desta dissertação.

Obrigado ao meu amigo Maquiavel por me ter honrado com o seu apoio, dedicação, lealdade e confiança que depositou em mim e, acima de tudo, pelos conselhos preciosos, competência, total disponibilidade e encorajamento. Agradeço aos meus eternos padrinhos, Octávio de Jesus e Victória de Jesus, os únicos incentivadores e responsáveis na escolha do curso. Vocês são a maior prova de que Deus existe.

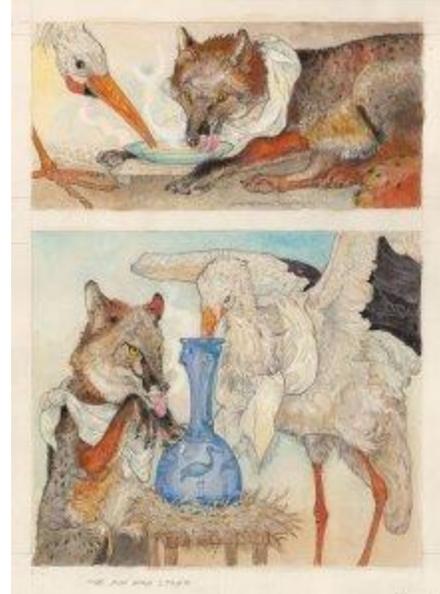
Expresso a minha gratidão aos meus colegas do curso Dércio Machavate, Castro Mpepe, Margarida Chaisse, Sandra Mapilele e Mateus Mosse pela amizade, generosidade e incentivo.

O meu profundo e sentido agradecimento vai a todo pessoal, das instituições, em especial as mulheres que me receberam e apoiaram na concretização desta dissertação.

Epígrafe

A raposa e a cegonha Moral

Um dia, a raposa convidou a cegonha para jantar. Querendo pregar uma peça na outra, serviu sopa num prato raso. Claro que a raposa tomou toda a sua sopa sem o menor problema, mas a pobre cegonha, com seu bico comprido, mal pôde tomar uma gota. O resultado foi que a cegonha voltou para casa morrendo de fome. A raposa fingiu que estava preocupada, perguntou se a sopa não estava do gosto da cegonha, mas a cegonha não disse nada. Quando foi embora, agradeceu muito a gentileza da raposa e disse que fazia questão de retribuir o jantar no dia seguinte.



Assim que chegou, a raposa se sentou lambendo os beiços de fome, curiosa para ver as delícias que a outra ia servir. O jantar veio para a mesa numa jarra alta, de gargalo estreito, onde a cegonha podia beber sem o menor problema. A raposa, amoladíssima, só teve uma saída: lambe as gotinhas de sopa que escorriam pelo lado de fora da jarra. Ela aprendeu muito bem a lição. Enquanto ia andando para casa, faminta, pensava: – Não posso reclamar da cegonha. Ela me tratou mal, mas fui grosseira com ela primeiro.

MORAL DA HISTÓRIA: trate os outros tal como deseja ser tratado.

Fábulas de Esopo (1994)

Índice de tabelas e gráficos

Gráfico 2: Distribuição dos números de projectos financiados pelo FNI por género.....	13
Tabela 1: Tabela 1: dados sócio-demográficas das participantes da pesquisa.....	36
Tabela 2: Critérios primários de avaliação técnico-científica para projectos de investigação.....	37
Tabela 3: Distribuição dos números de projectos submetidos por ano.....	45

Índice

Introdução	1
Capítulo I. Revisão da literatura	5
1.1. Estudos sobre a participação da mulher na produção científica.....	5
1.2. Problema de pesquisa.....	12
1.3. Objectivos da pesquisa.....	15
1.3.1. Geral	15
1.3.2. Específicos.....	15
1.4. Hipótese de pesquisa	15
Capítulo II. Enquadramento teórico e conceptual.....	16
2. Teoria de base.....	16
Capítulo III. Metodologia	25
3.1. Tipo de pesquisa.....	25
3.2. Método de abordagem.....	26
3.3. Local e período de estudo.....	26
3.3.1. Local de estudo (unidade de análise).....	26
3.3.2. Período de estudo.....	27
3.4. Técnicas de recolha de dados	27
3.4.1. Entrevista directiva	27
3.4.2. Levantamento documental.....	29
3.4.3. Observação Workshop.....	30
3.5. Universo e amostragem da pesquisa	31
3.5.1. Universo de pesquisa.....	31
3.5.2. Amostragem e selecção dos participantes	32

3.6. Técnica e instrumento de interpretação dos dados.....	33
3.7. Constrangimentos do estudo	34
3.8. Questões éticas	34
Capítulo IV. Apresentação dos resultados	36
4.1. Perfil sócio-demográfico das mulheres entrevistadas	36
4.2. Definição e aplicação dos critérios de elegibilidade ao financiamento	37
4.2.1. Definição dos critérios de elegibilidade	37
4.2.2. Aplicação dos critérios de elegibilidade.....	43
4.3. Participação desigual da mulher no financiamento.....	45
4.3.1. Participação feminina no financiamento do FNI na perspectiva institucional	46
4.3.2. Participação da mulher ao nível de outras instituições nacionais.....	51
4.3.3. Participação feminina a partir da perspectiva da mulher.....	54
4.4. Representações sobre a mulher na participação ao financiamento	65
4.4.1. Estereótipos e ambivalências a partir das lentes institucionais	65
4.4.2. Representações sobre as mulher partir das lentes femininas	72
4.5. Barreiras impostas ao financiamento de projectos femininos	77
4.5.2. Reconhecer e superar barreiras para participação	88
Considerações finais	96
Referências bibliográficas.....	100
Apêndices.....	106

Resumo

No seio do debate acerca da participação da mulher na produção científica, realizou-se este estudo com o objectivo de compreender a contribuição dos critérios de elegibilidade para a participação desigual das mulheres no financiamento de projectos de investigação pelo Fundo Nacional de Investigação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa cujos dados foram produzidos por meio do levantamento documental, da observação directa e de entrevistas directivas, administradas junto de 9 mulheres concorrentes ao financiamento desse fundo desde 2006 até 2020, 3 representantes do Fundo Nacional de Investigação, 3 funcionários de instituições do ensino superior e de financiamento de bolsas de estudos e 31 participantes de um *workshop* sobre a promoção da carreira académica feminina, realizado no país durante o mês de Dezembro de 2021. Constata-se que os critérios de elegibilidade incidem sobre as capacidades e habilidades técnicas e de gestão dos concorrentes ao financiamento e são aplicados em quatro etapas subsequentes, nomeadamente: a triagem administrativa, avaliação ética, avaliação técnico-científica e homologação. Verificou-se uma reprodução do fosso entre a participação feminina e masculina no financiamento durante o período entre em 2006 e 2020, bem como uma concentração do financiamento de projectos femininos nas áreas das ciências sociais, produtivas, e das engenharias e ciências de tecnologias. As representações institucionais sobre as mulheres concorrentes são caracterizadas por estereótipos e ambivalências, sendo que algumas entrevistadas reproduzem-nas e outras criticam-nas por as mulheres serem percebidas como incapazes e irresponsáveis. No seu percurso académico e profissional no âmbito da investigação científica, as mulheres enfrentam barreiras socioculturais assentes no patriarcado e académicas para alcançar maior participação no financiamento de projectos. Conclui-se que o facto de se ignorar os condicionamentos socioculturais inerentes à posição da mulher na sociedade, os critérios de elegibilidade e sua aplicação acabam por contribuir para a fraca participação feminina no financiamento de projectos de investigação no Fundo Nacional de Investigação.

Palavras-chaves: *Género; Representação social; Participação; Investigação científica; Financiamento.*

Abstract

Within the discussions about women's participation in scientific production, this study was carried out aiming to understand the contribution of the eligibility criteria to the unequal participation of women in funding research projects by the National Research Fund. This is a qualitative research whose data were produced through documental survey, direct observation and direct interviews, administered with 9 women competing for the financing of that fund from 2006 to 2020, 3 representatives of the National Research Fund, 3 employees of institutions of the higher education and from funding of scholarships and 31 participants in a *workshop* about the promotion of female academic careers in the country. It appears that the eligibility criteria focus on the capacities and technical and management skills of applicants for funding and are applied in four subsequent stages, namely: administrative screening, ethical assessment, technical-scientific assessment and homologation. There was a reproduction of the gap between female and male participation in funding during the period between 2006 and 2020, as well as a concentration of funding for women's projects in the areas of social and productive sciences, engineering and technology sciences. Institutional representations of competing women are characterized by stereotypes and ambivalences, with some interviewees reproducing them and others criticizing them because women are perceived as incapable and irresponsible. In their academic and professional path in the field of scientific research, women face socio-cultural barriers based on patriarchy and academics to achieve greater participation in project funding. It is concluded that the fact of ignoring the socio-cultural constraints inherent to the position of women in society, the eligibility criteria and their application end up contributing to the weak female participation in the funding of research projects at the National Research Fund.

Keywords: *Gender; Social representation; Participation; Scientific investigation; Funding*

Abreviaturas

ANPAD	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
ANPCONT	Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis
CA	Conselho Administrativo
CC	Conselho Científico
C&T	Ciência e Tecnologia
CV	Curriculum Vitae
ES	Ensino Superior
ECTI	Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação em Moçambique
EnANPAD	Eventos dos Encontros da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
FDI	Fundo do Desenvolvimento Institucional
FNI	Fundo Nacional de Investigação
IES	Instituições de Ensino Superior
ISCED	Instituto Superior de Ciências e Educação à Distância
IBE	Instituto de Bolsas de Estudos
IIA	Instituto de Investigação Agrária
I&DE	Investigação Científica e Desenvolvimento Experimental
ISUTC	Instituto Superior de Telecomunicações
ISPM	Instituto Superior Politécnico de Manica
MNPF	Manual de Normas e Procedimentos para o Financiamento aos Projectos
MCTES	Ministério de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MISAU	Ministério da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultural
OACT	Noutras Actividades Científicas
PGN	Política de Género Nacional
QDA	<i>Qualitative Data Analyze</i>

STEM	Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática
UCM	Universidade Católica
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UP	Universidade Pedagógica

Introdução

Inserimos este estudo na temática do género nas sociedades contemporâneas especificando o seu objecto de estudo no âmbito da participação da mulher no financiamento de projectos de investigação. Trata-se de um empreendimento levado a cabo num contexto moçambicano em que se encontram várias instituições como o Fundo Nacional de Investigação (FNI) viradas para o financiamento de projectos de investigação com finalidade, dentre outras, de estimular a produção científica nas diversas áreas de saber.

O FNI é uma instituição financeira que assume como sua missão promover a investigação científica e desenvolvimento tecnológico. É com referência na Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação em Moçambique (ECTI) que o FNI faz a gestão técnica e financeira de projectos de investigação de acordo com as suas áreas prioritárias, disponibilizando financiamento a uma variedade de concorrentes independentemente das suas diferenças. O financiamento à investigação científica é um fenómeno inserido num contexto ainda maior, no qual se reproduz o debate acerca da igualdade de género na ciência do ponto de vista da participação da mulher na produção científica.

Isabel e Andrade (2007) afirmam que a reflexão sobre as relações de género ganhou eco mundialmente num momento particular para as ciências sociais e humanas entre os anos 60 e 80. As autoras afirmam que esse período coincidiu com o ressurgimento do movimento feminista nos anos 60, que ganhou novo fôlego no contexto da deslocação ideológica e da perda de perspectivas de interpretação do mundo tornando evidente a necessidade de repensar os paradigmas dominantes no sentido de melhor compreender a realidade circundante para transformá-la.

A necessidade de compreender o mundo a partir de novos paradigmas representou uma oportunidade para as mulheres inserirem-se mais na produção científica. Barbieri (1991) afirma que as mulheres forçaram revisões nas ciências sociais e humanas e dos seus postulados introduzindo objectos a partir de recortes da realidade empírica, o que favoreceu a formulação de hipóteses e teorias mais próximas da realidade. Neste contexto, a efervescência de disciplinas como história, antropologia, psicologia, filosofia, linguística, alimentaram as inquietações

feministas que introduziram temas como relações e diferenças, masculino e feminino, poder e hierarquia, e tantos outros que compõem o léxico das reflexões sobre o género.

Claramente, como era de esperar, a introdução de temas relacionados com a questão do género nas ciências sociais possibilitou as mulheres realizarem esforços para compreender a sua própria situação dentro da produção científica denunciando, por exemplo, as desigualdades de acesso a oportunidades de formação académica e ao financiamento para investigação científica (Ruivo, 1986). O facto de existirem mulheres, nas Instituições de Ensino Superior (IES) e nos centros de pesquisa, a fazer publicações científicas e a liderar pesquisas científicas aos níveis internacional e nacional significa, inequivocamente, que muito foi conquistado até então. No entanto, como afirmam Lino e Mayonga (2016), os desafios ainda continuam, uma vez que, a participação das mulheres continua ainda inferior em relação a dos homens.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultural (UNESCO 2018) afirma que existem, no mundo todo, mulheres devidamente qualificadas academicamente e profissionalmente que se dedicam à investigação em várias áreas, todavia ainda se encontram numa situação de desvantagem numérica em comparação com os homens, mesmo que esforços estejam a ser levados a cabo para corrigir esse fosso. É neste sentido que essa organização recomenda aos países membros a dobrarem os esforços no sentido de não apenas abrirem as portas à maior participação da mulher na ciência, mas também de realizarem acções concretas de promoção da carreira académica feminina desde a base até o topo, pois a sociedade ainda está repleta de barreiras que se impõem à progressão da mulher.

A abertura do FNI à maior concorrência de mulheres ao financiamento da investigação científica reflecte uma das formas de materialização desse esforço no contexto moçambicano. No entanto, reconhecendo a sua insuficiência para superar os desníveis numéricos entre mulheres e homens, esse fundo adoptou, em 2016, a Estratégia de Género na qual afirma, como *slogan*, “Encorajar as mulheres a participar mais na área da investigação científica em Moçambique”. Neste documento, estão definidas acções que devem consistir no estabelecimento de uma rede de relações intra-institucionais envolvendo instituições de ensino e de pesquisa, de modo a promover a formação académica de mulheres aumentando assim o seu potencial para aderir ao financiamento do fundo (FNI, 2016).

Estudos na área do género crescem em paralelo com as conquistas femininas e com os desafios enfrentados para a participação da mulher nos vários domínios da sociedade nos quais os homens continuam ainda privilegiados. É observável no país que as mulheres estão mais avançadas nalguns domínios em termos de integração e participação em detrimento de outros, sendo o científico e da pesquisa científica um exemplo da prevalência de um relativo atraso. O acesso ao financiamento do FNI é um caso exemplar, em que, só para se ter uma ideia, dados mostram que em 2020 apenas um projecto de investigação feminino foi financiado contra cinco projectos masculinos (vide gráfico 1).

A constatação da prevalência de disparidades no acesso ao fundo no FNI suscitou interesse pelo estudo da produção científica na perspectiva do género aprofundando os factores sociais que entravam a maior participação da mulher no acesso ao financiamento para investigação científica. Um empreendimento neste sentido se revelou importante, na medida em que faz cruzar reflexões sobre a disparidade entre homem e mulher no na produção científica, enquanto uma realidade *sui generis*¹, isto é, que se manifesta em todas as sociedades – ou em maior parte delas. Com o olhar focado na experiência moçambicana, é possível arrolar aspectos particulares e contextuais que enriquecem a discussão internacional em curso como é o caso das representações sobre a mulher, suas capacidades, sua posição na sociedade moçambicana.

Ao nível do contexto nacional, este estudo é uma oportunidade para uma reflexão crítica sobre alguns instrumentos adoptados com vista a promover da carreira académica e científica da mulher como é o caso da Estratégia de Género do FNI, demonstrando o sentido que a sua implementação está a assumir em termos práticos. Os resultados deste estudo abrem espaços para que tomadores de decisão possam, se for o caso, redefinir suas estratégias, bem como suas acções considerando que ainda prevalecerem disparidades entre a mulher e o homem no acesso ao financiamento à investigação científica não obstante os esforços até então levados a cabo.

Foi neste sentido que, no âmbito do financiamento a projectos de investigação científica no FNI, interessamo-nos por problematizar os critérios de elegibilidade dos concorrentes a esse fundo com foco para as experiências de participação feminina. Este empreendimento passa por atentarmos igualmente para as barreiras e facilidades que as mulheres encontram para aceder a esse financiamento. Para enquadrarmos todos esses e outros aspectos num único quadro

¹ Aplica-se aqui a generalidade enquanto uma das propriedades do facto social na perspectiva de Durkheim (1972).

compreensivo, pautámos por adoptar uma problemática da sociologia geral, especificamente construtivista-estruturalista, complementada com algumas contribuições teóricas da sociologia da organização. Levantámos as questões de género do ponto de vista conceptual.

O construtivismo-estruturalista de Bourdieu (1992, 2005) abre espaço para olharmos para a participação da mulher no financiamento como um processo de inserção institucional, no qual se dá o encontro entre as condições sociais de origem e os condicionamentos estruturais e institucionais com base nos quais aquelas (condições) podem ter os seus efeitos limitados e/ou impedidos de manifestação ou, simplesmente, reproduzidos. Esta perspectiva implica considerarmos os participantes da pesquisa como agentes que se encontram inseridos numa estrutura, em que ocupam posições desiguais em função das quais interagem por meio da mobilização e implementação de recursos com vista a satisfação dos seus interesses.

Privilegiamos uma pesquisa qualitativa, embora tenhamos também recorrido a dados quantitativos. Esta abordagem, na medida em que possibilita compreender o fenómeno social do ponto de vista das suas dinâmicas processuais dentro dos vários contextos de manifestação (Goldenberg, 2014), ofereceu-nos elementos para olharmos para os critérios de elegibilidade ao financiamento como um processo dinâmico do prisma do cruzamento entre os condicionamentos estruturais e os sentidos atribuídos pelos indivíduos.

Organizamos este trabalho em 4 capítulos. Sem ser um capítulo, apresentamos esta introdução que contem a apresentação e justificativa do tema, e a síntese das restantes partes do trabalho. No primeiro capítulo, trazemos o estado de arte, o problema de pesquisa, os objectivos e as hipóteses de pesquisa. No segundo apresentamos o enquanto teórico-conceptual. No terceiro apresentamos os métodos, técnicas, instrumentos e procedimentos de pesquisa. No quarto trazemos a análise, interpretação e discussão dos principais resultados. Por fim, sem ser um capítulo apresentamos as principais conclusões do trabalho e as referências bibliográficas.

Capítulo I. Revisão da literatura

Nesta revisão de literatura apresentamos estudos que considerámos relevantes, realizados em torno da participação da mulher na produção científica. Com base nestes estudos, trazemos a problemática, o problema de pesquisa para o qual definimos os objectivos e a sua respectiva hipótese de pesquisa.

1.1. Estudos sobre a participação da mulher na produção científica

Assumimos como elegíveis estudos que aprofundaram a relação entre a mulher e a produção científica, bem como e a liderança feminina em projectos tanto de investigação quanto, por extensão, de intervenção social. Iniciamos com estudos realizados internacionalmente para finalizarmos com estudos nacionais.

Ruivo (1986) realizou um estudo no contexto português no qual aponta para um cenário em que a participação da mulher na Investigação Científica e Desenvolvimento Experimental (I&DE) é de 30% e em Outras Actividades Científicas (OACT) é de 45%, o que revela que a representação feminina na investigação científica está abaixo da sua representação em outras actividades. Não obstante essa percentagem ser elevada quando comparada com outros contextos nacionais – México era de 20,8% em 1974; na Argentina era de 24,7% em 1976 –, a situação portuguesa é vista ainda como crítica.

De acordo com o estudo supracitado, as tendências observadas ao longo dos anos revelam uma inserção desigual da mulher em diferentes sectores, sendo que o nível de doutoramento tem apresentado maior progressão em termos de representação feminina em comparação com outros sectores como o das estruturas da produção de conhecimento científico, do acesso à profissionalização da criatividade e da inovação, entre outros. Isto significa que a participação da mulher na investigação científica evolui em Portugal a ritmos bastante lentos. Ruivo (1986) entende que se pode estar a assistir a preferência da mulher pela inserção cada vez mais na qualificação académica e profissional.

Denuncia-se a fraca progressão da mulher em termos de participação na produção científica, no entanto não se chega a arrolar os factores que podem estar a influenciar para que a realidade

assuma esse sentido. Os achados de Ruivo (1986) foram igualmente constatados por Santos, Figueiredo, e Hage (s.d), que embora tenham realizado seu estudo no contexto brasileiro, também destacaram a exclusão da mulher do meio científico apontando para a invisibilidade da mulher na produção científica, apesar de reconhecerem o relativo crescimento da participação feminina nesse âmbito. Isto é, tanto Ruivo (1986) quanto Santos et al (s.d) constata e denunciam que a mulher vê a sua situações de exclusão do meio científicos reproduzir-se continuamente.

De acordo com Santos et al. (s.d), determinantes históricos, culturais e sociais são factores prevaletentes e influentes para a exclusão da mulher. Em termos de tendência, é argumento que esses factores estão a ser progressivamente desconstruídos e superados, o que possibilita visualizar um tempo futuro em que a representação da mulher na produção científica estará a níveis mais elevados. Esta conclusão reflecte um dos dois postulados assumidos de forma tendencialmente consensual em análises viradas para a participação da mulher na ciência.

Tem sido um postulado básico que a mulher começa a conquistar espaço e a vivenciar progressão na participação na produção científica. O outro é que, não obstante, ela continua em desvantagem em relação ao homem. Lino e Mayonga (2016) partilham esses dois pressupostos no seu artigo acerca da participação da mulher na ciência moderna incidindo sobre as relações de poder e a representatividade feminina. Este artigo constata que as mulheres têm hoje alguma representatividade nas IES. Este cenário é também caracterizado por uma territorialidade baseada no género, pois as mulheres convergem para as áreas das humanidades e letras, o que é associado ao afastamento dos homens dessas áreas devido a factores como a precarização das condições de trabalho, a baixa remuneração, o desprestígio de carreira, entre outros repelentes.

Lino e Mayonga (2016) afirmam que a maior inserção da mulher na produção científica ocorre em proporção inversa com a ocupação de posições de liderança nos grupos de pesquisa, o que revela a sua subordinação à liderança masculina. Esta tendência reflecte, continuam os autores, o hiato existente entre o público e privado com base no qual a mulher é desqualificada para liderança por ser reduzida aos papéis desempenhados na família como o da maternidade às características internalizadas como femininas com destaque para afectividade, fragilidade, passividade.

Desta forma, “toda a reflexão caminha para o fortalecimento da existência de marcas machistas na ciência.” (*Ibidem*, p. 104) É neste sentido que os autores inferem que no longo caminho ainda por percorrer, a crescente participação da mulher na ciência arrasta consigo problemas de igualdade de acesso ao Ensino Superior (ES) e ingresso na carreira científica.

Ainda do contexto brasileiro, citamos o estudo de Oliveira, Mello, e Rigolin (2020), que analisaram a participação feminina na pesquisa sobre tecnologia de informação, com foco para teses e dissertações. Os autores apresentam um estudo que aponta para a masculinização dos grupos de estudo em termos de liderança e de número de participantes nesses grupos. Isto significa que os homens estão em maior representatividade em relação às mulheres, sendo que estas últimas estão tendencialmente reduzidas às posições de técnicas com exigências de títulos apenas de ensino médio. Poucas mulheres possuem o nível de pós-graduação, que não tem muita influência para a sua ascensão às posições de liderança.

Quanto ao acesso a oportunidades, Oliveira et al. (2020), reforçando a ideia de assimetrias entre homens e mulheres, afirmam que os primeiros se têm beneficiado de mais bolsas de estudo em comparação com as mulheres, cujas bolsas das quais são mais beneficiárias concentram-se em funções de apoio técnico e nas áreas de desenvolvimento tecnológico e extensão, isto é, que não são da elite. Vale a pena apontar que para além da maior liderança masculina, os homens estão em maior número nos poucos grupos de pesquisa liderados por mulheres. Conclusivamente, os autores reafirmam a segregação vertical e horizontal de mulheres em pesquisas de tecnologias de informação estando ainda em grande desvantagem em relação aos homens.

A questão colocada por Rezende e Quirino (2017) (Porque tão poucas mulheres?) reflecte o seu argumento de base no seu estudo sobre a inserção das mulheres nas áreas de Ciência e Tecnologia (C&T) perante o seu maior acesso às universidades. A partir da análise das diferenças salariais e laborais, da subordinação das mulheres às tarefas de menor prestígio e poder, da menor presença feminina em posições de tomada de decisão, os autores verificam que existe um conjunto de instrumentos legais e formais que defendem a promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulher com base nas suas qualidades profissionais e académicas. Não obstante, ainda se depara com a reprodução da discriminação da mulher no acesso à comunidade científica e na sua participação nas áreas de C&T.

De acordo com Rezende e Quirino (2017), outro aspecto que se evidencia é a concentração das mulheres em algumas áreas e sua sub-representação em outras confirmando os resultados alcançados por Oliveira et al. (2020), que apontam para a segregação vertical e horizontal das mulheres. Em termos de factores associados à baixa representatividade e à ascensão das mulheres a posições de prestígio, destacam-se os factores históricos e socioculturais que limitam a sua actuação académico-profissional, bem como a persistência da divisão desigual do trabalho doméstico que entrava o desenvolvimento feminino (Rezende & Quirino, 2017). Desta forma, as autoras denunciam a reprodução da dicotomia entre o privado feminizado e o público masculinizado como factor determinante, cuja reprodução condiciona a representação feminina na produção científica.

No mesmo sentido que os estudos anteriores, Gomes, Corrêa, e Domingos (2010) analisaram a participação feminina na produção científica em contabilidade partindo da constatação de que as publicações das mulheres cresceram nos Anais dos Eventos dos Encontros da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), sendo que dentre 755 estudos publicados por mulheres, em apenas 97 as autoras são exclusivamente mulheres e os restantes 658 são de autoria mista, isto é, de homens e mulheres. Como estes dados ilustram, as publicações apenas das mulheres estão ainda em número reduzido, revelando que a participação masculina continua a ser predominante.

Gomes et al. (2010) apontam ainda que depois de um crescimento significativo na participação da mulher na produção e publicação científicas em contabilidade, nos últimos anos assinalou-se uma queda tendo ocorrido eventos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) nos quais as mulheres tiveram baixa representação em comparação com os encontros da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT) nos quais o crescimento da participação feminina não passou despercebidamente. Lamentavelmente, este estudo não estende à sua análise para os factores que determinam esse crescimento diferenciado da presença das mulheres em encontros de contabilidade organizados por diferentes associações.

Com um olhar mais virado para o futuro, Alves (s.d) analisa os desafios enfrentados por mulheres e suas perspectivas na ciência com foco para a discriminação que elas sofrem na sociedade, associada especificamente à sua redução ao espaço doméstico. Este artigo constata

que tanto nas posições académicas, quanto nas de docente prevalece a divisão sexual do trabalho levando à concentração de docentes do sexo feminino nos cursos de licenciatura, e do sexo masculino, nos cargos mais altos de gestão, de cientista e/ou de pesquisador. Todavia, não se pode fechar os olhos ao aumento da escolaridade e crescimento da inserção feminina que vem se traduzindo em novas oportunidades para a participação da mulher no campo científico.

Repete-se assim o argumento dos estudos segundo o qual as mulheres estão a conquistar novos espaços e a ter novas oportunidades de participação na ciência, apesar de ainda enfrentarem obstáculos que ameaçam desacelerar esse processo. Alves (s.d) infere que esses obstáculos não estão, de forma alguma, vinculados à incapacidade intelectual, pelo contrário, reflectem uma sociedade ainda estruturada de acordo com as desigualdades de género, resultantes de relações sociais e de poder construídas para determinar, diferenciar e hierarquizar espaços masculinos e femininos, geralmente associados aos espaços público e privado, respectivamente. Consequentemente, as mulheres continuam sendo representadas como incapazes de ocupar posições de elite no campo científico.

Não existem grandes diferenças entre os estudos expostos no que concerne à representatividade da mulher na produção científica, às tendências dos últimos anos da participação feminina e aos obstáculos ainda impostos, apesar das especificidades de cada análise. Olhando para estudos referentes à gestão de projectos de intervenção social, os resultados reflectem uma relativa semelhança com foco para as habilidades e capacidades femininas aplicadas nesses projectos como demonstramos nos estudos realizados por Vasconcelos e Miranda (2012) e Gonçalves e Barbosa (2016).

Vasconcelos e Miranda (2021) analisaram a actuação das mulheres no projectos de intervenção partindo do princípio segundo o qual as mesmas possuem um potencial de gerar mudanças na sociedade por meio do seu poder de governação que iniciou no espaço doméstico e foi sendo aprimorado e expandido para o domínio dos empreendedores, no espaço público. As autoras afirmam que factores como crença da pouca lucratividade da gestão feminina e estereótipos desclassificam e desvalorizam as capacidades e habilidades das mulheres na realização de negócios, o que é contrariado por casos de mulheres cujos perfis revelam criatividade e talentos da mulher de gerar escalas e lucros elevadas de produção.

Nessa ordem de ideias, Vasconcelos e Miranda (2021) apontam para uma realidade em que as mulheres aumentam a sua rede de apoio criando fontes próprias de financiamento e alcançando grandes resultados, apesar de, nesse percurso, depararem-se com obstáculos contra os quais opõem uma postura de resistência e resiliência. Esse esforço feminino ocorre numa sociedade brasileira na qual as desigualdades, resultantes de um modelo de governança ineficaz e filosofia de democracia paradoxalmente excludente, deixam ainda suas marcas. Neste mesmo contexto, as mulheres encontram tanto oportunidades para demonstrar as suas capacidades e habilidades para a resolução e superação de problemas, quanto desafios e obstáculos que ameaçam o seu sucesso.

De acordo com a perspectiva dos resultados deste último estudo, as habilidades que definem o perfil da mulher no domínio privado mais do que serem reduzidas ou limitadas, são recursos com elevado potencial para gerar mudanças, o que torna relevante a sua valorização no espaço público, especificamente no âmbito dos projectos sociais. Resultados relativamente diferentes foram encontrados por Gonçalves e Barbosa (2016) no seu estudo sobre as percepções da influência do género no gerenciamento de projectos de *software*. Estes autores trabalharam com mulheres gerentes de projectos e verificaram que as suas percepções remetem à existência de características relacionadas com as diferenças de género no que concerne às habilidades, às competências e ao bem-estar da equipa das mulheres gerentes de projecto.

Neste sentido, Gonçalves e Barbosa (2016) afirmam que a influência das percepções sobre as características relacionadas com o género que as mulheres gerentes possuem sobre si mesmas não assume sentido único. Isto significa que podem influenciar positivamente na sua actuação, bem como negativamente dependendo das habilidades e competências que elas irão usar para conduzir a sua equipa de trabalho e para construir o seu relacionamento interpessoal com os recursos e com os clientes. Desta forma, uma condução equilibrada pode gerar, concluem os autores, bons resultados alcançando reconhecimento no que tange à gerência de projectos. Trata-se de reconhecer, diferente do que concluíram Vasconcelos e Miranda (2021), que as competências e habilidades não possuem em si efeitos positivos ou negativos, antes dependem das capacidades das mulheres de usá-las como recursos na condução da sua actuação enquanto líderes de projectos.

O cenário moçambicano não se distancia do que encontramos nos estudos internacionais. Num relatório sobre género no ES em Moçambique, realizado por António e Hunguana (2013)

constata-se que dentre os estudos do ES até 2012, apenas 39.5% eram mulheres, o que revela uma significativa disparidade no acesso à educação superior, mesmo que sejam assinalados avanços. De acordo com este estudo, essas desigualdades se estendem para as áreas de estudo, observando-se que as mulheres estão menos representadas em áreas tradicionalmente tidas como masculinas como as de ciências exactas e engenharias. Esta sub-representação se estende também ao corpo de docentes.

De acordo com António e Hunguana (2013), a sociedade moçambicana está a enfrentar uma série de dinâmicas sociais e económicas com efeito nas relações de género e na desconstrução/construção de identidades de género, tidas como permanentes possibilitando as mulheres desenvolverem capacidades de contribuir para o rendimento familiar. As mulheres tornam-se capazes de contribuir para o rendimento familiar e, com efeito, para os seus estudos e dos seus filhos. Isto, conseqüentemente, gera mais acesso à educação. No entanto, factores sociais e demográficos são apontados como tendo influência na forma como se processa esse acesso que ocorre, como se afirmou anteriormente, de forma diferenciada, desigual e, por vezes, hierarquizada.

Não obstante chamar atenção para as dinâmicas económicas, sociais e culturais com influência nas relações de género e no acesso ao ES, o último estudo acima, por ter privilegiado uma abordagem de pesquisa quantitativa, não chega a explorar os alegados factores deixando um espaço em aberto para que posteriormente estudos como de Paulo (2016), no qual se analisa a relação entre o género e a investigação científica em Moçambique, problematisassem o encorajamento de mulheres para maior participação na área de investigação científica no país. Este último estudo parte de uma premissa generalizada nesta revisão, a que assume que a mulher está em desvantagem em relação ao homem e que, de facto existem iniciativas institucionais para promover maior adesão e inclusão da mulher na produção científica.

De acordo com Paulo (2016), o problema da fraca participação da mulher na investigação científica parte da base. É aqui onde são encontradas mulheres em número bastante ínfimo, diferente daquelas que não optam por seguir uma carreira de investigadora devido a certos estereótipos e responsabilidades que desempenham no espaço privado doméstico. A dupla jornada à qual a mulher está sujeita, resultante da dicotomia privado e público, continua actuando

como um obstáculo que alimenta o desinteresse pela carreira de investigadora e entrava a acelerada progressão feminina nessa carreira.

Se António e Hunguana (2013) limitam-se a apresentar números que corroboram as desigualdades entre homens e mulheres no ensino superior, Paulo (2016) trás uma análise mais profunda destacando alguns factores que levam a essas desigualdades. Seguindo a linha desta última autora, o presente estudo assume as assimetrias entre homem e mulher na produção científica em Moçambique como pressuposto para aprofundar os factores por detrás dessa realidade atentando especificamente, diferente dos estudos acima, para os critérios de elegibilidade dos concorrentes ao financiamento de projectos de investigação nas instituições financiadoras.

Os estudos expostos nesta revisão da literatura apontam para o mesmo sentido ao assumirem e destacarem que as mulheres têm origem e atravessaram um contexto histórico, no qual estiveram sempre em posição desigual em relação aos homens no que concerne à sua participação na pesquisa e produção científica, o que prevalece nas sociedades contemporâneas, embora tenham ocorrido avanços significativos na sua participação nesse âmbito académico. O que os estudos apresentados não aprofundam, embora destaquem uma variedade de factores por detrás dessa desigualdade de participação, é o papel desempenhado pelas instituições de financiamento à investigação científica que publicamente declaram-se e comprometem-se com a promoção da igualdade de género na produção científica na reprodução dessa situação desvantajosa das mulheres. Esta é, associada à supervalorização da abordagem de pesquisa quantitativa em detrimento da qualitativa, a principal lacuna que se pretendeu suprir neste trabalho como se sugerir no problema de pesquisa.

1.2. Problema de pesquisa

A bibliografia relevante sobre a participação da mulher na ciência é constituída por estudos que tendem a partilhar dois grandes pressupostos. O primeiro é que as mulheres vêm de um contexto de origem em que estavam excluídas das ciências, sendo que nos últimos anos conquistaram seu espaço na investigação científica como autoras de produção e publicação de trabalhos científicos

(Ruivo, 1986; Lino & Mayonga, 2016; Oliveira, et al., 2020; Rezende & Quirino; Gomes et al., 2010; António & Hunguana, 2014; Paulo, 2016). O segundo é que, ainda assim, na contemporaneidade, as mulheres continuam em desvantagens quantitativa e qualitativa em comparação com o homem na produção científica enfrentando obstáculos para atingir o estágio de igualdade participativa na ciência (*Ibidem*).

Os postulados expostos são aplicáveis a nível mundial, inclusive em Moçambique. Autores como Paulo (2016) demonstram-no. Em torno da prevalência das assimetrias entre homens e mulheres na ciência, verifica-se uma limitação no que tange à análise de factores influentes. (cf. Ruivo, 1986; Oliveira, et al., 2020; Gomes, et al., 2010). Alguns estudos falam em termos gerais e ambíguos de factores históricos, sociais e culturais (cf. António & Hunguana, 2014); outros, os que arrolam alguns factores, apontam para o interesse e concentração de homens em determinadas áreas e para a dicotomia privado e público (cf. Lino & Mayonga, 2016); outros destacam apenas a divisão desigual do trabalho doméstico (cf. Rezende & Quirino, 2017) e estereótipos (cf. Paulo, 2016).

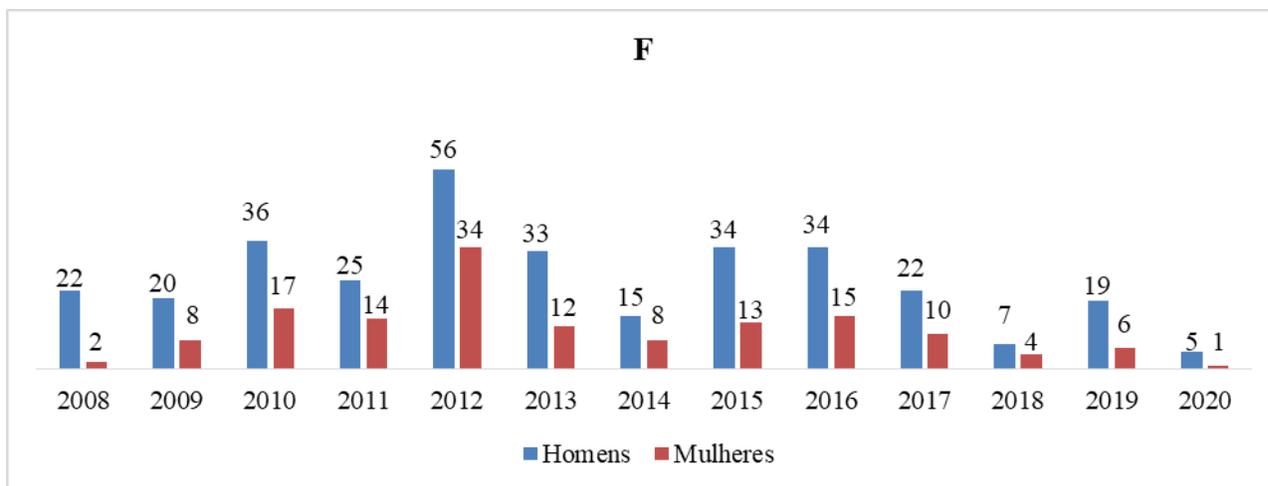
Considera-se que o não aprofundamento dos factores que influenciam nas desigualdades de participação na ciência entre homens e mulher é uma limitação relevante de ser superada. No entanto, é também importante reconhecer a complexidade dessa realidade, de modo a assumir que quaisquer factores arrolados reflectem apenas uma parte dela, pelo que, devem ser contextualizados – relativizando a sua validade explicativa – assumindo a imputação causal² como princípio metodológico orientador dos procedimentos de análise. Desta forma, os factores antes mencionados reflectem a opção metodológica-explicativa de cada autor, cuja validade só pode ser hipoteticamente assumida para outros contextos espaciais e temporais.

Neste sentido, para analisar a assimetria entre homens e mulheres no acesso ao financiamento de projectos de investigação científica no FNI, entendemos ser relevante buscar outros factores considerando o contexto institucional da selecção e atribuição. No entanto, vejamos antes que os

² Este é um princípio metodológico weberiano definido do ponto de vista do reconhecimento da multicausalidade dos fenómenos sociais. De acordo com Weber (2001), posicionando-se contra todo o tipo de determinismo, as explicações causal nas ciências sociais devem ser estabelecidas conscientes de que um fenómeno tem mais do que uma causa, ou seja, têm muitas causas, pelo que, a introdução de uma causa reflecte a opção do investigador, sendo este que imputa uma causa ao fenómeno. Este é o princípio da imputação causal, isto é, é o investigador que atribui sentido e estabelece a relação de causalidade entre um efeito e uma causa dentre tantas outras possíveis.

dados do gráfico 1 corroboram a reprodução da assimetria nesse financiamento entre homens e mulheres de 2006 à 2020.

Gráfico 1: Distribuição dos números de projectos financiados pelo FNI por sexo



Fonte: Adaptado pela autora com base em dados disponibilizados pelo FNI (2016)

Vejam a afirmação de Casimiro e Souto (2010, p. 77-78) de que:

“Os recursos estão distribuídos por uma variedade de diferentes instituições e processos e o acesso aos recursos será determinado pelas regras, normas e práticas que permanecem em domínios institucionais diferentes (...). Estas regras, normas e práticas dão a alguns actores autoridade sobre outros ao determinarem os princípios de distribuição e troca dentro dessa esfera.”

Desta forma, argumentamos que a assimetria no acesso ao financiamento de projectos de investigação no FNI entre os homens e mulheres pode ser explicada a partir das regras, normas e práticas institucionais em vigor nesse fundo. Do ponto de vista da problemática construtivista-estruturalista de Bourdieu (1992, 2005), esses elementos (regras, normas e práticas) podem ser encontrados nos critérios aplicados para avaliar e classificar os indivíduos concorrentes.

É sob a óptica dessa problemática que assumimos ser relevante questionar sobre a influência dos critérios de elegibilidade à participação assimétrica da mulher no financiamento no FNI. Traduzimos esse problema na seguinte questão: *Qual é a contribuição dos critérios de elegibilidade à participação desigual das mulheres no financiamento de projectos de investigação pelo Fundo Nacional de Investigação?*

1.3. Objectivos da pesquisa

1.3.1. Geral

- Compreender a contribuição dos critérios de elegibilidade para a participação desigual das mulheres no financiamento de projectos de investigação pelo Fundo Nacional de Investigação.

1.3.2. Específicos

1. Descrever o processo de definição e aplicação dos critérios de elegibilidade ao financiamento de projectos de investigação;
2. Descrever a participação desigual das mulheres no financiamento de projectos de investigação;
3. Captar as representações sobre as mulheres no seio das instituições relacionadas com a sua participação na ciência e mais especificamente em projectos de investigação;
4. Identificar as barreiras enfrentadas pela participação feminina no financiamento de projectos de investigação.

1.4. Hipótese de pesquisa

Como resposta provisória ao problema acima, definimos a seguinte hipótese de pesquisa:

- As modalidades de aplicação prática dos critérios de elegibilidade definidos no Fundo Nacional de Investigação favorecem à reprodução da participação desigual das mulheres no financiamento de projectos de investigação relegando-as a uma posição desvantajosa, devido aos preconceitos e discriminação baseados no género.

Com base na hipótese acima, operacionalizamos duas principais variáveis. De um lado, definimos como variável independente os *critérios de elegibilidade ao financiamento* e, do outro lado, como variável dependente, *a participação da mulher no financiamento*.

Capítulo II. Enquadramento teórico e conceptual

Neste capítulo, seleccionámos, apresentamos e operacionalizamos o referencial teórico que adoptámos para a interpretação dos dados e os principais conceitos com base nos quais nos orientamos na recolha e leitura dos dados relevantes do campo.

2. Teoria de base

Para a análise e interpretação dos dados, no presente trabalho, elegemos uma teoria da sociologia geral, complementada com uma teoria da sociologia das organizações. Da sociologia geral, seleccionámos a teoria construtivista-estruturalista de campo de Pierre Bourdieu (1984, 1992, 2002, 2005) e no âmbito da sociologia das organizações, recorreremos à teoria de organização de Friedberg (1995).

A teoria de campo de Bourdieu (2005) resulta da crítica e da combinação de duas perspectivas antagónicas. De um lado, está a fenomenologia que se foca fundamentalmente na subjectividade dos indivíduos explorando a sua capacidade de construção e atribuição de significados à realidade ao seu redor e, do outro lado, o estruturalismo, cujo fundamento básico é a existência de uma estrutura que se impõe aos indivíduos definindo às suas acções. O construtivismo-estruturalista surge da necessidade de superar essa dicotomia, entendendo-se que as duas perspectivas são duas faces complementares de uma mesma realidade e que, por se oporem, pecam em olhar e privilegiar uma dimensão da realidade, neste caso, a estrutura ou acção.

Com a teoria de Campo, Bourdieu (2005) parte do princípio de que os indivíduos, ou melhor, para aplicar a designação sugerida pelo próprio autor, os agentes são condicionados pela estrutura social, bem como revelam a capacidade de modificar a estrutura social. Alguns conceitos são fundamentais para a exposição dessa teoria: campo, capital cultural e *habitus*. Estes são os conceitos que definimos e operacionalizamos a medida que apresentamos e justificamos a nossa opção teórica.

Bourdieu (2005) define campo como uma estrutura de posições hierarquicamente interligadas e dispostas entre as quais os agentes estão distribuídos em função do tipo e do volume de capital que possuem. Isto significa que os agentes que possuem um mesmo tipo de capital e o mesmo

volume desse capital serão ocupantes da mesma posição, o que faz com que existam ocupantes de posições superiores e ocupantes de posições inferiores. Os primeiros estão na posição dominante e os segundos, contrariamente, encontra-se na posição dominada.

Com base no conceito de campo, torna-se possível conceber a ciência como um campo em que os agentes, neste caso específico homens e mulheres investigadores, estão distribuídos em função do tipo de capital e do volume de capital que possuem. Isto significa que existem tanto homens, quanto mulheres que se localizam em posições superiores e outros que estão em posições inferiores. Para um melhor entendimento, torna-se necessário definir o conceito de capital. Na perspectiva de Bourdieu (2005), pode-se definir capital com recursos distribuídos no interior do campo por meio dos quais e pelos quais os agentes lutam entre si. Os tipos de capitais considerados são o político, social, económico, cultural e simbólico e suas respectivas subdivisões.

Neste trabalho, interessa atentar para o capital cultural. De acordo com Bourdieu (1984), o capital cultural compreende todas as formas de conhecimento, habilidades, informações, que reflectem conjunto de qualificações produzidas e transmitidas pela família e pelas instituições escolares, académicas, entre outras. O capital cultural pode existir em três formas. Uma forma é a incorporada, que é uma disposição durável do corpo de se apresentar perante os outros; a outra é a objectiva, que é a posse, por exemplo, de bens culturais; a terceira é a institucionalizada, que refere-se ao reconhecimento institucional por meio, por exemplo, de títulos académicos.

Nota-se assim a relevância do conceito de capital cultural para este trabalho. Trata-se de assumir que os agentes concorrentes ao financiamento do FNI estão distribuídos de acordo com o seu conhecimento, habilidades, informações. De modo a operacionalizar melhor a teoria neste trabalho, assumiu-se o capital cultural apenas na sua forma institucionalizada. Com esta opção, pretendeu-se distribuir as mulheres participantes no estudo em função do nível académico que possuem e de outros requisitos definidos nos critérios de elegibilidade aplicados no FNI.

Por fim, o conceito de *habitus* é aqui chamado para analisar o processo de incorporação dos recursos estruturais para a construção da carreira profissional e académica. Bourdieu (2002) define *habitus* como um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada. Os *habitus* caracterizam-se por não ser mecânicos e nem determinísticos. Pelo contrário, são flexíveis, pois

estão sujeitos a construção e reconstrução contínua durante a relação entre o agente e a estrutura do campo dependendo do ser forte ou fraco.

Referindo-se às disposições, Thity-Cherques afirma o seguinte:

São adquiridas pela interiorização das estruturas sociais. Portadoras da história individual e colectiva, são de tal forma internalizadas que chegamos a ignorar que existem. São as rotinas corporais e mentais inconscientes, que nos permitem agir sem pensar. O produto de uma aprendizagem, de um processo do qual já não temos mais consciência e que se expressa por uma atitude “natural” de nos conduzirmos em um determinado meio. (Thity-Cherques, 2006, p. 33)

Sem querer fazer um tratado dos conceitos inerentes à perspectiva bourdieuniana, pode-se entender que o conceito de *habitus* é aqui aplicado em dois sentidos. Primeiro no sentido de interiorização, que ocorre durante o processo de interiorização dos recursos disponibilizados na sociedade e nas instituições em que os agentes se encontram inseridos no âmbito da carreira científica, especificamente na investigação científica. Segundo no sentido de exteriorização, naquele processo por meio do qual os agentes (mulheres e funcionários institucionais) colocam em prática esses recursos para a orientar suas práticas sociais.

Bourdieu (1992) afirma ainda que no âmbito educacional as instituições escolares actuam como reprodutoras das desigualdades sociais por meio das suas normas e critérios de selecção e avaliação dos agentes. De acordo com o autor, os agentes têm origem em contextos sociais e culturais desiguais, a partir dos quais alguns transportam consigo *habitus* que lhes conferem vantagens por estarem de acordo com as exigências institucionais, enquanto outros são portadores de *habitus* que os desfavorecem, pois não são positivamente apreciados e avaliados do ponto de vista das exigências das instituições. Neste sentido, concebe-se o FNI como uma instituição composta por normas e regras aplicadas para a selecção de projectos de investigação. Entende-se também que as mulheres e homens se encontram desigualmente representados perante essas normas e regras em função do *habitus* que trazem consigo das posições que ocupam no campo científico.

A escolha desta proposta teórica de Bourdieu justifica-se fundamentalmente por possibilitar realizar uma análise cruzada entre a estrutura social, enquanto o nível macrosocial de um lado e a estrutura organizacional como o nível mesossocial. Este cruzamento abre espaço para que a origem e posição histórico-social da mulher na sociedade moçambicana seja relacionadas com a

actuação do FNI, aprofundado como esta contribui para o rompimento ou reprodução da condição feminina. O referencial deste autor possibilita ainda superar o discurso institucional organizacional, propalado em benefício da promoção da igualdade de género, para demonstrar que por detrás dessa intenção manifesta, existem efeitos latentes resultantes da aplicação dos critérios de avaliação e selecção formalmente adoptados nas instituições de financiamento da pesquisa científica. Este posicionamento teoricamente fundamentado serve para ir além das análises feitas pelos autores expostos na revisão da literatura.

No entanto, o facto de Bourdieu atentar para os critérios de avaliação e selecção formalmente adoptados não possibilita adentrar mais ainda o contexto organizacional, de modo a alcançar o nível da informalidade no seio do FNI. Assumimos ser relevante considerar que o formal e o informal coexistem no seio das organizações, podendo estando a concorrer para mesmos resultados ou opostos. É neste sentido que invocamos Invocamos a perspectiva da organização de Friedberg (1995) com a finalidade de aprofundar mais ainda o contexto organizacional (institucional) do FNI dentro do qual se dá a aplicação dos critérios de elegibilidade ao seu financiamento. Este autor concebe o agente como um homem complexo quando inserido na organizações. De acordo com este autor, tanto o homem quanto à organização são realidades complexas, pelo que, o seu encontro é igualmente complexo.

Friedberg (1995), contra as perspectivas tradicionais sobre a organização, que é importante passar do homem manipulado ao homem complexo, explicando como esse processo foi sendo realizado ao longo da história no estudo das organizações. O esforço realizado pelo autor é no sentido de superar uma perspectiva economicista ou psicológica, baseada na monocausalidade do comportamento humano, para adoptar uma que considera a multiplicidade das motivações envolvidas no comportamento do indivíduo. Este passa a ser visto como doptado de autonomia em relação aos condicionamentos podendo definir e perseguir continuamente os seus interesses.

É preciso ir mais além, no sentido de retirar o “homem complexo” das explicações do consenso como a base da reprodução da organização, inserindo-o numa abordagem da negociação, do conflito, das contingências, o que requer a adopção do conceito de poder e de troca, incidindo sobre as razões válidas para que um indivíduo decida participar do quadro organizacional (Friedberg, 1995). Desta forma, os indivíduos tomam as suas decisões de acordo com o seus interesses a serem satisfeitos na relação de troca que estabelecem com a organização,

movilizando os seus recursos de modo a assegurar o seus ganhos. Trata-se efectivamente de uma relação de poder.

O ponto central desta abordagem teórica, que constitui a sua principal contribuição para o presente trabalho, é de conceber o membro da organização como um actor social que não obstante estar sujeito às perscrições normativas organizacionais, não se limita a sua reprodução. Antes, demonstra capacidades e habilidades de interpretá-las, reconstruí-las e aplicá-las de modo a tomar decisões que favoreçam os seus interesses. Ele possui razões que considera válidas para agir como age, para tomar as decisões que toma.

A autonomia do actor ocorre num quadro de dependência com relação aos outros com que se relaciona, bem como com relação a estrutura organizacional que, por sua vez, está em relação com um ambiente. Friedberg (1995) afirma que a relação entre a organização e seu ambiente externo é um dos problemas mais recentes no seu estudo devendo ser colocado quando se pretende se focar nessa dimensão da realidade social.

Neste sentido, a partir dessas contribuições, entendemos que a definição e aplicação dos critérios de elegibilidade ao financiamento colocam em ênfase a relação não apenas entre os funcionários e a estrutura no FNI, mas também entre os funcionários do fundo e os homens e mulheres concorrentes e todo o ambiente externo no qual estes últimos se encontram inseridos. Deste ponto de vista, construímos uma compreensão mais abrangente e integral da definição e aplicação dos critérios de elegibilidade.

2.2. Conceitos

Qualquer, dentre os conceitos que seleccionámos como centrais para o presente trabalho, se retratássemos na sua profundidade, exigiria mais do que o espaço disponível e o empreendimento que realizámos para a sua devida discussão. Não sendo essa a nossa pretensão, limitamo-nos a trazer basicamente duas definições de cada conceito. Definições que entendemos que complementam e enriquecem mutuamente. Definimos como centrais os conceitos de género, representação social, investigação científica, participação e financiamento.

Género é um dos conceitos em torno dos quais foram realizadas extensas discussões, tendo passado por muitas reformulações em função, dentre outros factores, das perspectivas teóricas que lhe servem de base. Optámos pelo seu uso mais contemporâneo. Neste sentido, pode-se iniciar com a definição apresentada num estudo realizado pelo Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS, 2016) segundo a qual género refere-se aos papéis socialmente construídos, comportamentos, actividades e atributos que uma determinada sociedade considera apropriados para homens e mulheres

Na definição acima, identificamos três aspectos relevantes de destacar. O primeiro são os papéis que distinguem homem e mulher; segundo é que esses papéis são socialmente construídos, pelo que, podem variar temporalmente e espacialmente; e, terceiro é que a sociedade atribui esses papéis por considera-los apropriados para homens e para mulheres. Outros aspectos complementares a esses, integrados no conceito de género podem ser identificados na definição seguinte.

Trata-se da definição de Ribeiro (2019), que afirma que género é um conceito usado para superar o determinismo natural – sem que seja rejeitada a dimensão natural – e inserir o ser homem e mulher nos diferentes domínios socioculturais nos quais torna-se possível problematizar as desigualdades e assimetrias sociais suportadas por distinções corporais, psíquicas e sociais, usadas para classificar e hierarquizar o homem e a mulher, na medida em que constituem as suas masculinidades e feminilidades.

Com base no exposto, adoptamos o conceito de género no sentido de se referir a processos culturais e sociais por meio dos quais os indivíduos vão se construindo como homens e/ou mulheres e expressando as suas masculinidades e feminilidades, respectivamente, engendrando e sustentando relações de poder e desigualdades sociais que podem ser tanto reproduzidas quanto questionadas por indivíduos, grupos e instituições sociais no determinado contexto histórico-sócio-cultural. Desta forma, a aplicação deste conceito neste trabalho é feita por meio de indicadores valores e normas socioculturais, características femininas e masculinas, diferenças entre feminilidade e masculinidade, capacidade de exercer poder, acesso de desigual a oportunidades, posição em relação as instituições.

Na sequência está o conceito de **representações sociais**, cujas definições susceptíveis de serem consideradas actualizadas são a extensão crítica das definições iniciais. A partir de uma revisão

dos teóricos clássicos mais destacados no estudo das representações sociais – Durkheim e Moscovici (Irineu, 2019; Lobo & Werneck, 2018; Perreira, Sampaio, Mónico, Paiva, & Alves, 2018) – Irineu (2019, p. 9) define esse conceito como “um constructo discursivo, de natureza sociocognitiva e, através do qual, na condição de membros de grupo sociais, compreendemos os objectos do mundo com os quais interagimos.”

Com base nessa definição, Irineu (2019) entende que os indivíduos actuam como reprodutores das representações sociais, pois eles integram os grupos – ou instituições – no seio dos quais partilham sentimento de pertença, identidade, crenças, ideias, opiniões e atitudes por meio dos quais se relacionam com o mundo.

Notamos que na definição acima, as representações sociais assumem uma existência colectiva, pelo que, mesmo quando expressas individualmente, estão vinculadas a um determinado grupo no seio do qual têm origem e ganham suporte. Importa-nos trazer uma segunda definição a partir da qual podemos compreender a forma como as representações sociais se manifestam no quotidiano dos indivíduos.

Jodelet (2001) define representações sociais como formas de conhecimento prático por meio do qual os indivíduos se comunicam e compreendem o universo social, material e de ideias que os rodeia. Essas formas, de acordo com o autor, podem manifestar-se como elementos cognitivos tais imagens, conceitos, categorias, teorias, sem que se reduzam aos mesmos, pois inserem-se no universo das relações sociais e simbólicas.

Ao combinarmos as duas definições anteriores, podemos assumir que representações sociais são formas de conhecimento que se manifestam como imagens, conceitos, categorias, teorias, por meio das quais os indivíduos interpretam o mundo ao seu redor, comunicam-se e inserem-se nas relações sociais definindo tanto a sua posição quanto a dos outros. Esta definição tem a vantagem de captar as imagens, categorias, teorias, usadas para interpretar a realidade social e atribuir posição a mulher dentro dessa realidade. Neste sentido, a aplicação do conceito de representações sociais neste trabalho é feita por meio dos indicadores objecto/realidade captado(a), imagens sobre esse objecto/realidade, definição desse objecto/realidade, significado atribuído ao objecto/realidade, explicação dada a essa imagens sobre o objecto/realidade, aplicação dessa imagens/definição/significado.

Seguimos com o conceito de **investigação científica**, definido por Lakatos e Marconi (1992) como um conjunto de procedimentos reflexivos, sistemáticos, organizados e críticos realizados com a finalidade de gerar factos ou dados novos, leis ou relações entre fenómenos em determinada área de conhecimento.

Esta definição pode ser apresentada de formas diversas sem gerar significativas discordâncias. Fonseca (2002) afirma que realizar uma investigação científica é buscar verdades sobre a realidade por meio de procedimentos metódicos conduzidos de forma reflexiva e sujeitos a princípios científicos visando conhecer melhor essa realidade, na medida em que gera um conhecimento sobre a mesma, o que pode implicar refutar ou validar o conhecimento existente.

Nota-se assim que, de uma forma ou de outra, a investigação científica é um meio de gerar um conhecimento que não se possui ou que se pretende melhorar o seu domínio recorrendo a procedimentos e métodos científicos, cuja aplicação é feita de forma reflexiva, organizada, sistemática e crítica. Sem nos desviarmos das duas definições acima, é neste sentido que entendemos o conceito de investigação científica no presente trabalho.

O outro conceito que definimos é o de **financiamento**. De acordo com Paula (2013), o financiamento pode ser definido como uma forma de disponibilizar recursos financeiros ou materiais que possibilitam uma pessoa, grupo ou empresa realizar suas actividades ou investimentos, o que pode consistir na aplicação de recursos próprios ou de fontes alheias.

Esta primeira definição apresenta elementos fundamentais do conceito de financiamento relevante para o presente trabalho, pelo que, carece apenas de complementaridade. É neste sentido que recorreremos à definição de Chiavenato (2005) segundo a qual financiamento é uma relação entre uma parte financiadora e a outra financiada na qual por meio de uma operação a primeira, que geralmente é uma instituição financeira, oferece recursos a esta última para que possa realizar um investimento antecipadamente acordado.

Esta segunda definição é a continuidade e enriquecimento da primeira, na medida em que acrescenta um indicador relevante: a existência de um acordo prévio. Para se referir à realidade de estudo, definimos o conceito de financiamento, com base nas definições acima, como uma relação ou operação em que uma parte (financiadora) disponibiliza recursos materiais e/ou

financeiros à contraparte (financiada) para investir na realização de uma actividade ou actividades acordadas previamente.

Encerramos com o conceito de **participação**. Podemos começar com o seu sentido amplo recorrendo a Pateman (1992) para definir este conceito como o acto de uma pessoa tomar partido de um actividade, facto ou acontecimento não se limitando à posição de expectadora, o que implica possuir consciência da sua posição e decisões podendo, desta forma, influenciar no rumo que os eventos assumem por meio das suas decisões ou da influência das decisões tomadas.

Nos termos acima, participação implica actividade de tomar decisões de modo que se possa influenciar no rumo dos acontecimentos. Uma abordagem mais enriquecedora é dada por Bordenave (1983) quando afirma que a participação implica fazer parte, ter parte e tomar parte. Para este autor, uma pessoa faz parte quando está inserida num grupo, situação ou actividade, tem parte quando toma decisão ou influencia na tomada de decisão e toma parte quando adquire algum benefício, ou melhor, obtém algo em seu benefício.

A participação seria completa se englobasse as três dimensões acima, no entanto o autor não exclui a possibilidade de a mesma implicar apenas uma ou duas delas. Para este trabalho, interessa-nos apenas o fazer parte e tomar parte, visto que, a mulher não teriam espaço para influenciar a decisão dos júris na aprovação das propostas de projectos de investigação. Neste sentido, na aplicação do conceito de participação na análise do acesso da mulher ao financiamento no FNI considera-se indicadores como submissão da proposta do projecto, ter a sua proposta avaliada, obter resultado da avaliação da sua proposta, receber financiamento se a avaliação for positiva.

Capítulo III. Metodologia

Lakatos e Marconi (1992) afirmam que a metodologia refere-se ao estudo dos procedimentos sistemáticos adoptados para a realização de uma investigação científica, devendo indicar os métodos e técnicas a serem adoptadas. É de acordo com esta definição que neste capítulo seleccionámos, apresentámos e justificámos os métodos, técnicas e instrumentos que usámos na condução da nossa pesquisa científica.

3.1. Tipo de pesquisa

Optámos por realizar uma pesquisa do tipo qualitativo privilegiando o sentido atribuído pelos actores com os quais trabalhamos durante toda a pesquisa e a capacidade da investigadora em identificar e seleccionar os aspectos mais significativos para uma melhor compreensão do objecto de estudo. Goldenberg (2014) afirma que a pesquisa qualitativa confere ao investigador a possibilidade de estudar a realidade do seu interesse a partir da subjectividade dos sujeitos valorizando, ao mesmo tempo, o contexto dentro do qual os significados são produzidos e atribuídos. Richardson (2008) afirma que a pesquisa qualitativa é usada para descrever fenómenos complexos, analisar a interacção entre variáveis e clarificar processos vivenciados por grupos sociais até um nível considerável de profundidade.

É pelas características acima que escolhemos a pesquisa qualitativa para a realização do presente estudo. Em outras palavras, partimos do princípio segundo o qual a definição e aplicação dos critérios de elegibilidade no financiamento de projectos de investigação ocorrem num contexto organizacional em que as acções dos actores estão em interacção com a estrutura organizacional, na qual estão disponíveis os recursos necessários à sua actuação. Então, a pesquisa qualitativa permitiu-nos uma interpretação contextualizada da selecção de propostas de investigação científica para a atribuição do financiamento no FNI. Em segundo lugar, por termos considerado que a questão do género transvaza todos os espaços da sociedade, assumimos ser relevante procurar inserir o nosso objecto de estudo nessa rede de interacções com outros fenómenos. Foi neste sentido que buscámos explorar experiências das mulheres para além do FNI incluindo outras instituições como o Instituto de Bolsas de Estudos (IBE), Instituições do Ensino Superior

(IES). Esta extensão do foco da pesquisa possibilitou, no final, oferecer uma compreensão complexa e abrangente da realidade.

3.2. Método de abordagem

Entendemos ter sido relevante adoptar um método de abordagem para a realização da nossa pesquisa, pois possibilitou conciliar os pressupostos teóricos e a realidade empírica com a qual tivemos contacto no seio do FNI. Trata-se do método hipotético-dedutivo, que adoptámos no mesmo sentido sugerido por Bourdieu, Passeron, e Chamboredon (2007), inspirados em Popper (1980). De acordo com Gil (2008), esses autores sugerem a aplicação do método hipotético-dedutivo quando os conhecimentos disponíveis sobre um fenómeno se revelam incompletos ou pouco satisfatórios, pelo que se depara com um problema cuja resolução exige a sua confrontação com a realidade empírica por meio do processo de falsear, o que implica empreender um esforço com vista a tornar falsas as consequências deduzidas das hipóteses.

Com base no método hipotético-dedutivo, recorreremos aos resultados de estudos antes realizados sobre a participação da mulher na ciência como referência para a definição da hipótese de pesquisa. Ou melhor, adoptámos uma parte desses resultados como hipótese da presente pesquisa, sustentada com base em dados que recolhemos directamente da realidade do FNI. Neste sentido, durante o processo de investigação, focamo-nos na produção de dados relevantes para o teste da hipótese, mais especificamente para revelar a limitação dos dados anteriores para a compreensão das experiências de atribuição de financiamento de projectos de investigação no FNI. É neste sentido que assumimos que os casos que estudámos nesta pesquisa nos permitem confrontar (falsear ou corroborar) a hipótese que definimos para o problema de pesquisa.

3.3. Local e período de estudo

3.3.1. Local de estudo (unidade de análise)

Realizámos o estudo no FNI, o que concorreu para que assumíssemos a instituição (colectividade) como nossa unidade de análise. De acordo o Decreto n.º 50/2015, o FNI é dotado

de personalidade jurídica e autonomia administrativa, tendo como suas atribuições promover a pesquisa científica e inovação tecnológica; apoiar financeiramente a entidades públicas ou privadas vocacionadas no desenvolvimento da investigação, transferência de tecnologias e inovação, financiar centros vocacionados na pesquisa científica, transferências de tecnologias e inovação. O documento em referência aponta ainda que o fundo tem a sua sede na cidade de Maputo, no entanto pode ter delegações em qualquer parte do território nacional, o que significa que é de cobertura, em termos de actuação, nacional. Isto revela que mulheres de qualquer região de Moçambique podem concorrer ao financiamento, basta que reúnam os requisitos exigidos.

3.3.2. Período de estudo

Neste trabalho, incidimos sobre o período que vai de 2006 até 2020. Ao delimitarmos este período, tomamos em consideração o tempo de vigência do FNI. Este fundo foi criado em 2015, (Decreto n.º 12/2005, 10 de Junho), no entanto, de acordo com as estatísticas dos projectos financiados pelo FNI referentes ao períodos de 2006 até 2020, a sua primeira chamada para o financiamento do projecto decorreu em 2006, daí a delimitação de 2006 como intervalo mínimo deste estudo. Definimos 2020 por ser o último ano findo anterior ao início da realização da pesquisa da qual resultou o presente trabalho. Isto significa que buscámos compreender os processos de selecção de mulheres e atribuição de financiamento durante 15 anos, nos quais foram lançadas um total de 12 chamadas para financiamento de projectos de investigação.

3.4. Técnicas de recolha de dados

Para a produção dos dados neste trabalho, recorreremos à combinação das seguintes três técnicas de recolha de dados: entrevistas directivas, levantamento documental e *workshop*.

3.4.1. Entrevista directiva

Quivy e Campenhoudt (2005) afirmam que a entrevista é uma técnica usada para recolher dados geralmente em estudos qualitativos por meio de uma conversa aberta entre o investigador e o

entrevistado. A técnica de entrevista directiva possibilita, afirma Richardson (2008), ao investigador definir uma série de perguntas antecipadamente a serem administradas segundo uma ordem pré-definida para todos os casos estudados conferindo maior liberdade de resposta ao entrevistado. Selecionámos esta técnica por permitir substituir a representatividade dos casos pela profundidade. A técnica directiva permitiu-nos definir perguntas em função dos objectivos específicos e da hipótese de pesquisa, podendo assim focalizar nos dados relevantes para melhor compreensão do nosso objecto de estudo.

Para a administração entrevistas, definimos três guiões de entrevista diferentes (vide apêndice 1). Um para os representantes do FNI, outro para os representantes de outras instituições e outro ainda para as mulheres concorrentes ao financiamento do FNI. Não obstante termos definido estes guiões contendo uma séria de perguntas pré-definidas, reservámos espaço para formular algumas novas perguntas com vista a aprofundar aspectos relevantes que foram emergindo durante a interacção com os entrevistados.

Administrámos as entrevistas em duas etapas não previamente definidos, pois fomos condicionados pela necessidade de revisão e readaptação do projecto de pesquisa aos dados que íamos obtendo. A primeira etapa decorreu no mês de Maio de 2021, na qual trabalhámos com três instituições: uma de financiamento de projecto (FNI), outra de oferta de bolsas de estudo (IBE) e outra ainda de ES (Universidade Eduardo Mondlane [UEM]). Inicialmente, pretendíamos trabalhar com sete instituições, mas as restrições impostas pela Covid-19 condicionaram para que maior parte delas não respondesse positivamente ou nem sequer respondesse à solicitação que fizemos por meio da credencial que submetemos. Nesta etapa, realizámos apenas três entrevistas. Não obstante, os dados produzidos foram relevantes para a produção do relatório, pois as mudanças feitas no projecto de pesquisa consistiram apenas na redefinição do problema, pergunta e outros objectivos sem, contudo, alternar o foco do estudo.

A segunda etapa decorreu no mês de Abril de 2022, na qual entrevistámos mais instituições e mulheres que concorreram ao financiamento de projectos de investigação em diferentes chamadas do FNI. Conduzimos as entrevistas junto das instituições seleccionadas, nas instalações das mesmas por meio de conversas que duraram em média cerca de 40 a 50 minutos. Junto das mulheres, tivemos de combinar a interacção directa e indirecta devido a localização

geográfica das mesmas e às restrições impostas pela Covid-19 no que tange aos contactos face-a-face entre as pessoas.

Nas interações directas, entrevistámos as mulheres participantes em lugares por elas seleccionados sobre a observação rigorosas das medidas de combate à combinação contra a Covid-19. Para as conversas indirectas, optámos por enviar os guiões de entrevistas pelo correio electrónico recorrendo as interações por telefone em caso nos quais se mostrou necessário aprofundar algum aspecto que não tinha sido devidamente detalhado e/ou sentimos a necessidade de buscar esclarecimentos. Junto das mulheres que entrevistámos directamente, tivemos uma interacção de 30 a 40 minutos. Em todos os casos, com excepção daquelas com as quais interagimos por meio do correio electrónico, recorreremos ao telefone para gravar os dados após a sua anuência para o uso desse instrumento como base de registo.

3.4.2. Levantamento documental

Esta é uma técnica de recolha de dados geralmente usada para obter dados que complementam dados recolhidos por meio de técnicas tidas como principais como é o caso das entrevistas. (Quivy & Campenhoudt, 2005) O levantamento documental possibilita ao investigador explorar dados disponíveis em fontes nas quais ainda não foi realizado nenhum tratamento teórico como contratos, vídeos, fotos, legislação, estatutos. (Fonseca, 2002)

Neste trabalho, recorreremos ao levantamento documental para recolher dados referentes às estatísticas do FNI, normas e critérios de elegibilidade, exigências formais para se concorrer ao financiamento de projectos no fundo, entre outros dados que possibilitassem compreendermos melhor a evolução da participação feminina no financiamento e a actuação dos representantes do FNI no processo de selecção dos concorrentes. Os documentos foram seleccionados em dois momentos. O primeiro foi na elaboração do projecto de pesquisa, em que foram consultados documentos referentes aos critérios divulgados para a submissão de proposta de investigação, à evolução da atribuição de financiamento em função do sexo (autoria feminina e masculina). Justifica-se a consulta desde documento pela necessidade de fundamentar o problema de pesquisa, que tem como base o acesso desigual ao financiamento de projectos de investigação no FNI. Neste sentido, foram consultadas as chamadas de financiamento publicadas pelo fundo de

2006 à 2020, a base de dados estatísticos da instituição sobre a atribuição de financiamento por área de investigação e por sexo.

No segundo momento, foram seleccionados documentos relacionados com os critérios de avaliação e selecção de propostas concorrentes, políticas de género. Para a selecção destes documentos, os temas definidos foram: género, avaliação de proposta, critérios de avaliação, procedimentos de avaliação. Estes documentos foram seleccionados com a finalidade de aprofundar as regras e principais formalmente institucionalizados com vista à avaliação e selecção de proposta de investigação e à promoção da igualdade de género. Neste sentido, foram consultados os seguintes documentos: chamadas de projectos para financiamento de 2006 à 2020; Decreto n.º 50/2015; Estratégia de Género do FNI e Manual de Normas e Procedimentos para o Financiamento aos Projectos.

3.4.3. Observação Workshop

Durante a realização da primeira etapa da recolha de dados, no âmbito da interacção com o Fundo do Desenvolvimento Institucional (FDI), tivemos a oportunidade de saber da realização de um *workshop online*, virado para a questão de género e ES em Moçambique. Tomando conhecimento do presente estudo, o FDI endereçou-nos um convite para participar desse evento considerando o facto não apenas de o mesmo retratar uma das dimensões do tema de pesquisa deste trabalho, mas também porque nele estariam presentes outras instituições vinculadas à participação da mulher na ciência.

Não obstante não ser uma técnica de recolha de dados inicialmente definida, aceitámos a oportunidade de participar do evento como investigadora-participante. Para não sujeitar o nosso projecto às linhas de reflexão do evento e correr o risco de perder de vista a vigilância epistemológica³, revisitámos o nosso projecto de pesquisa para avaliar os objectivos e os indicadores e confrontar com o programa temático do evento. Optámos por gravar e transcrever a

³Bourdieu, Passeron, e Chamboredon (2007) definem a vigilância epistemológica, de modo geral, como o controlo que o investigador exerce durante a pesquisa científica sobre a condução do processo de acordo com as exigências de observação dos critérios de validação científica.

informação de todo o evento de modo que pudéssemos seleccionar posteriormente e com mais tempo os conteúdos relevantes tendo em conta os objectivos da nossa pesquisa.

Durante o *workshop*, limitamo-nos à simples presença, o que implicou não emitir qualquer opinião em torno dos temas em discussão. Esta observação foi relevante para este estudo, na medida em que possibilitou a recolha de informação acerca das representações sobre as mulheres na ciência; da situação da mulher no acesso ao ES no país; das estratégias adoptadas e sugeridas para promover o maior acesso e participação das mulheres no ES e na produção científica. Os dados recolhidos no *workshop* foram igualmente relevantes para compreender o acesso das mulheres a oportunidades de pesquisa e formação académica em outras instituições, pois as experiências vivenciadas nesse âmbito contribuem para o aumento do volume do capital cultural tanto em forma de títulos atribuídos (certificados) quanto em termos capacidades e habilidade profissionais desenvolvidas e possuídas. Desta forma, não foi necessário realizar a recolha de dados junto de tantas instituições que participaram do evento, uma vez que, as suas intervenções durante a sua participação revelaram as suas experiências, representações e acções relacionadas à promoção da igualdade de género no acesso a oportunidades de formação académica e pesquisa científica.

3.5. Universo e amostragem da pesquisa

3.5.1. Universo de pesquisa

Definimos como constituintes do nosso universo de pesquisa três categorias de actores. A primeira é dos funcionários e representantes do FNI vinculados ao processo de definição e aplicação dos critérios de elegibilidade ao financiamento; A segunda é de funcionários e representantes de outras instituições vinculadas à carreira académica e de investigadora de mulheres no país, nomeadamente: o IBE, IES tais como a UEM, o Instituto Superior de Ciências e Educação à Distância (ISCED), o Ministério de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e instituições participantes do *workshop* organizado pelo FDI através do MCTES em Dezembro de 2021. A terceira categoria é de mulheres que concorreram para o financiamento de projecto de investigação científica do FNI durante o período em análise neste trabalho.

Subdividimos esta categoria em duas categorias: de mulheres que conseguiram obter financiamento e de mulheres que não se beneficiaram desse financiamento.

3.5.2. Amostragem e selecção dos participantes

Realizámos uma pesquisa qualitativa, pelo que, tivemos de adoptar uma amostragem não probabilística por estar, afirma Gil (2008), vinculada aos estudos qualitativos. Para a selecção dos entrevistados das três categorias acima definidas, recorreremos à amostragem por acessibilidade/convencional, condicionados pelas condições encontradas no campo para ter acesso aos participantes da pesquisa.

Entende-se que a amostragem convencional é a que possibilita ao investigador limitar-se a trabalhar com aqueles elementos do universo de pesquisa aos quais é possível ter acesso. (*Ibidem*) Embora seja considerada de baixo rigor nos seus procedimentos, a amostragem convencional foi útil e apropriada para o presente trabalho, pois, dentre várias razões, os constituintes do universo não se encontravam em posição de fácil acesso para a sua localização e contacto e também estávamos sobre condicionamento da Covid-19. O acesso livre aos representantes das instituições com as quais trabalhámos foi barrado pelas próprias condições institucionais. No FNI, os júris que avaliam e seleccionam projectos de investigação são pontualmente constituídos e não são, geralmente, funcionários da instituição, pelo que, o acesso aos mesmos foi praticamente impossibilitado. Quanto às mulheres, algumas delas residem fora de Maputo, outras já não tem o contacto disponível, o que nos condicionou a trabalhar com aquelas às quais foi-nos possível encontrar e contactar.

Em termos de tamanho, trabalhámos com um total de nove (9) mulheres, quatro (4) que se beneficiaram do financiamento e cinco (5) que não foram beneficiárias; três (3) representantes do FNI; um (1) representante da UEM; um (1) representante do ISCED; um representante (1) do IBE; e, os 31 participantes do *workshop*. Este tamanho da amostra foi condicionado pela acessibilidade dos participantes, pelo que, tivemos de garantir a validade dos dados.

Para garantir a validade dos dados, adoptámos os critérios de diversificação, grupos estratégicos e apresentação de ilustrações. A diversificação consistiu em seleccionar os participantes da pesquisa com diferentes características. (Guerra, 2006) O grupo estratégico implica a inclusão de

grupos de participantes que se supõe terem diferentes pontos de vista sobre o objecto de estudo, enquanto as ilustrações consistem em apresentar estratos dos depoimentos relevantes dos entrevistados ao longo do relatório. (Sardan, 2017) Desta forma, diversificámos a amostra incluindo mulheres que receberam e que não receberam financiamento e indivíduos que ocupam diferentes posições nas suas instituições. Quanto aos grupos estratégicos, para além do FNI, principal instituição na atribuição de financiamento, incluímos na amostra outras instituições vinculadas à participação das mulheres na ciência. Por fim, estão evidentes no capítulo V as ilustrações retiradas das entrevistas para sustentar as nossas interpretações.

3.6. Técnica e instrumento de interpretação dos dados

Realizámos a interpretação dos dados por meio da técnica de análise de conteúdo. Para a organização dos mesmos, adoptámos o *Software Qualitative Data Analyze* (QDA4). A análise de conteúdo é consiste na selecção dos conteúdos dos dados em função do seu significado e relevância para compreensão do objecto de estudo. (Quivy & Campenhoudt, 2005) A sua aplicação é feita em três etapas subsequentes: na primeira o investigador realiza a leitura exploratória dos dados de modo a conhecer e seleccionar os conteúdos relevantes; na segunda se procede com a separação e agrupamentos dos dados em função das suas semelhança e diferenças; na última os grupos de dados são usados para interpretar os dados relevantes sustentando a interpretações com base em ilustrações. (Richardson, 2008)

Neste trabalho, seguimos as três etapas acima descritas. Primeiramente, procedemos com a leitura exploratória dos documentos recolhidos junto do FNI, seguindo-se a leitura das transcrições das entrevistas. Na segunda, procedemos com o tratamento apenas dos dados das entrevistas separando e agrupando de acordo com as suas semelhanças e diferenças. Aqui, considerámos as diferenças das respostas e não dos entrevistados. No final, seleccionámos alguns depoimentos de cada grupo de entrevistas para aprofundar e sustentar as interpretações.

3.7. Constrangimentos do estudo

Durante a realização deste trabalho, enfrentámos alguns constrangimentos. O primeiro está relacionado com o volume reduzido de estudos moçambicanos realizados em torno da participação da mulher na investigação científica, pois muitos deles falam da participação no espaço público no geral e do acesso ao ES no particular. Desta forma, combinámos os poucos estudos que identificámos com a bibliografia internacional, o que possibilitou constatar que os resultados assumem tendencialmente o mesmo sentido.

O segundo constrangimento foi a impossibilidade de trabalharmos com todos os elementos do universo de pesquisa que tínhamos definido inicialmente, o que permitiria diversificar mais ainda os grupos estratégicos. Para superar esse constrangimento, procurámos abranger todos os actores aos quais nos foi possível ter acesso e, para complementar, participar do *workshop online* que mencionámos acima. Esta participação possibilitou-nos captar diversos pontos de vista relevantes quanto à participação da mulher na investigação científica.

O terceiro constrangimento relevante de mencionarmos é referente à inacessibilidade de todas as mulheres que tenham participado de todas as chamadas de financiamento de projectos no FNI desde 2006 à 2020. A minimização da influência deste constrangimento na qualidade dos dados foi possível graças ao facto de algumas mulheres que participaram do estudo terem concorrido em mais de uma chamada, pelo que, as suas narrativas reflectem experiências vivenciadas ao longo dos anos diversas chamadas para financiamento. Nestes termos, é justificável assumirmos que as nossas interpretações reflectem o período delimitado.

3.8. Questões éticas

A pesquisa científica nas ciências sociais sujeita-se à exigência de observar algumas questões éticas. A primeira questão foi o consentimento informado, que observámos por meio da apresentação de um termo de consentimento no qual disponibilizámos informação relevante sobre a pesquisa aos participantes para que decidissem participar livremente e informados. Essa informação é referente ao tema, âmbito de realização, problema colocado, objectivos e finalidade

da pesquisa, procedimentos de selecção dos participantes, direitos e obrigações como se pode ver no termo de consentimento (vide anexo 2).

Observámos ainda a confidencialidade por meio do manuseamento dos dados de forma restrita ao controlo da investigadora principal. Garantimos o anonimato identificando as ilustrações das mulheres por meio de títulos académicos e dos representantes institucionais por meio do nome da instituição que representam. Entendemos ser relevante garantir a privacidade dos participantes informando que não eram obrigados a facultar dados que não pretendiam partilhar connosco e evitando colocar perguntas manipuladoras. Por fim, a divulgação dos resultados será feita por meio da disponibilização dos resultados na biblioteca virtual da UEM e na *internet*, bem como por meio da sua transformação em artigo científico para a sua publicação em revistas científicas e em fóruns científicos como conferências, palestras, entre outros.

Capítulo IV. Apresentação e discussão dos resultados

Neste quarto capítulo apresentamos os resultados mais relevantes obtidos. Subdividimos a exposição em cinco subcapítulos referentes sequencialmente: ao perfil sócio-demográfico das mulheres entrevistadas; definição e aplicação dos critérios de elegibilidade; participação das mulheres e dos homens no financiamento; representações sobre as mulheres nas instituições; e, barreiras impostas às mulheres no acesso ao financiamento.

4.1. Perfil sócio-demográfico das mulheres entrevistadas

Trazemos as características sócio-demográficas com base nas variáveis que permitem descrever o contexto do qual são originárias tais como idade, residência, estado civil, nível de escolaridade, área de formação, entre outras como se pode ver na seguinte tabela:

Tabela 1: dados sócio-demográficas das participantes da pesquisa

Código	Idade	Residência	Escolaridade	Estado civil	Área de formação	Instituição de filiação	Tempo de filiação
E1	35	Matola	Licenciada	Casada	Administração Pública		20
E2	35	Maputo	Mestre	Casada	Engenharia Florestal	MISAU e UEM	13
E3	37	Nampula	Licenciada	Solteira	Medicina	Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia de Cuamba	12
E4	55	Pemba	Doutora	Casada	Agronomia	IIA	19
E5	40	Maputo	Mestre	Casada	Ensino de geografia	UCM	10
E6	50	Chimoio	Professora Doutora	Casada	Pedagogia	IIAM-CZC	15
E7	42	Maputo	Mestre	Casada	Administração Pública	Serviços Distritais de Educação	12
E8	50	Matola	Mestre	Casada	Pedagogia	ISPM	15
E9	40	Nampula	Mestre	Casada	Pedagogia	UP	13

Fonte: Produzido pela autora

Entrevistámos um total de 9 mulheres que se encontram nas faixas etárias de jovem e adulto, com idades que vão dos 35 anos até aos 55 anos passando pelos 36 anos, 37 anos, 40 anos, 42 anos e 50 anos. As entrevistadas encontram-se a residir nas cidades da Matola, Maputo,

Nampula, Pemba e Chimoio, sendo que a maioria está na condição de casada e apenas uma é que é solteira. Identificámos quatro categorias quanto aos níveis escolaridade, a de licenciada, mestra, Doutora e Professora Doutora, com formação nas áreas de Engenharia Florestal, Agronomia, Medicina, Administração Pública, Ensino de Geografia e Pedagogia.

Quanto à instituição em que se encontram a trabalhar, uma delas está no Ministério da Saúde (MISAU) e na UEM simultaneamente, outras trabalham no Instituto de Investigação Agrária (IIA), na UEM, no IIAM-CZC, na Universidade Católica (UCM), no ISPM, na Universidade Pedagógica (UP), nos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia de Cuamba. O tempo de filiação a essas instituições laborais vai dos 10 anos, passando por 12 anos, 13 anos, 15 anos até os 19 anos de trabalho.

De acordo com a descrição acima, trabalhámos com um grupo de mulheres heterogéneo, constituído por entrevistadas jovens e adultas, residentes em diferentes cidades moçambicanas, com vários graus de escolaridade ES e formação em áreas médicas, sociais, humanas e agrónomas. Todas as mulheres estão vinculadas a instituições de pesquisa científica, sejam institutos de pesquisa ou IES, com mais de dez anos de trabalho nas mesmas, o que as confere uma trajetória significativa em espaços de produção científica.

4.2. Definição e aplicação dos critérios de elegibilidade ao financiamento

Neste segundo subcapítulo, trazemos os dados relevantes sobre o processo seguido no FNI para a definição e aplicação dos critérios de elegibilidade dos concorrentes ao financiamento de projectos de investigação na instituição. Optamos por separar os dados entre duas sessões, uma referente à definição dos critérios e outra relativa à aplicação desses critérios.

4.2.1. Definição dos critérios de elegibilidade

A candidatura e aprovação ao financiamento de projectos de investigação no FNI pressupõem o preenchimento, por parte dos concorrentes, de um conjunto de critérios de elegibilidade definidos pela instituição. No seu Manual de Normas e Procedimentos para o Financiamento aos

Projectos (MNPFP), o FNI (2015) assume o seu compromisso com o financiamento de três tipos de projectos, nomeadamente: de investigação, de inovação e agregados de inovação/*clusters*.

Para os projectos de investigação – que interessam a este trabalho – o fundo estabelece como critério básico a incidência em propostas de projectos que, estando no campo da económica ou social, sejam inerentes às seguintes áreas: (i) investigação que pretenda alcançar resultados aplicáveis na resolução de problemas que contribuem para a manutenção da pobreza no país a curto e médio prazo; (ii) inovação tecnológica ou organizacional, cujo modelo é disseminável para aplicação com vista o desenvolvimento socioeconómico do país; e, (iii) divulgação massiva de materiais de conhecimento científico que possam contribuir para melhor aproveitamento e uso racional de recursos naturais do país.

Parte-se, logo a prior, de uma abordagem a partir da qual são delimitados os tipos de projectos susceptíveis de serem seleccionados para o respectivo financiamento, o que implica que os concorrentes têm a obrigação de conceber as suas propostas escolhendo uma linha investigação dentre as previamente definidas pelo fundo. Após a escolha da área de incidência da proposta de projecto, os concorrentes devem preencher outros critérios: (i) não ser membro da equipa avaliadora das propostas; (ii) na submissão da proposta do projecto de investigação, apresentar o Curriculum Vitae (CV) sem o respectivo nome, de modo que sejam consideradas apenas suas qualificações; (iii) não buscar e nem possuir conhecimento dos comentários dos avaliadores antes da rejeição ou aprovação da proposta.

A partir dos critérios acima descritos, na medida em que são usados para validar e avaliar as propostas de projectos submetidas pelos concorrentes, é possível identificar as situações nas quais se está diante da não elegibilidade de alguns casos que não preenchem o que está previamente definido. Por exemplo, a ausência do CV pode constituir factor para invalidação duma proposta. Ainda assim, está patente no MNPFP a definição de critérios a serem aplicados para a invalidação de uma proposta, o que ocorre ao nível da triagem administrativa.

De acordo com o FNI (2015), as propostas acolhidas pela instituição podem ser rejeitadas mediante a aplicação dos seguintes critérios: projectos do mesmo autor, cuja prestação de contas não está em conformidade com o estabelecido no contrato, no MNPFP e noutros documentos anexados; proposta incompleta ou em inconformidade com as exigências do fundo; proposta inadequada com os princípios, pilares e áreas prioritárias anexadas pela instituição; irrelevância

dos resultados esperados para a sociedade civil, bem como para as estratégias governamentais referentes ao combate à pobreza; e, foco num grupo-alvo não considerado prioritário dentro das áreas prioritárias previamente anunciadas.

O cruzamento entre os critérios para a aprovação da submissão e os que levariam à invalidação de uma candidatura possibilitam identificar aqueles considerados fundamentais no processo de aprovação para o financiamento como se pode constatar na tabela 2.

Tabela 2: Critérios primários de avaliação técnico-científica para projectos de investigação

Critérios de Avaliação	Peso na Avaliação
a) Relevância para seis áreas prioritárias identificadas	5%
b) Significância do problema a investigar para o desenvolvimento do país	10%
c) A qualidade geral da proposta em termos de:	
c1) Caracterização do problema	15%
c2) Revisão da literatura científica relevante	10%
c3) Metodologia a ser usada	15%
c4) Adequação temporal para implementação do projecto	5%
c5) Custo-eficiência	5%
d) Capacidade técnica, científica e de gestão do proponente	20%
e) Resultados esperados e impacto em termos de benefícios socioeconómicos	10%
f) Qualidade dos Indicadores de resultados (para M&A)	5%
Total	100%

Fonte: FNI (2015)

De acordo com a tabela 1, em termos de valorização, as capacidades técnicas, científicas e de gestão do proponente desempenham funções prioritárias, seguindo-se o problema de investigação e a metodologia a ser usada. Contrariamente, o enquadramento das áreas de investigação, a adequação temporal, o custo-eficiência e a qualidade dos indicadores de monitoria e a avaliação assumem uma função secundária. Isto significa que são periodizados aspectos que recaem sobre o investigador, isto é, competências académico-científicas reveladas.

As avaliações baseadas em competências representam um aspecto crítico em sociedades como a moçambicana nas quais a mulher e homem continuam a ocupar posições desiguais, sendo este último o privilegiado no que concerne ao acesso às instituições de ensino. Na perspectiva de Bourdieu (1992), as instituições submetem à situação desfavorável os indivíduos com origem em posição inicialmente desfavorável em termos de desenvolvimento de competências exigidas nos vários processos de avaliação. Para o caso específico de Moçambique, Paulo (2016) afirma que muitas mulheres ainda enfrentam obstáculos para aceder e progredir na carreira académica-

científica com vista a adquirir e acumular competências que possibilitam concorrer em par de igualdade com os homens no acesso a diferentes oportunidades.

Ainda sobre atributos referentes ao proponente das propostas de projectos para financiamento, o FNI (2015) afirma que o mesmo poder ser um investigador nacional ou estrangeiro; deve apresentar, individualmente ou colectivamente, uma equipa de investigação que se mostre adequada para o empreendimento que se propõe levar a cabo. Para o caso de uma instituição, continuando, deve ser de investigação nacional e apresentar programas ou projectos de desenvolvimento institucional, nos quais estejam integradas acções de investigação ou divulgação científica – destacamos aqui apenas aspectos virados para os projectos de investigação científica.

Todos os critérios supramencionados estão definidos no MNFPF correspondendo à base de actuação do fundo no âmbito de todas as chamadas até então tornadas públicas para o financiamento de projectos de investigação. Os dados obtidos por meio de entrevistas realizadas junto dos representantes do FNI revelam a base da definição dos critérios de elegibilidade descritos como se pode ver abaixo:

Considerando que o fundo tem como objectivo financiar projectos de investigação e inovação que se mostram mais capazes de alcançar melhores resultados, isso exige que os proponentes tenham competências e habilidades apropriadas para conceber e implementar os projectos de forma eficaz e eficiente. Isto requer que sejam definidos critérios de selecção que possibilitem escolher os investigadores mais capacitados e hábeis. É por isso que as capacidades dos concorrentes são privilegiadas. (Entrevistado representante do FNI 1)

Esta passagem deixa mais claro ainda que mais do que priorizar o projecto apresentado, olha-se prioritariamente para as qualidades pessoais dos proponentes (individuais e ou em equipa) das propostas de projecto. É esta centralidade que torna relevante, neste trabalho, olhar para o ser mulher como um aspecto definidor do *status* do proponente capaz de conceber e conduzir um projecto igualmente elegível às propostas apresentadas pelos homens concorrentes.

Em todas as publicações de abertura de financiamento ocorre um processo de adaptação dos critérios acima definidos aos objectivos do momento por meio da definição dos critérios a serem privilegiados na respectiva chamada. Podemos tomar, como exemplo, a 9ª Chamada, publicada em 2017. De acordo com FNI (2017), para se candidatar a esse concurso, os critérios definidos

foram: podem ser projectos de investigação básica ou aplicada que buscavam soluções para problemas específicos e com impacto a curto ou médio prazo em termos de segurança alimentar, aumento de rendimento, produção científica; as propostas devem envolver pelo menos duas e não mais que três instituições parceiras, sendo que cada parceiro deve pertencer a instituições de investigação ou a instituições de ES públicas e/ou privadas ou empresas privadas ligadas à investigação; as áreas prioritárias devem ser, de acordo com a agenda do governo de Moçambique, dentro das áreas de agricultura, etnobotânica, energia, infra-estrutura, turismo.

É notável, a partir do exemplo da chamada acima, que as publicações para a submissão de propostas de investigação científicas apresentam mais detalhes, ou melhor, especificidades no que concerne aos critérios aplicáveis à avaliação das candidaturas. Um aspecto relevante é a mudança das áreas prioritárias ao longo das sucessivas chamadas, o que é feito em função da agenda governamental, visto que, representa interesse do fundo adequar as áreas de financiamento às áreas privilegiadas pelo governo. Outro aspecto curioso é a total ausência de referência à questão de género tanto no manual em citação, quanto nas chamadas observadas, especialmente no que concerne à promoção da inclusão da mulher, não obstante o fundo possuir uma Estratégia de Género concebida em 2016.

Dentre os seis objectivos definidos na estratégia supracitada, o quarto pressupõe minimizar a disparidade salarial e de acesso ao financiamento entre homem e mulher. (FNI, 2016) Para o alcance deste objectivo, em termos de medidas previstas, estabelece-se a necessidade de (i) garantir que os fundos e/ou cargos reservados à investigação devem procurar alcançar um equilíbrio numérico entre mulheres e homens; (ii) o recrutamento de mulheres deve ser activo procurando potenciais candidatas quando as mulheres não se candidatam a um cargo, com foco na liderança; e, (iii) incentivar as instituições, programas de financiamento a elaborar orçamentos com base na perspectiva de género na área da investigação estabelecendo um sistema de quotas de pelo menos 40% para as mulheres.

As referidas medidas da estratégia em referência não especificam e nem sequer incluem qualquer aspecto referente aos critérios de elegibilidade. Pelo contrário, conservam os critérios acima definidos intactos limitando-se a afirmar o compromisso da instituição com a maior inclusão da mulher com vista a promover o acesso equitativo entre homem e mulher ao financiamento disponibilizado. Olhando para algumas acções concretas previstas pela estratégia, pode-se

compreender que, de facto, a actuação da instituição na promoção da maior participação feminina está mais vinculada à sua adesão às chamadas do que ao efectivo acesso ao financiamento.

De acordo com a perspectiva do fundo, em termos de acções interventivas, há que realizar a divulgação da informação acerca do mundo da investigação, sobre a rede de mulheres investigadoras, congressos, publicações de trabalhos de investigação, oportunidades de financiamento, programas de escolas e universidades; realizar mentorização para apoiar nas escolhas de carreiras ajudando a mulher a planear e desenvolver a carreira, contacto com pessoal personalizado; e, promover a formação da mulher em termos de princípios básicos de comunicação oral e escrita científica, gestão de recursos humanos e gestão financeira.

Todas essas acções remetem à actuação do FNI no ambiente externo e em momentos de pré-candidatura ao financiamento anunciado nas chamadas. Postula-se que um trabalho antecipado deve ser realizado no âmbito do desenvolvimento da carreira académica e profissional das mulheres, promovendo condições favoráveis para que as mesmas adquiram competências, habilidades e capacidades que as permitam concorrer ao financiamento do fundo ao pé de igualdade com os homens diante dos critérios de elegibilidade previamente definidos.

O que se pode entender da não revisão dos critérios para acomodar a estratégia de género é que o FNI entende que os mesmos podem favorecer as mulheres basta que elas concorram ao financiamento nas mesmas condições com o homem quanto às suas competências técnicas, científicas e de gestão. Desta forma, o relevante seria que os conteúdos previstos na estratégia em referência sejam todos efectivamente materializados, embora o próprio fundo reconheça o facto de o alcance dos resultados previstos possa ser um evento que ocorra a médio ou longo prazo devido à complexidade da realidade na qual a mulher se encontra inserida na sociedade.

De facto, a actuação para além dos limites institucionais do FNI representa uma abordagem que possa favorecer a mudanças estruturais na sociedade numa perspectiva mais geral, pois intervenciona-se sobre as condições de origem nas quais assentam as desigualdades de competências entre homem e mulher. Como se observa a partir de Bourdieu (1992), é da trajectória dos indivíduos na sociedade donde emergem os factores de desigualdades que são posteriormente reproduzidos nas instituições de ensino. Seria apropriado promover a aquisição de competências por parte das mulheres ao invés de simplesmente favorecer o seu acesso ao

financiamento independentemente das suas habilidades técnicas, científicas e de gestão se a realidade fosse menos complexa.

De acordo com Ribeiro (2019), as desigualdades de género estão enraizadas nas estruturas da sociedade, que a sua transformação é um processo complexo que exige não apenas o envolvimento de todos os actores, mas também a combinação sinérgica entre as várias intervenções em diferentes áreas desde a cultural, social, económica até política. Isto significa que actuando apenas no âmbito académico e científico, o FNI não pode esperar gerar resultados a médio ou curto prazo, que garantam um acesso equitativo entre mulher e homem ao financiamento que disponibiliza sem acomodar as questões de género nos seus critérios elegibilidade. É neste sentido que se torna relevante aprofundar a forma como os critérios acima descritos são aplicados no processo de selecção e atribuição de financiamento aos concorrentes.

4.2.2. Aplicação dos critérios de elegibilidade

Neste segunda secção deste segundo subcapítulo, interessa-nos aprofundar a aplicação dos critérios de elegibilidade anteriormente descritos. De acordo com o FNI (2015), o processo de avaliação das propostas de projectos de investigação envolve diferentes actores a mencionar, considerando os fundamentais: Conselho Científico (CC), Conselho Administrativo (CA), Serviços de Projectos, Departamento de Planificação, Departamento de Administração e Finanças, Gabinete Jurídico. Sem que façam parte da equipe do da instituição, inclui-se também o júris de avaliação como um actor relevante.

O processo de avaliação das propostas de projectos de investigação ocorre nas seguintes quatro etapas sequenciadas nas quais são aplicados os critérios de elegibilidade: triagem administrativa, avaliação ética, avaliação técnico-científica e homologação. Está patente no MNPPF que na primeira etapa, o objectivo é avaliar a adequação das propostas aos princípios que norteiam a existência do fundo e a sua relevância para o desenvolvimento seleccionando-se todas as propostas que reúnam os requisitos mínimos exigidos. (FNI, 2015)

De acordo com os dados documentais, a equipa para a realização da triagem administrativa é composta por um júri constituído por um número mínimo de três elementos externos ao FNI,

sendo que o número máximo de elementos depende do número de propostas recebidas. Nesta etapa, a selecção dos avaliadores é feita com base num critério qualitativo e com recurso à consulta na base de dados constituída pelo fundo, devendo-se ter em consideração o nível académico, a área de formação, área de trabalho, experiência demonstrada, entre outros aspectos relevantes inerentes aos concorrentes.

Na realização da triagem administrativa, após a recepção de todas propostas, é feita a triagem das mesmas, onde se vai verificar a conformidade das propostas com os requisitos definidos. Desta forma, as propostas que não preenchem cumulativamente os requisitos são rejeitadas, facilitando o preenchimento do modelo de resultados da triagem. (FNI, 2015) Na sequência, segue-se a etapa da avaliação ética, cujo objectivo é avaliar as propostas aprovadas na etapa anterior quanto aos aspectos éticos, em casos em que esses aspectos se mostram relevantes. Esta avaliação deve ser submetida a uma instituição e/ou avaliadores reconhecidos a nível nacional e/ou Internacional.

Segue-se a avaliação técnico-científica com o objectivo avaliar o mérito técnico-científico das propostas aprovadas nas etapas anteriores. Para o efeito, deve ser constituída uma equipa de avaliadores, composta por um número ímpar de elementos, tendo no mínimo 5 avaliadores multidisciplinares, designando-se por painel, sendo que cada painel deve ter uma duração de três anos dando lugar ao painel seguinte do qual deve fazer parte um membro do painel anterior.

Para assegurar uma actuação imparcial do painel no processo de avaliação técnico-científica, são definidos requisitos para a constituição rigorosa do painel. Trata-se de definir que os seus membros constituintes devem constar da base de dados do FNI, devem possuir níveis acima dos autores das propostas de investigação em avaliação – doutoramento para avaliar as propostas de mestrado e mestrado para avaliar as propostas de licenciatura. Nesta etapa, é importante ainda que durante a avaliação verifique-se a descrição do grau académico, da experiência profissional do concorrente e da sua instituição empregadora.

Por fim, segue-se a etapa da homologação das propostas, na qual o objectivo é apreciar e aprovar as melhores propostas para o financiamento em função do orçamento disponível. Aqui, o Conselho Administrativo deve decidir sobre as propostas a serem priorizadas na atribuição e disponibilização do financiamento aprovado devendo-se seguir os procedimentos formais

exigidos para o desembolso. De referir que a prioridade das propostas é feita em função da classificação hierárquica das mesmas de acordo com a avaliação.

Este é o momento no qual a equidade do género deveria ser observada tomando em consideração todas as medidas e acções definidas para promover as habilidades e competências femininas no âmbito do desenvolvimento da sua carreira académica e profissional rumo à maior participação na busca pelo financiamento da investigação científica. No entanto, o conteúdo definido ao nível da Estratégia de Género do fundo permanece como um dever ser não alcançando o nível do ser, isto é, do seu efectivo cumprimento, o que concorre para a reprodução do fosso entre o número de mulheres e de homens beneficiários ao longo das sucessivas chamadas para financiamento. Retoma-se e aprofunda-se esta questão mais adiante.

Os critérios de elegibilidade dos concorrentes ao financiamento no FNI aparecem assim como recursos estruturais a partir dos quais os membros dos júris avaliam as propostas submetidas nas sucessivas etapas do processo. De acordo Bourdieu (2005), os agentes recorrem aos recursos estruturais para orientar as suas práticas sociais sendo por aqueles condicionados na busca pela satisfação dos seus interesses. No caso do júri do fundo, os critérios são usados para assegurar que as melhores propostas de investigação fossem seleccionadas considerando o seu potencial para alcançar os resultados desejados em termos de efeitos na sociedade. No entanto, como sugere Friedberg (1995), é preciso analisar a implementação dos critérios de elegibilidades dentro da sua complexidade organizacional no seio da qual ocorre para captar o cumprimento ou incumprimento dos preceitos estruturais. Este é um empreendimento que realizamos nos próximos capítulos.

4.3. Participação desigual da mulher no financiamento

Buscamos neste subcapítulo apresentar os resultados do trabalho referentes à participação da mulher no financiamento do FNI. De modo a oferecer uma compreensão holística e contextualizada, trazemos também resultados referentes à participação feminina em outras instituições de financiamento e de ensino, considerando a sua relação com o acesso à investigação científica. Desta forma, desdobramos esta parte do trabalho em três secções: da

participação feminina no FNI na perspectiva institucional; da participação feminina no FNI na perspectiva das mulheres; e, da participação da mulher noutras instituições.

4.3.1. Participação feminina no financiamento do FNI na perspectiva institucional

Mais acima (vide 2.2. Cap. I), apresentámos o gráfico no qual trazemos a participação da mulher no financiamento do FNI mostrando a sua evolução no tempo. Sem repetir o mesmo gráfico, para iniciar esta exposição com algumas constatações quantitativas, podemos analisar as tendências observadas ao longo dos onze anos de atribuição de apoio financeiro no fundo.

De acordo com os dados dispostos no gráfico supramencionado, desde 2008, ano em que decorreu a primeira chamada para financiamento, até 2020, ano em que decorreu a última chamada abarcada neste trabalho, as mulheres sempre tiveram menor representação na amostra total dos projectos financiados pelo fundo. Veja que em 2008, a diferença entre homens e mulheres foi de 20 atribuições, tendo variado ao longo dos anos até de 2020. Durante esse intervalo, verifica-se que a disparidade entre homens e mulheres beneficiários do financiamento do FNI variou em função do número total de projectos financiados. O pico desse fosso foi em 2020, ano em que foram financiados um total de 90 projectos dentre os quais 56 foram submetidos por homens contra 34 submetidos por mulheres, o que significa uma diferença de 22 projectos. (FNI, 2016)

Ao longo do período supramencionado, a menor diferença entre o número de homens e mulheres beneficiários do financiamento do FNI foi em 2018, de três projectos e em 2020, de 4 projectos. Isto é compreensível considerando o facto de esses terem sido os dois anos em que foram financiados menor número de projectos totalizando 11 e 6 respectivamente. O que estes dados quantitativos revelam é que de 2018 para 2020, embora tenha havido alguma oscilação da disparidade entre o número de projectos financiados de homens e de mulheres, a desvantagem da participação feminina conservou-se. As mulheres sempre foram, em todos os anos, as menos representadas no financiamento do FNI, não obstante os esforços anunciados pelo fundo de promover a maior participação feminina no seu financiamento.

A sub-representação das mulheres no financiamento de projectos académico-científicos é um fenómeno observado ao nível internacional, o que significa que os resultados do presente trabalho estão em conformidade com os achados de outros estudos como de Oliveira et al (2020), no qual os autores mostram que no contexto brasileiro, não obstante alguma progressão na participação feminina, os homens continuam a ser os mais beneficiados nos financiamentos de bolsas de estudos. Com base na perspectiva teórica de Bourdieu (2005), pode-se afirmar que a participação das mulheres nas instituições de financiamento está previamente condicionada pela sua posição subalterna da qual tem origem na sociedade. Isto significa que a sub-representação feminina no financiamento é a reprodução da subalternidade feminina na sociedade.

Podemos aprofundar mais a participação da mulher no financiamento do FNI fazendo referência ao número de mulheres concorrentes e as áreas de investigação para as quais elas concorrem citando apenas exemplos de algumas chamadas – isto para evitar tornar este trabalho um acumulo de estatísticas. De acordo com os dados documentais referentes ao número de projecto submetidos em nosso poder⁴, na chamada publicada em 2011 foram submetidos um total de 159 projectos dentre os quais 108 são da autoria⁵ masculina, e 5, da autoria feminina; na chamada de 2012 foram submetidos um total de 113 chamadas, dentre as quais 87 de autoria masculina e 26 de autoria feminina. Na tabela 3, podemos verificar os restantes dados referentes às chamadas dos anos de 2013, 2015, 2016 e 2017.

Tabela 3: Distribuição dos números de projectos submetidos por anos

Ano	Total	M	F
2011	159	108	51
2012	113	87	26
2013	138	102	36
2015	262	208	54
2016	171	126	45
2018	218	185	33

Fonte: Produzidos pela autora a partir dos dados estatísticos do FNI

Com base nos dados da tabela 2 é possível afirmar que a participação desigual da mulher em relação ao homem no financiamento no fundo inicia na sua participação desigual ao nível da submissão de propostas de projectos. Se foi muito inferior o número de mulheres beneficiárias

⁴ Não nos foram facultados junto do FNI dados referentes aos anos de 2008 até 2010, 2014, 2017, 2019 e 2020.

⁵ De acordo com a perspectiva do FNI, define-se o sexo da autoria em função da liderança do projecto, pelo que, um projecto em que o líder é um homem, a autoria é masculina. O mesmo ocorre com as propostas consideradas femininas por serem lideradas por mulheres.

do financiamento, antes disso, foi igualmente inferior o número de mulheres que submeteu os seus projectos para concorrer ao financiamento para a realização das suas investigações.

Nestes termos, trata-se de afirmar que no âmbito da sua participação no financiamento do FNI, em relação aos homens, são poucas as mulheres que tomam parte de igual modo que são poucas as mulheres que fazem parte. Recorde-se do fazer parte e do tomar parte na perspectiva de Bordenave (1983) sobre a participação. Interpretamos o fazer parte como acto de as mulheres concorrerem para as chamadas de financiamento por meio da submissão dos seus projectos – fazem parte do grupo de concorrentes – e o tomar parte como o efectivo do financiamento após a aprovação das suas propostas de investigação científica – tomam parte do financiamento do fundo do FNI.

É importante clarificar que falamos do efectivo financiamento como o acto de garantir que as mulheres tomem parte, pois deparamo-nos com pelo menos um caso em que uma das participantes da pesquisa afirmou que a sua proposta foi aprovada, mas nunca chegou a receber o desembolso do financiamento. Nestas condições não se chega a tomar parte. A necessidade de distinguir os momentos de fazer parte e tomar parte resulta do facto de na perspectiva de um dos entrevistados representantes do FNI, o primeiro momento condiciona o segundo, como podemos verificar na ilustração seguinte:

“Entram mais propostas feitas por homens do que por mulheres e na avaliação, logicamente, aquele que tem maior número de propostas submetidas, terá maior número de propostas aprovadas. Logo, há um desequilíbrio entre pesquisadores homens e mulheres. Não é porque estas mulheres não estejam envolvidas no processo de pesquisa, as mulheres aparecem como integrantes das equipas, mas sem o papel relevante. Elas não se encontram na liderança das equipas, mas as mulheres, na verdade, fazem a pesquisa e os homens aparecem como líderes e assinam o relatório para entregar ao FNI. Os homens continuam a desenvolver pesquisas e a participar em conferências nacionais e internacionais.” (Entrevistado representante do FNI 1)

O facto de serem poucas mulheres a concorrerem às chamadas de financiamento contribui para que elas tenham pouca possibilidade de serem seleccionadas mais propostas femininas. Algum exercício matemático pode fundamentar essa alegação. Tomando como exemplo o ano de 2012, o gráfico 1 acima indica que foram aprovados um total de 90 projectos, dos quais 12 eram de autoria feminina e a tabela 2 também acima indica que para a chamada publicada nesse ano, concorreram apenas 26 mulheres. Isto significa que o número total de mulheres concorrentes

(26) em 2012 não era suficiente para atingir nem a metade do número total de projectos financiados ($90/2=45$) no mesmo ano. Desta forma, as disparidades numéricas no momento do fazer parte influenciam para as desigualdades numéricas no momento do tomar parte.

É neste sentido que se torna relevante interpretar os dados expostos a partir da perspectiva de Bourdieu (2005) para não limitarmos a nossa compreensão ao momento do tomar parte. De acordo com este autor, o acesso aos recursos dentro de um determinado campo está condicionado, logo a priori, pela posição que cada agente ocupa nessa estrutura, isto é, no seu lugar de origem. Trata-se, desta forma, de buscar na posição (ou posições) ocupada pelas mulheres no campo académico-científico os condicionamentos que concorrem para a sua fraca concorrência às chamadas do FNI.

É esse empreendimento que levamos a cabo quando aprofundamos a situação feminina em outras instituições académicas e de financiamentos mais adiante como realizaram em outros contextos autores como Lino e Mayonga (2016). No entanto, para já interessa aprofundar alguns aspectos patentes na ilustração acima, para sermos mais precisos, dois aspectos. O primeiro é que se reconhece que as mulheres tendem a participar das equipas de pesquisa por via de posições inferiores a dos homens, o que as torna subalternas à liderança masculina desempenhando as funções de assistentes durante a investigação. Achados semelhantes foram encontrados por Rezende e Quirino (2017) quando afirmam que as mulheres estão a inserir-se cada vez mais na pesquisa científica, mas o fazem por meio de tarefas menos prestigiosas e sem poder, não tendo acesso à tomada de decisão.

A segunda questão, relacionada com a anterior, é que embora formalmente ocupem posições menos privilegiadas na investigação científica, as mulheres vivenciam situações em que realizam todo o trabalho relevante e prestigiado da investigação, todavia são os homens que recebem todo o crédito, na medida em que, como coordenadores do projecto, gozam do direito de assinar os relatórios submetidos ao FNI. Recorde-se que, como afirma Fonseca (2002), a investigação científica exige o domínio e aplicação dos procedimentos metódicos de forma reflexiva de acordo com os princípios científicos de modo a construir conhecimento sobre uma determinada realidade. Todo este trabalho, quando exercido pela mulher subalterna na investigação científica, é relegado a invisibilidade pela figura masculina. Consequentemente, as competências e habilidades femininas para investigação não são reconhecidas.

A invisibilidade das actividades femininas é uma questão que tem merecido atenção em diferentes domínios de debate associado ao trabalho doméstico (cf. Barbosa, 2011), ao trabalho produtivo agrícola (cf. Oliveira, 2018; Machava, 2021). Se antes esse tipo de trabalho era visto como confinado ao espaço privado (doméstico e/ou familiar), os resultados do presente trabalho mostram que a invisibilidade laboral se reproduz para o espaço público nas sociedades contemporâneas por meio, neste caso específico, do trabalho realizado na investigação científica. É preciso distinguir a invisibilidade feminina vinculada à baixa representação numérica da mulher na produção científica da invisibilidade que destacamos, pois nos referimos não apenas à fraca participação feminina, mas também a uma participação não reconhecida pelas instituições porque é ofuscada pela liderança e poder do homem.

Para encerrarmos esta secção, importa-nos fazer referência a uma questão destacada nas análises da participação feminina na produção científica: as áreas de investigação. De acordo com as matrizes estatísticas do FNI, as mulheres têm concorrido para o financiamento predominantemente em áreas como agricultura, ciências animais, etnobotânica, nutrição, sustentabilidade ambiental, saúde, saúde sexual e reprodutiva, saúde mental, água, ciências marinhas e pescas, energias, ciências sociais, educação, educação e tecnologia, piscicultura ciências marinhas. Interpretamos os percursos académico-científicos das mulheres nessas áreas de investigação científica com base no conceito de *habitus*.

Bourdieu (2005) afirma que *habitus*, enquanto um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinadas formas em uma dada circunstância, possibilitam compreender o porquê de os agentes estarem condicionados a agirem de determinadas maneiras em determinadas situações. Assumimos com base nesse conceito que as mulheres participantes deste estudo transportam consigo predisposições que as fazem enveredar pelas áreas de investigação científica que alistamos acima, pois reflectem suas inclinações resultantes de interiorizações passadas que se internalizaram com o tempo e se reproduzem no presente. É neste mesmo sentido que Lino e Mayonga (2016) demonstram que as mulheres vivenciam uma territorialidade tendo que convergir para áreas das humanidades, sociais, educacionais, pelo que, acabam menos representadas nas disciplinas exactas.

4.3.2. Participação da mulher ao nível de outras instituições nacionais

Nesta segunda secção, trazemos resultados referentes à participação das mulheres entrevistadas em outras instituições, relacionadas com o ensino e com a investigação científica para construirmos uma visão holística do seu percurso académico-científico. A participação das mulheres noutras instituições de ensino é teoricamente relevante, na medida em que, teoricamente, tem o potencial de influenciar no acesso ao financiamento no FNI, pois possibilita ao aumento do capital cultural. A análise desta participação é uma exigência teoricamente sustentada neste trabalho a partir da perspectiva da teoria de campo.

Os resultados deste trabalho revelam que as instituições académicas participantes desta pesquisa reconhecem que as mulheres na sociedade moçambicana estão sujeitas ao acesso desigual aos recursos necessários à construção da sua carreira académico-científica, como podemos verificar nas ilustrações seguintes:

“Inicialmente, muitos estudantes eram do sexo masculino, embora dentro da legislação do IBE já se diz que se deve promover a rapariga para poder ter bolsa tendo em conta a questão do género. Em 2019 já era possível notar a igualdade de género nas bolsas atribuídas pelo IBE, já era notável uma diferença de 10% para igualdade. Este foi um processo gradual, num universo de 1000 estudantes que entram anualmente para bolsas de estudo, 20% era de meninas, e as restantes, meninos. Em cada ano, a maior percentagem de bolsas que era dada ao sexo feminino ia subindo e de 2018 a 2020, tínhamos, por exemplo, 59% bolsas de sexo do masculino e 41% do sexo feminino.” (Entrevistado representante do IBE)

“O projecto FDI – MozSkills tem uma componente. Tem uma componente de doutoramento e de pesquisa que é executada em que a percentagem de mulheres com propostas aprovadas é ainda muito baixa quando comparada a dos homens. Há mais mulheres cada vez mais bem representadas no ensino superior, mas ainda estamos muito longe de atingir o nível de paridade.” (Entrevistado representante do MCTES)

No acesso a bolsas de estudo, bem como no acesso a oportunidade de financiamento de projectos de investigação em Moçambique, as mulheres se vêm sujeitas a situações de desvantagem em relação ao homem. No caso do IBE, reconhece-se que desde 2018 elas sempre foram as menos beneficiadas, sendo que as melhorias alcançadas possibilitaram atingir um estágio em que em 2020, 59% das bolsas foi atribuído aos concorrentes do sexo masculino contra 41%, que foi atribuído a mulheres. Situação semelhante é observada para o caso do financiamento de investigações científicas no projecto FDI – MozSkills, no qual os resultados apontam que as

propostas femininas aprovadas ainda são reduzidas em comparação com as propostas masculinos.

O acesso reduzido por parte das mulheres não se limita, desta forma, às oportunidades de financiamento de projectos de investigação científica. Pelo contrário, iniciam no acesso a bolsas de estudo, enquanto um recurso para a sua progressão na carreira académica. Veja-se que as bolsas representam um meio para os indivíduos progredirem nos níveis académicos acumulando mais capitais culturais incorporado e institucional, necessário ao acesso a outros recursos na sociedade. Na perspectiva de Bourdieu (1984), a primeira forma de capital consiste na informação e conhecimento interiorizados pelos agentes, enquanto a segunda refere-se ao reconhecimento institucional em forma, por exemplo, de títulos académicos.

Neste sentido, por meio do maior acesso a bolsas de estudo no IBE, as mulheres poderiam adquirir e acumular maior informação e conhecimento, o que as permitiria conceber melhores propostas de projectos para concorrer ao financiamento para suas investigações científicas. Por sua vez, quanto ao capital institucional, as bolsas de estudo contribuiriam para que as mulheres pudessem atingir níveis académicos cada vez mais elevados podendo, com efeito, concorrer para os financiamentos em par de igualdade com os homens, cujos níveis académicos são visíveis nas estatísticas do FNI sobre o perfil dos candidatos com as propostas aprovadas.

A partir de Bourdieu (2005), podemos compreender que esse acesso limitado das mulheres a bolsas de estudo e a outras oportunidades de financiamento traduz-se no acesso limitado, por sua vez, a outras oportunidades, neste caso, a de obter suporte financeiro do FNI para investigação, visto que, como afirma o teórico, o volume de capital, na medida em que define a posição ocupada pelo agente dentro do campo, define os privilégios e condicionamentos aos quais se está sujeito no acesso a recursos na sociedade. Isto significa que as mulheres com acesso limitado a oportunidades de estudar e financiamento ao longo da sua carreira têm a menor probabilidade de concorrer e obter sucesso na busca de suporte financeiro para suas investigações científicas. Esta realidade foi igualmente constatada por Oliveira et al. (2020), que denunciaram as assimetrias entre homens e mulheres no acesso a bolsas de estudo no contexto brasileiro como factor influente na exclusão destas últimas de posições de elite nos projectos de investigação.

As razões apontadas para a fraca participação das mulheres em outras instituições de financiamento não diferem das indigitadas pelo FNI:

“São muitas meninas que entram no ensino primário e lá vão até o ensino secundário, mas a medida que vão avançando, vão desistindo por diversas razões nas zonas rurais, assim como urbanas tais como os casamentos. Como o IBE dá prioridade as áreas das engenharias e de tecnologias, muitas meninas não optam por estes cursos, preferem seguir pelas letras e ciências sociais em que, por sinal, têm havido menos vagas.” (Entrevistado representante do IBE)

“A proporção de mulheres que concorre é baixa. E é muito baixa ainda porque o foco das bolsas que são financiadas através do ICIP é a área do STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Estas são áreas para as quais as mulheres menos concorrem, há menos graduadas mulheres, menos estudantes mulheres na área do STEM, apenas 4.5% são mulheres nos STEM no do ensino superior em geral. Neste momento, as mulheres representam cerca de 45% da população escolar, mas desse 45%, apenas 4.5% está nas áreas do STEM, o que significa que as mulheres não vão para as engenharias, não vão para as ciências, não vão para tecnologias. Isso tem raízes culturais, não é uma coisa que se pode mudar facilmente porque resulta na educação das mulheres desde a infância, do processo de socialização na escola, etc. Foi-lhes inculcado que essas coisas de engenharias, ciências, são para os homens e não para mulheres.” (Entrevistado representante do MCTES)

O número reduzido de mulheres a concorrer para oportunidades de financiamento de bolsas de estudo é o principal factor apontado e destacado como condicionante para que se tenha menor participação feminina no financiamento de projectos de investigação. O importante é, neste sentido, encontrar os factores que concorrerem para essa baixa concorrência feminina a bolsas de estudos, pois é aqui onde reside a raiz do problema.

Do ponto de vista do entrevistado do IBE, a fraca concorrência feminina resulta do abandono prematuro da escola por parte das raparigas ainda nos níveis secundários de ensino, o que está associado, por sua vez, a factores culturais como casamentos prematuros. Em Moçambique, os casamentos prematuros são, de facto, eventos que ainda ocorrem em diferentes localidades do país (Bassiano & Lima, 2018). De acordo com estes autores, estas formas de casamento têm contribuído para que as raparigas abandonem a sua carreira escolar para se dedicar aos afazeres domésticos ou porque incorrem a gravidezes igualmente prematuras. Esta realidade torna ainda mais complexa a questão da participação feminina no financiamento de projecto de investigação científica, na medida em que as insere em uma rede de fenómenos reciprocamente relacionados entre si.

Veja-se ainda que de acordo com os entrevistados do IBE e MCTES, outro factor insere na rede dos factores relacionados com o fraco acesso feminino a bolsas de estudo, as áreas de formação pelas quais as mulheres tendem a enveredar no âmbito da sua candidatura. No IBE as mulheres têm concorrido mais para cursos de letras, em que existem menos vagas disponibilizadas porque o instituto concede menor número de bolsas de estudo, pois privilegia áreas de engenharia e tecnologia. O mesmo acontece para o caso do MCTES, onde por meio do ICIP, que é área de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM), são oferecidas bolsas maioritariamente nas áreas das engenharias, ciências, tecnologias.

Mais uma vez, chamamos Bourdieu (1984) para interpretar essa inserção escolar das mulheres em áreas científicas vinculadas às letras e ciências sociais como a reprodução e exteriorização do *habitus* interiorizado desde o processo de endoculturação, no qual aprenderam a dupla moral que define e distingue as áreas de formação masculina e das áreas formação feminino. Essa distinção é confirmada ao longo do percurso académico de ambos, na medida em que os homens tendem a seguir pelas engenharias, ciências e tecnologias, enquanto as mulheres, por sua vez, enveredam pelas letras e ciências. Deste ponto de vista, a inserção das mulheres nas áreas ditas masculinas reflectem mudanças ocorridas nos últimos anos com efeito na transformação desse *habitus* de origem.

4.3.3. Participação feminina a partir da perspectiva da mulher

Olhar para a participação feminina no financiamento do FNI do ponto de vista das próprias mulheres concorrentes entrevistadas é uma forma de construir um quadro de interpretação ainda mais abrangente. Este é o empreendimento que levamos a cabo nesta terceira sessão do presente subcapítulo.

Dentre as mulheres entrevistadas, identificamos diferentes experiências de participação em termos numéricos, de resultados alcançados e das posições ocupadas nas propostas submetidas, como demonstramos a partir das ilustrações seguintes:

“Foi em apenas um projecto em 2017, em que o homem foi o coordenador.” (Agrónoma de 42 anos de idade, Mestre e beneficiária de dois projectos)

“Concorri por duas vezes, em 2016 e 2018, não consegui em nenhuma das vezes.” (Docente de Geografia de 55 anos, Mestre não beneficiária)

“Foram cinco vezes, da 6ª chamada até a 10ª chamada. Ganhei apenas um projecto em que fui a coordenadora.” (Entrevistada⁶ com 54 anos de idade, Prof. Doutora e beneficiária de um projecto)

“Sempre que tenho conhecimento de oportunidades de financiamento, estou lá, mas nunca ganhei sequer uma vez.” (Engenheira de 35 anos de idade, Mestre não beneficiária)

No seio das nossas interlocutoras existem mulheres que concorreram apenas uma vez para as chamadas do FNI, aquelas que concorreram duas vezes, as que concorrem cinco vezes e as que concorreram sempre que tiveram conhecimento da publicação de uma chamada para financiamento.

As entrevistadas alcançaram diferentes resultados no âmbito da sua candidatura independentemente das vezes em que concorreram. Se uma das entrevistadas concorreu apenas uma vez e obteve sucesso, a outra entrevistada concorreu em todas oportunidades das quais teve conhecimento, mas não obteve sucesso em nenhuma delas. Desta forma, se por um lado observámos que maior número de propostas de projectos femininos aumenta a possibilidade de haver maior número de mulheres financiadas, por outro lado maior número de vezes em que uma mesma mulher concorre para as chamadas do FNI não aumenta a possibilidade de a mesma obter o financiamento. Isto significa que a possibilidade de obter financiamento em cada chamada deve ser analisada de forma independente, em outras palavras, a presença numa chamada não influencia nas chamadas seguintes.

A participação das mulheres no financiamento do FNI ocorre por intermédio de diferentes posições, de subordinada, bem como de coordenadora (líder). De acordo com os resultados, dentre os casos com os quais trabalhámos, existem mulheres que ganharam o financiamento do fundo tanto como coordenadoras, quanto como subalternas de um coordenador masculino. Se a subalternação das mulheres nos grupos de investigação científica remete ao risco, nalgumas circunstâncias, da invisibilidade do seu trabalho na produção científica, a sua liderança é uma oportunidade clara que elas têm de tornar visíveis as suas capacidades de liderar empreendimentos dessa natureza. Conseguir obter financiamento junto do FNI representa uma

⁶ Por opção, esta entrevistada não facultou dados referentes à sua área de formação e profissional.

conquista por parte das mulheres, isto é, como diria Bourdieu (2005), um esforço para a subversão da estrutura do campo cultural.

Deparamo-nos com uma heterogeneidade quanto às perspectivas das mulheres relativamente à participação das chamadas do FNI por meio da colaboração com os homens. Algumas entrevistadas defendem a importância de constituir grupos de pesquisa mistos como as seguintes:

“Normalmente, junto-me a colegas de serviço ou colegas de outras instituições parceiras da nossa instituição. Procuo envolver tanto homens, quanto mulheres. Concorro com homens e mulheres para criar oportunidades iguais para ambos visando o equilíbrio de género.” (Engenheira florestal de 50 anos, Mestre e beneficiária de dois projecto)

“É a própria faculdade de agronomia. Eu, as vezes, faço apresentação para partilhar a ideia de se candidatar acabando por concorrer em nome da instituição, daí que se constitui uma equipa multidisciplinar que inclui homens e mulheres. Não vejo mal algum.” (Engenheira de 35 anos de idade, Mestre não beneficiária)

Pelo contrário, outras mulheres entendem ser melhor concorrer isoladamente como é o caso das representadas nos dois casos abaixo:

“Tenho concorrido sozinha. Só assim eu posso mostrar que sou capaz e posso ganhar reconhecimento social sem depender de nenhum homem.” (Administradora Pública de 40 anos de idade, licenciada não beneficiária)

“Por mim, não me teria juntado a ninguém, concorreria sozinha e só mais tarde, talvez, poderia procurar parcerias, mas a instituição me juntou a outros colegas de trabalho do sexo masculino.” (Técnica de REG de 37 anos de idade, Licenciada não beneficiária)

A participação nas chamadas para financiamento por meio de grupos mistos em termos de género pode ocorrer por iniciativa das próprias mulheres que entendem ser importante incluir também homens de modo a igualar as oportunidades para ambas as categorias, criando assim um equilíbrio do género. Até aqui tudo bem, pois concorda-se com a constituição de grupos mistos. O cenário muda quando a criação desses grupos resulta de imperativos da instituição de pertença por meio da qual se concorre.

As mulheres podem posicionar-se com indiferença em relação à imposição institucional para a constituição de grupos de investigação mistos, mas também podem assumir um posicionamento crítico. Este segundo posicionamento resulta da preferência feminina por participações isoladas

como uma forma encontrada de demonstrar as suas capacidades de realizar uma investigação científica e de obter reconhecimento no seio da sociedade, o que seria difícil de alcançar com a colaboração masculina.

A participação feminina por meio da colaboração com investigadores homens pode ser uma forma de as mulheres aumentarem a sua potencialidade de obter financiamento e de participar de investigações científicas (Lino & Mayonga, 2016). Colaborar com homens funciona como uma estratégia de facilitação da participação feminina no financiamento. Pelo contrário, a opção pela participação isolada, sem a presença masculina, é uma decisão que pode resultar em reconhecimento social, mas que exige muito esforço. Bourdieu (2005) afirma que o capital cultural pode ser transformado em capital simbólico (honra e prestígio), mas é um empreendimento que exige muito investimento e muita luta. No caso das mulheres representadas nos casos acima, a luta seria no sentido de conseguirem oportunidades (financiamento) para transformar o capital cultural incorporado (informação e conhecimento) e/ou institucionalizado (títulos e/ou certificados) em prestígio (reconhecimento social).

Para entendermos melhor a forma de participação feminina nos concursos do FNI, é-nos relevante remeter às motivações das entrevistadas para concorrer. Os resultados de pesquisa apontam para uma diversidade de motivações, desde a abrangência dos editais passando pelas áreas de investigação financiadas:

“Os editais das chamadas são claros e inclusivos, pois permitem uma maior abrangência e inclusão dos concorrentes, estimulam a participação feminina.” (Entrevistada de 50 anos, Mestre e beneficiária de dois projecto)

“As áreas propostas se alinham com a minha experiencia profissional.” (Entrevistada com 54 anos de idade, Prof. Doutora e beneficiária de um projecto)

Até o interesse em dar continuidade a carreira académico-científica, buscar reconhecimento social e gerar condições para melhorar as condições de vida familiares e da comunidade como se vê a seguir:

“Oportunidade de aprender e engrenar na área da investigação científica, partilhar ideias e experiencias que tenho, poder crescer e ser reconhecida como investigadora, a falta de fundos na nossa instituição.” (Engenheira de 35 anos de idade, Mestre não beneficiária)

“Buscar financiamento para melhorar o modo de vida para mim como mulher, para minha família e ajudar a minha comunidade na dieta alimentar, contribuir para o desenvolvimento do país.” (Técnica de REG de 37 anos de idade, Licenciada não beneficiária)

A submissão de propostas às chamadas no FNI tem adjacente motivos profissionais, académicos, socioeconómicos. Do ponto de vista profissional, a possibilidade de construir uma carreira sequenciada por meio do investimento em áreas financiadas pelo fundo faz com que as entrevistadas se sintam motivadas a participar das chamadas, pois encontram uma correspondência entre as oportunidades oferecidas e suas aspirações profissionais. Isto significa que não obstante se observar que as áreas de financiamento prioritárias do FNI estarem viradas para as ciências, engenharias e tecnologia, consideradas masculinas, as mulheres encontram algumas áreas que correspondem às suas aspirações. Vimos antes que as entrevistadas concorrem mais para áreas como agricultura, ciências sociais, ciências de saúde.

Do ponto de vista académico, trata-se da luta pela acumulação do capital cultural e, por meio de deste, da acumulação do capital simbólico. Num primeiro momento, a busca por novas experiências e novos conhecimentos relativamente à investigação científica motiva as mulheres a participarem das chamadas do fundo. Num segundo momento, projecta-se que essas experiências e conhecimentos acumulados servirão de base para conquistar o reconhecimento no campo cultural, mais especificamente científico, como investigadora com habilidades e capacidades de realizar investigação científica com vista a produção de conhecimento. Para o caso exemplar ilustrado acima de uma das entrevistadas, estas aspirações não foram ainda realizadas considerando o facto de ainda não se ter beneficiado do financiamento do FNI em nenhuma das chamadas para as quais concorreu.

Quanto aos motivos socioeconómicos, em primeiro lugar destacamos a percepção da abrangência e inclusão dos critérios de elegibilidade tornados públicos por meio das chamadas do FNI, nas quais as mulheres não apenas são inclusas, bem como são estimuladas a participar. Em segundo lugar, está a busca de recursos financeiros necessários à realização da investigação científica que não estão disponíveis nas instituições de pertença. Neste segundo caso, o financiamento é um meio para realizar um empreendimento (investigação científica) para alcançar um bem maior: contribuir para o desenvolvimento do país e melhoramento das condições de vida da mulher, das suas família e da comunidade.

Nos motivos socioeconómicos, tanto num quanto noutro caso, a questão de género se encontra implicitamente adjacente. De um lado, essa questão aparece quando as entrevistadas entendem que o FNI revela preocupação com a participação da mulher na investigação científica definindo critérios claros para a sua materialização. Do outro lado, a questão do género aparece quando se refere à luta pela melhoria das condições de vida das mulheres por meio da realização de investigações científicas, cujos resultados sejam posteriormente traduzidos em *inputs* para intervenções junto desse grupo-lavo. De uma forma ou de outra, trata-se da luta pela promoção da mulher na sociedade moçambicana.

Quando confrontadas com os dados referentes à maior atribuição de financiamento a propostas lideradas por homens em comparação com as lideradas por mulheres, as entrevistadas assumem diferentes posicionamentos. De acordo com os resultados da pesquisa, as percepções vão da atribuição de culpa ao fundo ou à própria mulher:

“Talvez seja porque o FNI não dá um grande peso na pontuação de projectos coordenados por mulheres (não faz discriminação positiva). Pode ser que as mulheres se sintam pouco motivadas a concorrer como coordenadoras. São hipóteses.” (Engenheira florestal de 50 anos, Mestre e beneficiária de dois projecto)

“A fraca autoconfiança por parte das mulheres. Também são poucas mulheres habilitadas em escrever projectos de qualidade, tem as linhas de investigação e as áreas que são predominadas por homens.” (Entrevistada com 54 anos de idade, Prof. Doutora e beneficiária de um projecto)

Passando pela culpabilização da instituição académica da qual se é funcionário como está patente na ilustração seguinte:

“As vezes o problema começa mesmo na universidade, porque embora sejam ideias de uma pessoa, ela deve concorrer em nome de uma instituição em que tem como representante maior o líder da instituição, daí que esses mesmos líderes orientam quem deve estar em frente do projecto por uma questão de estratégia (influencia, experiência), o que muitas das vezes acontece que a pessoa indicada seja homem, levando de certa forma a mulher, a dona da ideia, a aparecer como simples membro da equipa do projecto e não coordenadora.” (Engenheira de 35 anos de idade, Mestre não beneficiária)

Até a indigitação da situação privilegiada em que o homem se encontra e da situação não privilegiada da mulher na sociedade, como se vê abaixo:

“A maior disponibilidade dos homens para realizar pesquisas e maior experiência adquirida por conta dessa maior disponibilidade. A mulher normalmente tem dificuldades de sair do seu ponto de trabalho para outros lugares devido às questões domésticas, pelo que, normalmente tende a limitar as suas pesquisas a poucos locais.” (Agrónoma de 36 anos, Doutora e beneficiária de dois projectos)

“Suponho que os homens já tiveram oportunidade de participar em mais projectos em relação às mulheres, já tiveram oportunidades de participar em mais projectos em relação as mulheres, tem mais experiência e tempo para aprimorar os projectos que, por vezes, são complexos.” (Docente de Geografia de 55 anos, Mestre não beneficiária)

Com algumas similaridades, cada mulher tende a perceber e a explicar o maior beneficiamento do homem pelo financiamento do FNI a partir de factores que lhes são relevantes. O fundo é indicado como uma instituição cujas políticas não favorecem à maior participação da mulher desde a concorrência até a sua aprovação. As entrevistadas entendem que as áreas de investigação divulgadas nas chamadas para financiamento favorecem mais aos homens em detrimento das mulheres, na medida em que correspondem a áreas predominantemente masculinas. Esta é uma questão que já discutimos acima. Refere-se ainda que a avaliação do FNI não atribui mais peso às propostas femininas, o que significaria pautar por uma avaliação diferenciada dando prioridade aos projectos liderados por mulheres.

A priorização das mulheres deveria ocorrer, do ponto de vista da interlocutora com essa percepção, por meio da discriminação positiva. Entendemos por discriminação positiva o acto de atribuir tratamento diferenciado a duas ou mais pessoas em função de uma ou mais características privilegiando a pessoa que se pretende beneficiar (cf. Barcellos, & França, 2016). No caso específico do FNI, essa forma de tratamento implicaria avaliar de forma diferenciada as propostas de projectos de investigação submetidas por homens e mulheres atribuindo mais pontuação as pertentes a estas últimas. Este procedimento conduziria, de facto, a maior inclusão da mulher resultando no crescimento do número de mulheres beneficiadas. Todavia, não resolveria directamente o problema da fraca participação feminina no acto de fazer parte (concorrer) – a não ser que sirva de motivação para maior adesão das mulheres às chamadas para financiamento – e seria o desvio de alguns critérios de avaliação e selecção de propostas de projectos: ter como base as habilidades e capacidades dos proponentes na realização da investigação científica.

A culpabilização das mulheres recai sobre dois aspectos. O primeiro refere-se à falta de habilidades e capacidades para o desenho de propostas de pesquisas de qualidade em condições de superar as propostas desenhadas por homens. Nestes termos, podemos afirmar que a mulher, para recorrer a Bourdieu (1984), pode possuir o mesmo capital cultural institucionalizado que o homem em termos de títulos académicos, mas possuir baixo volume de capital cultural incorporado, isto é, conhecimento e habilidades para apresentar propostas que atendam aos critérios do FNI e superem as propostas dos homens. O segundo aspecto aponta para o número reduzido de mulheres que concorrem às chamadas de financiamento do fundo, o que as coloca, logo a priori, em desvantagem numérica para se equipararem aos homens. Este segundo aspecto pode estar associado, como revelam os resultados acima, à falta de motivação feminina para concorrer na qualidade de coordenadora.

A não participação da mulher nos grupos de pesquisas concorrentes ao financiamento na posição de coordenadora pode não resultar necessariamente ou somente da sua falta de motivação, mas também das imposições institucionais. De acordo com os resultados, outra percepção acima descrita remetendo à culpabilização da instituição, refere que as instituições universitárias são as primeiras a privilegiar as lideranças masculinas nos grupos de investigação. São as próprias universidades a indigitar o homem como coordenador das propostas submetidas ao FNI. Mesmo em casos em que a ideia inicial seja da autoria feminina, a instituição privilegia o homem colocando a mulher numa posição subalterna sobre argumento de ser por questões estratégicas, isto é, para ter maior possibilidade de ter a sua proposta aprovada.

Acredita-se assim que a priorização da liderança masculina nos projectos de investigação científica é uma condição objectiva dentro do campo, na medida em que é partilhada por todos os agentes, ou por maior parte deles, que se encontram no seu interior. Primeiro são as próprias entrevistadas que afirmam que as mulheres estão menos representadas no financiamento do FNI porque não possuem capacidades para desenhar propostas de projectos de qualidade equiparável à do homem. Segundo, são as instituições de ensino que privilegiam a coordenação masculina porque entendem que estrategicamente confere maior possibilidade de obterem sucesso em comparação com a coordenação feminina. Adjacente a este acto estratégico institucional a convicção segundo a qual o FNI e seus avaliadores partilham a mesma percepção, de que as mulheres estão em menos condições de coordenar uma investigação científica, pelo que, deve-se

privilegiar o homem. Segundo Bourdieu (2005), é típico do campo que os ocupantes de posições de poder procurem impor representações aos ocupantes de posições inferiores de modo que adotem comportamentos que favoreçam a reprodução do *status quo*.

Por fim, na questão da percepção sobre a superioridade masculina no financiamento do FNI, está a alegação de que as mulheres estão em situação desfavorável na sociedade. Isto resulta de dois factores. Primeiro porque elas estão sujeitas a dividir o seu tempo entre o trabalho doméstico no espaço privado e o trabalho académico-científico no espaço público, o que concorre, conseqüentemente, para que não disponham de tempo suficiente para se dedicar integralmente à investigação científica. Por exemplo, as mulheres enfrentam dificuldades para se deslocar para fora da província de residência, pois seriam obrigadas a abandonar os cuidados domésticos a terceiros. A dupla jornada à qual as mulheres continuam sujeitas nas sociedades é destacada como condicionante da sua participação limitada no espaço público (cf. Araujo, 2016) e da priorização do homem para determinadas actividades (cf. Eccel & Grisci, 2011).

O segundo factor, relacionado com o primeiro, está vinculado à inferioridade feminina em termos de experiência na área da investigação científica. Existe a percepção – os dados que apresentamos neste trabalho confirmam essa percepção – de que os homens têm mais oportunidades de participar de projectos em relação às mulheres, o que concorre para que eles acumulem mais experiência e conhecimento para desenhar e conduzir investigações científicas. Associado ao tempo do qual dispõem por não estarem sujeitos à dupla jornada, a experiência e conhecimento adquiridas são facilmente traduzidos em propostas de projectos de qualidade.

Nestes termos, o campo cultural em Moçambique oferece condições para a sua própria reprodução e conservação mantendo os homens na posição privilegiada e as mulheres, na desprivilegiada, uma vez que, aqueles têm maior possibilidade de aceder a oportunidades de financiamento de projectos e, por meio destas acumular experiências e conhecimento que servem de base para justificar a sua priorização na atribuição de financiamento. Trata-se de um ciclo dentro do qual as assimetrias se produzem e reproduzem. Como afirma Bourdieu (2005), na luta do campo, os privilegiados controlam os meios de distribuição do capital em jogo reservando e acumulando para si o maior o volume desse capital, o que lhes possibilita conservar a sua

posição de privilegiados e relegar os agentes que se encontram em posições inferiores à condição de não privilegiados.

Sujeitas às condições acima referidas, às mulheres esperariam encontrar nos critérios de elegibilidade um espaço para o nivelamento das assimetrias e a possibilidade de ter maior acesso ao financiamento no FNI. Daí resulta a exigência segundo a qual os critérios em vigor nessa instituição deveriam incluir a questão do género como vemos abaixo:

“Incluir como critério também o género (equilíbrio de género), ou pelo menos não exigir muito que os/as coordenadores/as tivessem o PhD como critério para coordenar um projecto, especialmente se forem mulheres.” (Engenheira florestal de 50 anos, Mestre e beneficiária de dois projecto)

A inclusão da questão do género implica abrir algumas excepções em alguns critérios de elegibilidade e exigências feitas aos candidatos, especialmente no que concerne ao nível académico imposto para que se possa ser coordenador. A descrição dos critérios de avaliação e selecção aplicados no FNI possibilitou observar que não se atribui nenhum tratamento especial às mulheres que concorrem ao financiamento. Na sua Estratégia de Género, os esforços para a promoção da equidade do género estão virados para o contexto extra-institucional no sentido de facilitar o acesso das mulheres às oportunidades de formação.

A interpretação que fazemos do caso da interlocutora acima é que não existe nenhuma reclamação no que concerne à aplicação dos critérios até então em vigor no FNI. Apenas se lamenta o facto de não privilegiarem as mulheres. Fazemos interpretação diferente dos casos seguintes que apontam para a não implementação rigorosa dos critérios definidos pela própria instituição, como ilustramos:

“Não consigo perceber este processo de selecção de candidatos ao financiamento de projectos de investigação no FNI, percebo que há conflitos graves de interesse. O avaliador que avalia os projectos vem das instituições que concorrem com projectos e, se calhar, tem projectos, embora não apareça o nome dela/e lá. É difícil classificar esta rigorosidade porque os critérios não são claros.” (Engenheira de 35 anos de idade, Mestre não beneficiária)

“A selecção no meu entender não foi cumprida a 100%, visto que, alguns destes projectos foram aprovados e não foram financiados.” (Administradora Pública de 40 anos de idade, licenciada não beneficiária)

Alguns aspectos críticos são destacados na definição e aplicação dos critérios de elegibilidade ao financiamento. O primeiro é referente à constituição da equipa de avaliadores das propostas de projectos investigação. Critica-se o facto dessa equipa poder integrar membros avaliadores vindo de instituições académicas cujos funcionários também concorrem para às chamadas. Se no seu MNPPF, o FNI (2015) estabelece que nenhum membro da equipa avaliadora pode ser concorrente ou membro integrante de qualquer grupo de investigadores concorrentes à chamada de financiamento da qual é avaliador, não diz nada quanto à instituição de proveniência, no sentido de previr contra a possibilidade de qualquer avaliador partilhar a instituição de pertença com um dos concorrentes ou grupo concorrente. É neste quadro institucional que se abre espaço para que um avaliador decida beneficiar o concorrente em função da partilha da proveniência institucional.

O segundo aspecto está relacionado com o incumprimento integral dos critérios. Trata-se aqui da não atribuição do financiamento para a efectiva realização da investigação, mesmo depois da divulgação dos resultados. Este representa um aspecto crítico, uma vez que, reflecte a privação de um direito adquirido, o direito de tomar parte do orçamento disponível para financiar os projectos de uma determinada chamada. Podemos interpretar essa situação como reflectindo um défice na participação a partir da definição de Bordenave (1983), pois a mulher em causa conseguiu fazer parte do concurso porque submeteu a sua proposta de projecto de investigação, obteve o direito de tomar parte porque a sua proposta foi aprovada, mas não chegou a tomar tal porque o desembolso não foi realizado.

É em razão das ocorrências acima mencionadas que entendemos ser relevante abordar o FNI como uma organização complexa, na qual os indivíduos integrados nela estabelecem diferentes relações com o ambiente externo. De acordo com Friedberg (1995), mesmo sujeitos à uma estrutura organizacional, os indivíduos podem estabelecer relações de negociação, de conflitos, contingentes, reproduzindo ou desviando-se dos recursos estruturais dependendo tanto das circunstâncias em que se encontram, quanto dos interesses que alimentam.

Tomando em consideração os casos que referenciamos acima, entendemos que os membros da comissão avaliadora podem decidir deliberadamente beneficiar um concorrente da sua instituição de origem desviando-se dos critérios institucionais. Do mesmo modo, os funcionários do FNI

podem viarar-se dessas normas ao não desembolsarem o financiamento para um projecto seleccionado. São ocorrências como essas que contribuem para as assimetrias entre mulheres e homens na participação do financiamento do projectos de investigação no fundo.

4.4. Representações sobre a mulher na participação ao financiamento

Neste quarto subcapítulo do trabalho, trazemos dados referentes às representações que se constroem sobre as mulheres concorrentes ao financiamento. Começamos por trazer as representações institucionais apresentadas pelo FNI e por outras institucionais. Depois retratamos as representações produzidas e reproduzidas pelas entrevistadas.

4.4.1. Estereótipos e ambivalências a partir das lentes institucionais

Assiste-se uma preocupação das instituições financiadoras e académicas de desconstruir a imagem que se têm dá mulher como uma pessoa com capacidades e habilidades técnicas inferiores, pelo que, em função disso, deve-se adoptar formas de tratamento específicas adaptadas à sua condição. Contra essa postura, pauta-se pelo reconhecimento das suas capacidades argumentando-se a favor do mesmo tratamento a dar mulheres e homens, embora encontremos algumas excepções. É o que demonstramos a seguir.

Quando se possui uma imagem peculiar da mulher investigadora, diferente da que se possui sobre o homem busca-se nos factores socioculturais a razão desse posicionamento. É o que podemos verificar a partir da perspectiva do FNI, expressa na ilustração seguinte:

“A imagem do FNI é que são pesquisadoras com capacidades e habilidades técnicas. Olhando para as ocupações, são meramente femininas porque mesmo não tendo filho, chegam a casa têm que preparar alimentação para marido, avô, tio. É ela que tem a obrigação de ir visitar os doentes da família. A realidade cultural é que o homem está mais agarrado ao serviço. Ex: 90% de conversas dos homens é sobre serviço. Se a conversa for com uma mulher, fala-se sobre cuidados com a família. A mulher está mentalmente ocupada com questões sociais. Se uma mulher participa num seminário e é abordada sobre o mesmo, simplesmente afirma que participou e não vai desenvolver sobre o mesmo, diferente dos homens. A questão sócio-cultural

pesa, embora não esteja ligado ao conceito de estado civil.” (Entrevistado representando do Fundo Nacional de Investigação)

A primeira imagem que se constrói da mulher concorrente é de uma profissional que possui capacidades e habilidades técnicas para elaborar propostas de projectos de investigação susceptíveis de serem seleccionados. No entanto, quando se estende a representação que se possui dessa mulher no FNI para inseri-la no meio social e cultural onde ela se encontra inserida na sociedade, essa imagem baseada nas questões técnicas vai assumindo outras configurações fazendo emergir uma mulher em condições pouco privilegiadas para desenhar e submeter propostas de qualidade em comparação com os homens.

Junto do FNI, encontra-se uma representação de uma mulher cujas ocupações e obrigações na sociedade, mais especificamente na família, assumem lugar central nas suas preocupações quotidianas, representam o seu principal assunto de conversa e despendem muito do tempo que tem disponível para se dedicar a outras actividades. Consequentemente, no âmbito da sua participação nas chamadas para financiamento, as mulheres acabam por partir de uma posição de desvantagem em comparação com o homem em termos de possibilidade para desenhar propostas de qualidade por duas razões. Primeiro, porque com as suas ocupações sócio-culturais, não resta muito tempo de desenhar e amadurecer as suas propostas de investigação científica a submeter e, segundo, porque as suas conversas quotidianas não possibilitam desenvolver e aprofundar assuntos relacionados com a pesquisa científica.

Desta forma, embora não se afirme abertamente que se representa a mulher como uma pesquisadora que não apresenta condições técnicas de desenhar uma proposta de projecto científico com a mesma qualidade que a de um pesquisador homem, se reconhece que ela tem origem numa posição social em que os papéis assumidos colocam-na em desvantagem. Isto significa que se entende que as mulheres possam estar a submeter propostas de baixa qualidade não porque não são capazes, simplesmente por não dispõem de tempo para desenhar e amadurecer tais propostas. Este posicionamento oculta a ideia pré-concebida segundo a qual as propostas femininas podem não ser de elevada qualidade por não terem sido preparadas com tempo. Desta forma, associados às capacidades técnicas ou não, reproduz-se estereótipos quanto às mulheres concorrentes ao financiamento no FNI.

É característico dos novos arranjos e novas configurações institucionais na contemporaneidade ocultar a discriminação contra a mulher por meio da simples substituição da discriminação directa e aberta por discursos de preocupação e promoção da maior inclusão da mulher em diferentes espaços sociais. No entanto, a imagem de mulher incapaz continua ainda adjacente a actuação das instituições, camuflada por esses discursos. Sobre essa questão, Sousa (2011) demonstra no seu estudo que a discriminação da mulher pela exclusão foi substituída pela sua inclusão por meio de posições pouco privilegiadas conservando-se implicitamente a ideia da sua incapacidade.

Os discursos institucionais em prol do reconhecimento das capacidades e habilidades técnicas para a realização da investigação científica estão presentes também quando se aponta para a imagem de uma mulher capaz, como verificamos na ilustração seguinte em representação de uma outra instituição:

“Parte-se do pressuposto que quando as mulheres concorrem para algum financiamento, elas devem ser seleccionadas com base no mérito, não por ser mulher, isso é muito perigoso. Não se pode seleccionar um projecto proposto por uma mulher que claramente demonstra que não é competente. Faz-se confusão na cabeça das pessoas, diz-se que porque as mulheres são discriminadas, não. O que se devia dizer é que aquela mulher competente e capaz foi discriminada. Se se provar que efectivamente a mulher é competente, capaz, apresenta uma proposta bem-feita, mas a mesma não foi aprovada, deve-se procurar saber as razões.”
(Entrevistado representante do MCTES)

A ideia que se passa nesta passagem é que a condição de género não interfere na construção da imagem da mulher investigadora, sendo que quando ela concorre para um financiamento, é vista apenas como uma concorrente. Trata-se de uma mulher concorrente como qualquer outro independentemente do género. Neste sentido, como afirmámos mais acima, as capacidades e habilidades técnicas, aferidas com base na qualidade da proposta de pesquisa submetida, são aspectos tomados em consideração para definir o *status* da mulher.

Para reforçar esse posicionamento, chama-se atenção para o perigo de representar uma concorrente a um financiamento de acordo com o género, o que pode levar à selecção de propostas que não reúnem a qualidade exigida para a condução de uma boa investigação científica. Explicitamente transmite-se a ideia de que se baseia nas capacidades e habilidades técnicas para igualar os homens e as mulheres para se reconhecer que estas também são capazes

de propor óptimas pesquisas assim como aqueles. Mas, implicitamente ignora-se que essas mulheres vêm de um percurso escolar em que enfrentaram assimetrias de oportunidades de construção de carreira académica e profissional em comparação com os homens. Essa ignorância institucional, intencional ou não, afirma Bourdieu (1992), é responsável pela transformação das instituições⁷ em espaços de reprodução de desigualdades sociais.

Neste sentido, se por um lado o reconhecimento da condição social de desvantagens das mulheres em relação ao homem para ter maior empenho e dedicação à actividade científica pode levar ao estereótipo de que elas desenham ou têm pré-disposição para desenhar propostas de qualidade com muitas dificuldades, por seu turno, a ignorância dessas desvantagens femininas sócio-culturalmente geradas conduz à sua reprodução por se entender que mesmos critérios de avaliação possibilitam iguais oportunidades de sucesso. Esta última questão é denunciada pelo último autor acima citad na perspectiva da educação como reprodutora de desigualdades sociais.

Existem outras qualidades inerentes à condução da investigação científica sob o financiamento do FNI que esta instituição destaca na imagem que possui da mulher. A ilustração seguinte aponta pelo menos dois atributos, a transparência e a legalidade:

“As mulheres logicamente ganham, são mais cautelosas, no processo de prestação de contas, elas dificilmente usam os fundos de forma aleatória, se há algo que elas querem mudar geralmente remetem uma carta à instituição. Por exemplo, podem pedir que em vez de comprar reagente, precisam adquirir um computador. Até então, o FNI não tem nenhum projecto mal parado liderado pela mulher, mais existem 4 projectos nos tribunais liderados por homens. Então isso dá a entender que as mulheres são mais transparentes nos projectos do que os homens que escrevem uma coisa depois começam a fazer outra coisa sem sentido, o que fere com a legislação.”
(Entrevistado representante do Fundo Nacional de Investigação)

Estes resultados mostram o reconhecimento que existe no FNI no que concerne à condução de pesquisas científicas do ponto de vista dos cumprimentos dos procedimentos formais e legais impostos aos candidatos vencedores. Assume-se que os projectos coordenados por mulheres obtêm maior desempenho no concerne à prestação de contas, bem como quanto à legalidade, isto é, à observância do que está legalmente pré-definido. Nestas matérias, as mulheres saem em

⁷ Excluimos intencionalmente a adjectivo escolar. Nos seus trabalhos o autor fala de instituições escolares, no entanto pela aplicabilidade da sua interpretação para além dessas instituições, recorreremos à teoria e falamos de instituições de forma mais abrangente, sejam estas académicas ou de financiamento.

vantagem em comparação com os homens, o que é corroborado pelo facto de nenhuma mulher ter sido ainda processada pela má aplicação do financiamento, enquanto pelo menos existem quatro casos de homens que se encontram nos tribunais.

As habilidades femininas na condução de projectos e investimentos foram destacadas em outros contextos. Vasconcelos e Miranda (2021) constataram que as mulheres revelam maior criatividade e talento para a implementação de projectos de investimentos superando as expectativas das instituições.

Em instituições por meio das quais as mulheres têm a possibilidade de concorrer para o financiamento do FNI como é o caso da UEM e do ISCED, assume-se não existir tratamento diferenciado entre homem e mulher, pelo que, não se atribui qualquer privilégio a um em detrimento do outro. É o que nos faz saber o entrevistado representante dessas IES:

“Na nossa instituição não há diferenças relacionadas ao género na liderança de projectos de investigação. Homens e mulheres são vistos da mesma forma e recebem o mesmo tratamento e oportunidades de liderarem projectos.” (Entrevistada representante da UEM)

“Claro que a situação da mulher no país nos preocupa, mas não damos um tratamento especial por ser mulher, promovemos a sua carreira académica e profissional na instituição, mas no momento de selecção, consideramos as capacidades de cada um para liderar os projectos em função do nível académico, área de formação e área de interesse.” (Entrevistado representante do ISCED)

Nas instituições de origem as mulheres recebem o mesmo tratamento que os homens no que concerne à sua indicação ou à selecção para a liderança na coordenação de projectos científicos. De acordo com os resultados, são-lhes conferidas as mesmas oportunidades que os homens recebem, sendo que os critérios de avaliação recaem sobre as questões técnicas como nível e área de formação e interesse. Já demonstrámos acima que esses critérios acabam por beneficiar a maior participação masculina, mesmo não sendo essa a intenção da instituição, visto que, os homens estão mais avançados em termos de formação académica e as mulheres têm tendência a estar inseridas em áreas de formação específicas.

Nos termos acima colocados, as IES acabam em Moçambique, como afirma Bourdieu (1992) ao denunciar as instituições escolares, por reproduzir as desvantagens que pré-existent na

sociedade entre homens e mulheres. António e Hunguana (2013) fazem a mesma denúncia no acesso à educação superior no país demonstrando que as mulheres não apenas têm menos acesso as IES, bem como tendem a distanciar-se de áreas ditas tradicionalmente masculinas. No mesmo sentido, Paulo (2016) afirma que apesar de se estar a estimular a maior inclusão da mulher na produção científica no ES no país, a sua menor representatividade numérica é uma desvantagem que faz com que ela não esteja a aceder de igual modo às oportunidades concedidas.

No que concerne ao tratamento que se dá às mulheres nas instituições de financiamento a projecto de investigação no âmbito da selecção das propostas, embora assumam-se a priori não existir nenhum privilégio baseado no género, encontramos alguma ambivalência nos seus discursos como podemos verificar para os casos do FNI e do MCTES respectivamente:

“As mulheres não são fracas porque as propostas que elas submetem são analisadas em pé de igualdade com as propostas dos homens e tem o mesmo nível. O FNI selecciona as melhores propostas e abre ainda a possibilidade de as mulheres concorrerem em grande número. Quando selecciona-se e se pretende financiar cinco 5 propostas encontrando-se duas com a mesma classificação, dá-se a primazia a proposta submetida por mulheres para ver se o fundo melhora os números. A ideia é tentar mudar o cenário para saberem que fulana recebeu fundos do FNI.” (Entrevistado representantes do FNI)

“Há candidatas do sexo feminino e masculino que podem ser mais ou menos competentes. Não conseguimos repensar em termos de favorecer candidatas do sexo feminino ou sexo masculino, todos eles têm o mesmo tratamento. Agora, entre duas propostas boas de um projecto, feito por uma mulher e feito por um homem, privilegiamos a proposta feita por uma mulher, sem necessariamente seleccionar a ela por ser mulher.” (Entrevistado representante do MCTES)

Formalmente, não existe em nenhuma dessas instituições algum documento que orienta os procedimentos a adoptar em casos de igualdade de pontuação entre propostas de homem e mulher. As formalidades, como podemos constatar no MNPFP do FNI, definem que os mesmos procedimentos devem ser adoptados para todos os concorrentes independentemente do sexo. É com base nessa estrutura formal que os entrevistados sustentam o seu discurso de tratamento igualitário de todas as propostas e do embasamento da sua avaliação nas questões meramente técnicas.

No entanto, por alguma conveniência institucional, tanto numa quanto noutra instituição das duas supracitadas, sob influência da preocupação de promover a maior participação feminina na

produção científica - isto pelo menos ao nível do FNI, visto que no MNPPF não se assume ser uma questão de género – diante de duas propostas de igual classificação, uma de uma mulher e outra de um homem, opta-se pela primeira. Reconhecendo-se ou não, estamos aqui diante de um tratamento especial concebido à mulher. Não precisa de ser um perito para constatar que se está a assumir que a proposta feminina deve ser privilegiada quando se equipar à proposta masculina em termos de qualidade. Então, a negação do tratamento privilegiado se torna, de seguida, uma aceitação. Esta ambivalência discursiva, negação e aceitação do tratamento privilegiado concebido à mulher, tem adjacente um aspecto crítico no que concerne ao acesso das mulheres a esse privilégio.

A selecção prioritária da mulher é um privilégio institucional cujo acesso está previamente condicionada, na medida em que para serem seleccionadas nas condições acima indicadas, as mulheres devem, antes, passar por todas as etapas da avaliação de propostas de projectos de investigação científica nas quais são aplicados os critérios de elegibilidade baseados nas capacidades e habilidades técnicas. Vários factores interferem negativamente antes de as mulheres poderem aceder ao privilégio de terem as suas propostas privilegiadas. A sua posição na estrutura social é desvantajosa (Bourdieu, 2005; 1992); as áreas de formação e de interesse feminino são limitadas e concentradas em determinadas disciplinas (António & Hunguana, 2013), o número de mulheres concorrentes ao financiamento é bastante reduzido; as suas ocupações extra-académicas e extra-profissionais roubam o tempo que teria para se dedicar com afinco na preparação das propostas de investigação; existem ainda estereótipos institucionais que apontam para a fraca qualidade das suas propostas.

É, na verdade, uma confluência e conivência de factores que reduzem a probabilidade de as mulheres atingirem o estágio no qual gozam do privilégio de serem priorizadas na selecção de propostas para financiamento. É compreensível, neste sentido, o porquê de se ter uma disparidade abismal entre propostas de mulheres e homens financiadas pelo FNI ao longo das sucessivas chamadas, mesmo tendo propostas femininas privilegiadas. Isto significa que algumas mulheres são excluídas antes de alcançar o privilégio de priorização. Logo, ser preferida em detrimento do homem é um privilégio pré-condicionado e de acesso limitado.

É importante fazer entender que não estamos, de forma alguma, a argumentar em favor da necessidade de seleccionar propostas mal concebidas pelo simples facto de terem sido

submetidas por mulheres. Longe de nossas pretensões assumir qualquer posicionamento quanto a isso. Importa-nos apenas compreender e fazer compreender o contexto social e institucional dentro do qual os critérios de elegibilidade são aplicados e os factores que condicionam a sua aplicação, isto é, trazer ao alto os condicionantes da estrutura de campo dentro do qual a mulher busca e luta pela sua efectiva participação no financiamento de propostas de investigação científica. A satisfação deste interesse passar por adentrar as condições estruturais que possibilitam denunciar a aparente preocupação com a promoção da mulher que oculta a reprodução das desigualdades de acesso a esse serviço. Desta forma, não seria nenhum problema se homem e mulher estivessem previamente em igual posição, por exemplo, no que tange à sua participação nas diferentes áreas de investigação.

4.4.2. Representações sobre as mulher partir das lentes femininas

Nesta secção, aprofundamos as representações sobre a mulher pesquisadora a partir da perspectiva das próprias entrevistadas, pois não obstante a sociedade tender a impor determinadas representações, as mulheres devem ser vista como agentes, isto é, com capacidade de interpretar de acordo com os seus interesses e contextos nos quais vivenciam as suas experiências.

Começamos por indagar junto das entrevistadas sobre as competências que procuram demonstrar quando concorrerem para o financiamento do FNI. Os resultados recolhidos revelam uma similaridade entre os posicionamentos no seio da nossa amostra, como demonstramos a seguir:

*“Apurados conhecimentos técnico-científicos, boas capacidades de gestão e liderança.”
(Engenheira florestal de 50 anos, Mestre e beneficiária de dois projecto)*

“Formação superior, desenhar propostas com rigorosidade científica, responsabilidade e compromisso de implementar a minha experiência profissional.” (Entrevistada com 54 anos de idade, Prof. Doutora e beneficiária de um projecto)

*“Um candidato capaz, experiente e uma mulher com habilidades de desenvolver um projecto, cujos resultados sejam superiores e positivos no geral e que levanta outras mulheres.”
(Engenheira de 35 anos de idade, Mestre não beneficiária)*

Constata-se um esforço por parte das mulheres no sentido de demonstrarem que possuem as capacidades e habilidades técnicas exigidas pelo FNI no âmbito da publicação das suas chamadas e da avaliação das propostas de investigação. Isto revela que elas possuem consciência dessas exigências, pelo que, procuram atender aos critérios de elegibilidades aplicados no fundo de modo a serem seleccionadas para financiamento. Algumas delas obtiveram sucesso, mas outros até então não chegaram a alcançar esse estágio, não obstante o seu investimento.

O nível académico, a área de formação e de interesse, anos de experiências, são factores que parecem não ter tido influência nos resultados obtidos no FNI, pois candidatas entrevistadas em situações académica e profissional semelhantes obtiveram diferentes resultados. Outras, repetimos, lograram sucesso e outras, não. Ao interpretarmos essa realidade com base nos procedimentos institucionais adoptados na avaliação das propostas de projectos de investigação científica, somos levados a considerar que as mulheres que ainda não alcançaram resultados positivos não apresentaram propostas com boa qualidade em comparação com as outras propostas submetidas nas mesmas chamadas ou que as suas propostas foram excluídas por se considerar, ao nível do comité de avaliação, que não apresentavam a qualidade exigida. Referir que a comparação entre duas propostas, especificamente entre a duma mulher e dum homem, ocorre apenas depois de se aferir a boa qualidade de ambas, pelo que, nas etapas iniciais a avaliação da qualidade em feita apenas de acordo com os critérios de elegibilidade.

Se as mulheres concorrem para as chamadas de financiamento publicadas pelo FNI, é que elas possuem de si a representação de mulher capaz, com competências e habilidades técnicas exigidas, com capacidades de conduzir uma investigação científica de forma eficaz de igual modo ou ainda melhor que outros concorrentes do mesmo sexo ou oposto. Se não tivessem essa representação de si e não alimentassem a crença na possibilidade de serem as melhores que os concorrentes, as entrevistadas, mesmo as que ainda não obtiveram financiamento, não teriam sequer concorrido para as chamadas. Recordar que anteriormente uma delas afirmou que a falta de autoconfiança era um dos factores condicionantes da fraca participação feminina nos concursos. Acredita-se que do seu lado está tudo bem, restando aguarda pela avaliação do FNI.

Ao explorarmos a perspectiva das entrevistadas quanto à interpretação que fazem da imagem que o FNI possuem da mulheres concorrentes ao financiamento, encontramos algumas diferenças. De

um lado, estão as seguintes entrevistadas que acreditam que essa instituição possui uma imagem positiva das mulheres concorrentes:

“Imagem de uma mulher dedicada à formação acadêmica e que busca reconhecimento profissional na sua área de actuação.” (Agrónoma de 36 anos, Doutora e beneficiária de dois projecto)

“Mulher conhecedora de critérios e escolarizada em detrimento daquela que realmente necessita de partir de base e resolver os problemas primários de sustento.” (Docente de Geografia de 55 anos, Mestre não beneficiária)

Acredita-se que o FNI possui uma imagem de que as mulheres que concorrem para o financiamento são aquelas que reúnem todos os requisitos técnicos para fazê-lo, preocupadas em buscar o seu reconhecimento acadêmico e profissional. Essa interpretação é feita tanto por mulheres que se beneficiaram do financiamento, quanto por aquelas que ainda não foram aprovadas, pelo que, o ser excluída não conduz necessariamente à reprovação da imagem que o fundo faz da mulher. Até certo ponto esta interpretação está em conformidade com a representação que o FNI e outras instituições que estudámos possuem sobre a mulher que concorrente, na medida em que se coloca a ênfase nas capacidades e habilidades técnicas.

Esta concordância entre as entrevistadas, o FNI e outras instituições em termos da imagem mulher reflecte a interiorização das estruturas de campo que se impõem a esses agentes enquanto ocupantes de posições. De acordo com Bourdieu (2005), a imposição de representações é que está em jogo na conservação ou subversão do campo, uma vez que, a aceitação ou negação do mundo, ou melhor, do *status quo* depende da capacidade que as instituições e/ou seus representantes têm de fazer com que os ocupantes das posições interiorizem e legitimem a imagem do mundo que lhes é favorável, anulando qualquer iniciativa de questionamento. Com isto estamos a dizer que o FNI e outras instituições conseguem fazer com que as entrevistadas acima reproduzam a imagem que eles possuem da mulher pesquisadora, enquanto uma concorrente como outra qualquer, com capacidades e habilidades técnicas. Nestas condições, não passa pela consciência dessas participantes da pesquisa lutar pela transformação das representações que se possui de si.

Do lado oposto estão aquelas entrevistadas cujas interpretações questionam a perspectiva das instituições, como demonstramos a seguir:

“Reparam para uma pessoa incapaz de adquirir um bom resultado, uma pessoa não responsável para pesquisa, para uma pessoa sem boas ideias, preocupada com as questões domésticas. Que a mulher não terá tempo de nada porque tem suas responsabilidades familiares.” (Técnica de REG de 37 anos de idade, Licenciada não beneficiária)

“O FNI fala uma coisa e na realidade faz outra. Há muitos eventos, há muitas oportunidades que até incentivam as mulheres a se candidatarem e nós realmente estamos lá, mas na hora de colocar as coisas em prática, tudo vale nada porque na verdade a conclusão que tiro é que o FNI só quer aparecer e não vejo nenhuma sensibilidade em relação a candidaturas submetidas pelas mulheres e nem reconhecimento das capacidades femininas. Diz acreditar e dar oportunidades às mulheres, mas não existe equidade alguma, assim funciona o FNI assim como todas outras instituições.” (Engenheira de 35 anos de idade, Mestre não beneficiária)

Este posicionamento é assumido por mulheres que não obtiveram ainda bons resultados na avaliação das suas propostas, pelo que, até então não se beneficiaram de nenhum financiamento ou se obtiveram bons resultados, não chegaram a obter nenhum desembolso. De acordo com essas entrevistadas, o FNI possui uma imagem da mulher como uma pessoa incapaz, desprovida de capacidades e habilidades técnicas para alcançar bons resultados na investigação científica e sem tempo para se dedicar integralmente ao trabalho de investigação devido às suas ocupações e responsabilidades familiares.

Estes resultados conduzem a dois sentidos distintos, uma de concordância e outro de discordância. No primeiro sentido, o que a primeira entrevistada acima alega corrobora o que foi dito pela entrevistada representante do FNI ao apontar para o facto de a mulher, por estar vinculada ao espaço doméstico e as suas responsabilidades familiares, está em situação desprivilegiada para desenhar e submeter propostas de qualidade à altura das exigências do fundo. No segundo sentido, trata-se de acusar o fundo de negar às mulheres capacidades e habilidades para a condução de projectos de investigação científica susceptíveis de gerarem bons resultados. Nos dois sentidos, trata-se de criticar e reprovar as perspectivas institucionais.

No último caso acima, o ataque crítico vai para o discurso do FNI relativamente à sua preocupação com a promoção da igualdade de género no acesso ao financiamento acusando-o de ser um ideológico e de pretender passar a falsa representação da mulher como uma concorrente capaz, mas que apenas carece de oportunidades. Este discurso institucional é interpretado como racionalmente assumido para transmitir e promover uma boa imagem na sociedade, enquanto na

prática não promove a maior participação da mulher com vista a assegurar a igualdade do género ao nível do acesso ao financiamento.

De modo geral, as entrevistadas deste segundo posicionamento denunciam a representação institucional sobre a mulher e desconstruem o seu discurso em prol da promoção da participação feminina na produção científica. De acordo com Bourdieu (2005), a interpretação crítica das representações objectivadas nas estruturas estruturantes do campo constitui uma das exigências para que os agentes busquem lutar pela transformação de ordem interna. No entanto, se chegarmos a fazê-lo ou não é uma questão que só os eventos podem mostrar, uma vez que, estar na mesma posição cria apenas uma pré-disposição para acção colectiva. Veremos mais adiante os esforços das entrevistadas para superar essa imagem que entendem que as instituições têm da mulher investigadora enquanto um obstáculo para o seu acesso ao financiamento.

Para encerrarmos esta secção da representação que as entrevistadas possuem de si mesmas enquanto mulheres, aprofundamos o seu entendimento quanto às áreas de investigação científica nas quais as mulheres têm mais probabilidades de conseguir financiamento. Mais uma vez, deparamo-nos com dois posicionamentos distintos. De um lado está as seguintes entrevistadas que assumem poder obter financiamento em qualquer área:

“A mulher é capaz de ganhar financiamento em qualquer área, desde que ela esteja formada e tenha competência técnica no assunto ou tenha uma equipa bem formada que possa dar um bom contributo.” (Engenheira florestal de 50 anos, Mestre e beneficiária de dois projecto)

“Para mim, em todas as áreas a mulher tem probabilidade de ganhar financiamento, o problema é a falta de acreditação por parte das instituições de financiamento que só querem aparecer perante os doadores e a cultura antiga de se pensar que as mulheres, na sua maioria, concorrem para ciências sociais, o que não é verdade. Até porque actualmente se registam dados de mais homens nessas áreas que são vistas como femininas.” (Engenheira de 35 anos de idade, Mestre não beneficiária)

Contrariamente, do outro lado estão as entrevistadas abaixo que acreditam existirem áreas específicas nas quais existe maior probabilidade de as mulheres conseguirem obter bons resultados na avaliação para financiamento:

“Parece-me que temos mais probabilidade nas áreas de ciências sociais, pois é nessas áreas que há maior proporção de mulheres em relação às áreas das ciências naturais.” (Agrónoma de 36 anos, Doutora e beneficiária de dois projecto)

“Infelizmente, elas deveriam fazer ganhar financiamento em todas as áreas. Mas há mais probabilidade nas áreas sociais. As áreas como Tics, energias, geração 4.0 não são áreas para elas confortáveis o que influencia para a fraca participação delas.” (Entrevistada com 54 anos de idade, Prof. Doutora e beneficiária de um projecto)

No fundo, trata-se apenas de formas diferentes de descrever uma mesma realidade. Ou melhor, trata-se de diferenciar entre a auto-avaliação e a avaliação das disposições instituições. Quando se afirma que as mulheres têm a possibilidade de conseguir financiamento em qualquer área de investigação científica é uma auto-avaliação que as entrevistadas fazem das suas habilidades ignorando os condicionamentos estruturais (objectivos) que condicionam a efectivação dessa possibilidade. Deste ponto de vista, a formação, capacidades e habilidades técnicas numa determinada área garantem a inserção da mulher nessa mesma área.

Ao transitar do plano da auto-avaliação para a avaliação dos condicionamentos estruturais, as possibilidades de conseguir financiamento são vistas como se concentrando em determinadas áreas de investigação mais especificamente às vinculadas às ciências sociais. Embora se reconheça que as mulheres estejam a se inserir em áreas tradicionalmente consideradas masculinas e vice-e-versa, acredita-se que ainda se reproduz a representação segundo a qual as mulheres é que têm maiores habilidades de conduzir pesquisas nessas áreas.

4.5. Barreiras impostas ao financiamento de projectos femininos

Apresentamos, neste último subcapítulo, resultados da pesquisa relativos às barreiras encontradas pelas mulheres na luta pelo financiamento das suas propostas de investigação. Começando por uma perspectiva institucional, captamos as experiências do FNI e de outras instituições. De seguida, aprofundamos essa questão na perspectiva das próprias entrevistadas.

4.5.1. Reconhecer e remover barreiras

É um espaço comum no seio das instituições participantes deste estudo que as mulheres enfrentam uma diversidade de barreiras para participar da produção científica e, mais especificamente, do financiamento para a implementação de projecto de investigação científica. A Estratégia de Género do FNI (2016) e a realização do *workshop* sobre Investimento em

Intervenções para a Promoção na Participação da Rapariga em Cursos em STEM são demonstrativos do reconhecimento da existência dessas barreiras, na medida em que reflectem esforços, pelo menos discursivos, para encontrar melhores soluções para a sua superação.

O interessante não é reconhecer a existência de barreiras, o que a revisão da literatura o demonstra sobejamente e os participantes da pesquisa assumem recursivamente. Interessa-nos desnudar a natureza dessas barreiras e situá-las na sociedade, uma vez que, a nossa compreensão neste trabalho transvasa todo o percurso académico e profissional das mulheres, bem como todos os contextos institucionais junto dos quais estas mulheres buscam oportunidades de construir esse percurso.

A partir do prisma institucional, as barreiras enfrentados por mulheres para a sua maior participação na produção científica no país são identificadas em diferentes níveis da sociedade. Para o FNI, esses obstáculos têm uma base sociocultural e manifestam-se no seio familiar:

“As mulheres perdem oportunidades de financiamento porque levam muito tempo na preparação, pois não têm muito tempo, uma vez que, ocupou-se nas questões familiares, domésticas e até culturais. São as mulheres que vão às igrejas nas 3^a feiras, aos cultos. Todo este ambiente sociocultural, até um certo ponto, influencia negativamente no cumprimento dos prazos por parte das mulheres na sua maioria.” (Entrevistada representada do FNI)

Os papéis desempenhados pelas mulheres no seio familiar, mais especificamente aos níveis domésticos, exigem a sua maior entrega, o que é visto como uma barreira para a sua dedicação integral na vida académico-profissional. Essas barreiras atravessam os limites da família para se estender a toda a sociedade, onde, do ponto de vista do Instituto Superior de Telecomunicações (ISUTC), as mulheres estão sujeitas a formas de tratamento que obstaculizam o desenvolvimento da sua carreira:

“Barreiras culturais, violência baseada no género, assédio nas instituições e há uma certa impunidade que permanece e um tabu também que permanece, pois em outros países como por exemplo os EUA a violência baseada no género é coisa do passado. Lá, parece que as mulheres sofrem mais violência em relação a Moçambique devido ao número de casos reportados nas esquadras e noutros órgãos, enquanto para o nosso caso, o grande problema é que os casos não são reportados. As mulheres raramente vão às esquadras ou a outras instâncias porque sabem que se denunciar esses casos, o nome delas ficará manchado, enquanto nos EUA as mulheres denunciam, não ficam com receio. Em Moçambique há tabus que permitem tais barreiras.” (Entrevistado representante do ISUTC, participante do workshop)

A lista das barreiras socioculturais manifestas na sociedade é ainda mais extensa. Inclui a violência baseada no género, o assédio, o medo de estigmatização. Todos estes fenómenos distanciam as mulheres das oportunidades de desenvolvimento da sua carreira académico e profissional. O cenário não termina por aí, estende-se às instituições escolares e de financiamento, onde o IBE aponta para factores que actuam como obstáculos à carreira feminina:

“São muitas meninas que entram no ensino primário e lá vão até o ensino secundário, mas a medida que vau avançando vão desistindo por diversas razões nas zonas rurais assim como urbanas como casamentos. Como o IBE dá prioridade as áreas das engenharias e de tecnologias e muitas meninas não optam por esses cursos, mas sim de letras e que, por sinal possuem haviam menos vagas em relação as outras, o acesso feminino enfrenta dificuldades.” (Entrevistado representante do IBE)

Nas instituições de ensino, as barreiras iniciam ao longo dos níveis primários e secundários, em que as mulheres incorrem ao abandono escolar, motivadas por diversos factores socioculturais como é o caso dos casamentos prematuros. Para as mulheres que não abandonam o ensino e superam esses obstáculos, seguem-se as dificuldades de conseguir uma bolsa de estudo para prosseguir academicamente devido às áreas prioritárias financiadas por instituições como o IBE. São priorizadas áreas como engenharias e tecnológicas nas quais as mulheres estão pouco representadas, o que impede que continuem com os estudos para níveis mais elevados.

Essas barreiras (familiares, da sociedade e escolares) constituem uma linha continua e sequenciada de eventos que submetem as mulheres à construção de uma carreira tortuosa devendo enfrentar e superar adversidades para alcançar níveis mais elevados de formação académica e, finalmente, ter acesso a maiores oportunidades de participação na realização de investigações científicas. Vejamos que a partir da família, que é ainda instituição básica da sociedade, elas estão sujeitas a responsabilidades na qualidade de donas de casa; na sociedade, sofrem formas de tratamento que as afectam negativamente; na escola, são impedidas de progredir por falta de oportunidades. Esta realidade reflecte um mesmo quadro social dentro do qual as mulheres se encontram na sociedade moçambicana são obrigadas a lutar para desenvolver sua carreira académica e profissional.

Importante destacar alguns aspectos característicos dessas barreiras justificando a razão de inserimo-las no mesmo quadro social. Em primeiro lugar, **as barreiras são sustentadas pelo patriarcado**. É a estrutura patriarcal que faz com que a mulher seja responsabilizada pelo espaço

doméstico mesmo estando inserida no mercado de trabalho (Sousa & Guedes, 2016); é a estrutura patriarcal que sujeita a mulher a diferentes formas de violência baseada no género e ao assédio nas instituições (Organização das Nações Unidas [ONU], 2005); é ainda dentro da estrutura social onde a mulher é sujeita aos casamentos prematuros que levam ao abandono escolar (Bassiano & Lima, 2018) e está concentrada nas áreas das ciências sociais e das letras inserindo-se timidamente nas engenharias e nas áreas tecnológicas nos últimos anos (Lino & Mayonga, 2016).

Em segundo lugar, **as barreiras relacionam-se entre si**. Só por serem sustentadas por uma mesma estrutura, elas estão interconectadas do ponto de vista da sua causalidade. Aprofundemos ainda mais essa relação. As barreiras supramencionadas estabelecem uma relação de reciprocidade, sendo que a ocorrência de uma contribui para a ocorrência de outra(s). A violência baseada no género contribui para os casamentos precoces (Bassiano & Lima, 2018), que, por sua vez, estão por detrás do abandono escolar (*Ibidem*). Os papéis domésticos contribuem para que as mulheres não concorram para bolsas de estudos fora do país (Mullet & Neto, 2000), o que influencia para que elas tenham formação académica em áreas tradicionalmente consideradas femininas como letras e ciências sociais. O abandono escolar impede que as mulheres progridam na carreira escolar e possam reunir condições para concorrerem a bolsas de estudos posteriormente.

Em terceiro lugar, **as barreiras são cumulativas**. Ao invés de as mulheres superarem as barreiras enfrentadas ao nível doméstico quando ascendem ao espaço público, aquelas acompanham-nas em toda essa trajectória acumulando umas às outras até se manifestarem simultaneamente. Desta forma, enquanto são sobrecarregadas pelas actividades inerentes aos papéis domésticos, as mulheres podem estar sujeitas a várias formas de violência e de assédio nas instituições em que estão inseridas ou procuram por oportunidades de desenvolvimento de carreira. Do mesmo modo, enquanto concentram a sua formação académica em determinadas áreas científicas, as mulheres vêm-se igualmente obrigadas abandonar algumas oportunidades de financiamento por serem fora da província de residência, onde, por sua vez, devem responder pelos papéis domésticos.

Por último, **as barreiras são convergentes**. A convergência das barreiras enfrentadas pelas mulheres verifica-se quanto aos seus efeitos no momento em que pretendem concorrer às

chamadas de financiamento no FNI, principalmente no concenrente ao número propostas femininas submetidas. De acordo com os resultados deste estudo, do ponto de vista institucional, entende-se que as mulheres concorrem menos porque não conseguem terminar as suas propostas a tempo de submeter por estarem ocupadas nas tarefas domésticas; porque concentram-se em áreas de investigação menos financiadas como ciências sociais e humanas, o que resulta da sua formação inicial em áreas nessas áreas; porque nas instituições de pertença são confinadas a posições subalternas e de pouco prestígio; porque os papéis domésticos impedem que se desloquem para longe do seu local de residência, em localidades nas quais o FNI pretende alocar uma parte significativa do seu financiamento.

O exposto revela como a sociedade moçambicana é no seu todo uma estrutura patriarcal no seio da qual as mulheres estão sujeitas a enfrentar continuamente barreiras para o desenvolvimento da sua carreira profissional. Como diria Bourdieu (2002), trata-se de uma sociedade em que a dominação masculina está institucionalizada e presente nos aspectos mais minúsculos, que qualquer tentativa de lutar contra ela sem afectar essa estrutura acaba tendo efeito contrário, isto é, contribuindo para a sua reprodução. É o que vivenciam as mulheres quando procuram estender a sua participação do espaço privado ao espaço público, mais especificamente do seio familiar para a sociedade como um todo e desta para às instituições escolares. Os achados deste estudo corroboram os resultados encontrados por Ruivo (1986) quando afirma que a participação feminina na produção científica continuará sempre um desafio enquanto não forem modificadas as estruturas que sustentam as desigualdades e a exclusão.

O carácter cumulativo e convergente das barreiras enfrentadas pelas mulheres revela que a compreensão da fraca participação das entrevistadas no financiamento do FNI exige, como fizemos neste trabalho, uma leitura de toda a trajectória académica e profissional, desde a família até às instituições sociais. É neste sentido que Bourdieu (1992) afirma que a igualdade de tratamento nas instituições escolares é apenas aparente quando se trata de pessoas de origens socioculturais não apenas diferentes mais também desiguais. Com isto queremos reforçar a interpretação segundo o qual o argumento de igualdade de tratamento dado aos concorrentes ao financiamento por meio de mesmos critérios de elegibilidade é apenas aparente, pois as mulheres e homens que submetem propostas vêm de contextos socioculturais desiguais em termos de barreiras enfrentadas.

Até certo ponto, existe nas instituições participantes deste estudo a consciência do carácter estrutural das barreiras enfrentadas pelas mulheres, no entanto nota-se uma limitação no que concerne ao alcance das estratégias adoptadas para removê-las e promover a defendida maior inclusão da mulher. Em termos estratégicos, entende-se a necessidade de realizar mudanças institucionais como reflectem as seguintes ilustrações:

O FNI tem uma Estratégia de Género que define as linhas orientadoras para a actuação ao nível da base para a promoção da maior inclusão no ensino e na ciência. Mas tudo ainda está no discurso e as mudanças levam muito tempo, por isso, enquanto não ocorrem, no acto do lançamento das chamadas para financiamento de projectos, faz constar que dá prioridade as mulheres, mas isto é escrever no papel, a mudança de atitude leva tempo, porque é um problema da própria mulher. (Entrevistado representante do FNI)

“A mais eficaz é aquela que olha para os factores estruturais e institucionais, vê quais são os factores macros que impedem as mulheres de progredir, de regulamentação e de procedimentos. As mudanças principais, para conseguir que este quadro seja revertido, têm que acontecer a nível das instituições do ensino superior, mudanças de regulamentação, procedimentos e inclusivamente em alguns casos nem todos, estabelecimento de cotas para mulheres. O grande problema das cotas é que se não forem bem aplicadas ou entendidas podem significar que qualquer mulher mesmo que não tenha competências, seja admitida. Isso pode ter consequências do mesmo nível. Outro aspecto é dar visibilidade as mulheres bem-sucedidas para que as outras vejam que é possível.” (Entrevistado representante do MCTES)

Institucionalmente, argumenta-se que uma estratégia eficaz para combater a fraca participação das mulheres no financiamento para investigação científica deve atacar o problema a partir das instituições de ensino, onde elas encontram oportunidades para progressão na sua carreira académica. Entende-se a relevância de revisão aos níveis da regulamentação e dos procedimentos adoptados para facilitar a inclusão feminina indigitando-se o sistema de cotas como uma possível alternativa se não fosse a possibilidade de abrir espaço para admissão de mulheres sem as competências necessárias devido a exigência de completar o número de vagas disponibilizadas.

De facto, é importante que se entenda que uma parte do problema reside nas instituições sociais que definem e aplicam os critérios de elegibilidade. Este é um aspecto positivo na perspectiva do FNI e MCTES acima citados a título de exemplo. No entanto, as estratégias não estão isentas de aspectos críticos, ou seja, para sermos mais específicos, de ambivalências. Mesmo entendendo que o problema tem bases institucionais, as instituições personalizam-no. O FNI, sob argumento

de que as mudanças levam muito tempo, afirma que procura promover a participação da mulher anunciando a sua priorização. Podemos destacar dois aspectos críticos. Em primeiro lugar, a prioridade atribuída é no momento em que a mulher tem a sua proposta equiparada à do homem em termos de qualidade. Mas para chegar a esse estágio é preciso superar as barreiras socioculturais que destacamos acima e atravessar todas as etapas iniciais da avaliação das propostas. Poucas mulheres logram sucesso nesse percurso. Em segundo lugar, não é em todas as chamadas em que se faz o anúncio do estímulo à participação massiva feminina. Por exemplo, na 9ª chamada não está patente tal informação.

Nos termos acima, no caso do FNI, estamos diante dum discurso institucional que não alcança materialidade no quotidiano da sua actuação. O mesmo ocorre em relação à sua Estratégia de Género, cujas medidas previstas não estão ainda a ser implementadas até então, apensar de ter sido aprovada em 2016. No caso do MCTES, a crítica feita ao sistema de cotas tem adjacente a individualização do problema, na medida em que se entende que esse sistema pode facilitar a entrada de mulheres que não possuem as competências exigidas. A questão que se pode colocar é a seguinte: onde essas mulheres buscarão as competências exigidas se vêm de um percurso em que são excluídas de oportunidades para adquirir tais competências? Ao abordar o problema neste sentido, as instituições caem na culpabilização das mulheres ignorando-se os condicionamentos estruturais, o que reflecte um erro de interpretação. Como afirma Bourdieu (2005), analisar as escolhas individuais a partir das suas preferências é localizar o problema num lugar onde ele não se encontra e desvalorizar toda uma estrutura que não apenas origina esse problema, como também contribui para a sua reprodução.

É importante que transcendamos o plano estratégico, pois tanto a Estratégia de Género do FNI quanto a ideia de cotas, bem como os arranjos institucionais encontram-se no plano do dever ser, cuja materialidade ainda é uma probabilidade futura, uma vontade ou uma promessa. Ao atentarmos para o plano do concreto, do material, do realizado, identificamos algumas acções levadas a cabo em torno da questão da participação feminina na ciência no país. Mas antes, permitam-nos referir que a entrevistada (Representante do FNI) afirmou que o fundo *“Não tem como objectivo perceber o género, para tal existem unidades de género que dinamizam a participação da mulher na ciência como a UEM.”* Esse posicionamento do FNI não apenas justifica a não materialização da Estratégia de Género, bem como reflecte o distanciamento da

instituição do compromisso com a promoção da equidade do género na produção científica não obstante assumir como sua missão:

(...) Identificar e combater obstáculos específicos ao desenvolvimento profissional das mulheres na investigação e de eliminar os estereótipos negativos e os preconceitos que estão enraizados desde os tempos mais antigos até aos nossos dias para tentar recuperar a história para as mulheres e para colmatar os vazios da investigação. (FNI, 2016, p. 5)

O fundo assume que a satisfação dessa missão passa pela materialização do princípio, dentre outros princípios, *mainstreaming* de género, que “consiste na (re)organização, melhoria, desenvolvimento e avaliação dos processos de tomada de decisão, para que a perspectiva da igualdade de género seja incorporada em todas as políticas (...).” (FNI, 2016, p. 6). De facto, ao analisarmos os critérios de elegibilidade e o processo de avaliação das propostas submetidas, as questões de género permanecem no discurso institucional formal, sem serem traduzidas em acções concretas. Daí que em termos de acções concretas, exploramos as experiências de outras instituições que procuram criar facilidades para maior participação feminina:

“O IBE tem estimulado para tal. Quando tem 5 bolsas de estudos, procura-se com todo o esforço reservar 3 para meninas e 2 para homens. Apesar deste esforço, a presença das meninas é reduzida. O maior problema é verificado que o incentivo deve ser feito desde antes pelo sistema educativo, desenvolvendo capacidades de modo que estas possam gostar das matemáticas. O IBE trabalha em parceria com o Ministério da Educação porque este controla estudantes da 12ª classe. O IBE não tem programas claros de intervenção junto das escolas, mas nas reuniões de capacitação para bolsa de estudos são contactos os gestores das bolsas provinciais de modo a fazer divulgações a partir das escolas secundárias. Mais este trabalho não foi muito eficaz.”
(Entrevistado representante do IBE)

“As actividades da DC estão alinhadas com o preconizado na Política Nacional de Género e na Política de Género da UEM, onde um dos princípios fundamentais é a equidade de género. Este aspecto constitui um factor de ponderação na atribuição de bolsas de estudo, na admissão aos cursos, na candidatura a financiamentos, entre outros.” (Entrevistada representante da UEM)

O acesso a bolsa de estudos é um espaço privilegiado de incidências das acções de promoção de maior participação da mulher na produção científica ponderando-se o seu maior financiamento em termos de número como é o caso do IBE no qual procura-se reservar o maior número de bolsas para mulheres em relação aos homens. O mesmo ocorrente, por exemplo, na UEM em que a Política de Género Nacional (PGN) e a Política de Género da própria instituição servem de

linhas orientadoras para a promoção da participação feminina em termos de admissão aos cursos, atribuição de bolsas e de financiamento.

Essas acções ocorrem ao nível interno das instituições, pelo que, reflectem arranjos institucionais para acolher as preocupações do género. Porém, o IBE reconhece a insuficiência dessa medida para a superação das barreiras enfrentadas pelas mulheres no país, uma vez que, grandes partes dessas barreiras manifestam-se ao nível da base antes do concurso a bolsas de estudo actuando como impedimento para o acesso a esse benefício. Tratam-se de barreiras como a concentração feminina em determinadas áreas/disciplinas científicas para as quais são disponibilizadas poucas oportunidades de atribuição de bolsas. Neste caso, a alternativa é actuar como grupo de influência junto do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) sensibilizando-o a promover a inserção das mulheres em disciplinas ditas masculinas.

A outra alternativa de intervenção encontrada pelo IBE tem sido intensificar a divulgação das bolsas que têm disponível ao nível das escolas. Para tal procura contar com a colaboração de outros actores com os quais estabelece contacto nos encontros virados para essa temática. No entanto, apesar dos esforços, existe um reconhecimento da ineficácia dessa acção, o que se pode comprovar pelo número ainda reduzido de mulheres concorrentes, principal das oriundas de províncias fora de Maputo. A actuação ao nível da base para maior inclusão das mulheres em áreas tradicionalmente tidas como masculinas é a principal linha de acção das instituições de ensino que participaram do *workshop* sobre Investimento em Intervenções para a Promoção na Participação da Rapariga em Cursos em STEM anteriormente mencionado.

Como o próprio tema do *workshop* sugere, trata-se de buscar alternativas para maior inserção das mulheres nas áreas de STEM. Vejamos algumas acções realizadas nesse sentido por algumas instituições que participaram do evento:

“O nosso foco tem sido no ensino de base. Entendemos que é a partir desses níveis que as mulheres podem ser estimuladas a entrar para as áreas de STEM. Nesse âmbito, realizámos várias acções que consistiram na capacitação de raparigas de baixa renda nos cursos de hidráulica; formação de raparigas em curso de curta duração nas áreas de electricidade, painéis solares, obras, agro-negócios, mecânica-auto; formação de 300 mulheres no Distrito de Vanduzi em electricidade, painéis solares, obras, agro-negócios, mecânica-auto.” (Representante da Unizambeze, participante do workshop)

“Mobilização das raparigas existentes nos cursos STEM para capacitação/formação para exame da 12ª classe e de admissão; capacitações nas áreas de matemática, física e química, bem como a verificação do desempenho das raparigas da 12ª classe.” (Representante da Universidade Pungue, participante do workshop)

Estas acções visam especificamente superar as barreiras relacionadas à grande ausência de mulheres em áreas de engenharia e tecnologias. Entende-se que a formação superior feminina tendencialmente nas áreas das letras e ciências sociais está relacionada com as escolhas feitas nos primeiros anos de escolaridade, especificamente no ensino secundário. Daí a necessidade de actuar a esse nível por meio de iniciativas que estimulem gostos por disciplinas como matemática, física, química, por trabalhos como mecânica-auto, obras, electricidade. Neste âmbito já foram realizadas acções de formação e capacitação nessas áreas e de preparação para os exames de admissão ao ES nas disciplinas exactas.

Ao se proceder nesse sentido, as instituições de ensino actuam sobre etapas intermédias da carreira escolar das mulheres criando facilidades para que posteriormente possam concorrer para áreas às quais as instituições de financiamento de bolsas de estudo e projectos de investigação científica tendem a privilegiar. Do ponto de vista do acesso desigual, podemos considerar ser uma estratégia relativamente acertada, uma vez que, como afirma Bourdieu (1992), a desigualdade de acesso a oportunidades escolares e possibilidade de obter sucesso estão condicionadas logo a partida, no contexto de origem, onde os agentes interiorizam um *habitus* que não corresponde às exigências da avaliação das instituições de ensino. Neste sentido, as formações e capacitações funcionam como espaço de interiorização de um *habitus* favorável aos critérios de elegibilidade par ao acesso ao financiamento.

Acções semelhantes estão a ser realizadas em outros contextos em que a participação desigual entre mulher e homem na produção científica também tem sido preocupação. É o de Brasil e Portugal, onde Oliveira et al. (2020) e Ruivo (1986), respectivamente, apontam para a promoção do acesso a educação técnica e superior que serve para estimular a entrada da mulher para se interessar por outras áreas de pesquisa, o que contribui para a presença feminina em áreas técnicas. O ponto crítico dessa estratégia é de actuar no nível intermédio, enquanto o *habitus* relacionado com o género é interiorizado ao nível da base, nos contextos de origem socioculturais, isto é, na família e nas comunidades. Seria o caso de actuar também, como

reconheceu o entrevistado representante do MCTES, no ensino primeiro, ou seja, nos primeiros anos de escolaridade.

Para as barreiras relacionadas com as ocupações domésticas, que impossibilitam as mulheres de se dedicarem afincadamente e integralmente à preparação das suas propostas, o treinamento para desenho de proposta tem sido a estratégia encontrada:

“Para apresentação de projectos, o FDI tem feito uma coisa muito positiva que é fornecer treinamento. Os concorrentes são treinados: como é que se escreve um projecto, os cuidados a ter na apresentação dos projectos. Porque na avaliação não se olha a questão do género, mas sim a qualidade do projecto. Se as pessoas são treinadas como se escreve um projecto, não têm aquela desculpa de dizer que não sabiam independentemente do tempo que leva. É possível fazer um projecto de qualidade em pouco tempo e levar muito tempo para não fazer nada bom.”
(Entrevistado representante do MCTES)

Sobre o argumento recorrente de que na avaliação das propostas para financiamento de projecto de investigação científica, o tratamento a conceber à mulher e ao homem deve ser o mesmo, entende-se que para garantir que as mulheres tenham grandes possibilidades de obter bons resultados é necessário, antes, assegurar que elas tenham competências suficientes para desenhar uma proposta de projecto de qualidade dentro das condições em que se encontra no seu meio social de pertença. Isto significa que não obstante se reconhecer a existências barreiras socioculturais que obstaculizam a progressão feminina, existem a crença na possibilidade de promover a mulher sem incidir sobre as estruturas que sustentam a participação desigual.

Tomando em consideração os resultados deste trabalho, especialmente os recolhidos junto das entrevistadas, parece-nos que as capacidades e habilidades para desenhar propostas de projectos de investigação não representam problema. As próprias interlocutoras afirmaram possuir tais competências e procuram demonstrá-las no âmbito da sua participação nas chamadas do FNI. Sem desvalorizar a importância do treinamento, entendemos que focar os esforços nesse nível é procurar resolver um falso problema, isto é, atacar o problema pelos seus efeitos a não pelas suas causas. Vale a pena recuperar Bourdieu (2005) mais uma vez para afirmar que a questão da distribuição e acesso aos recursos dentro do campo reside nas estruturas do campo, pelo que, sem a modificação destas, nenhuma alteração significativa se pode esperar na lógica interna.

A preparação e submissão de propostas parecem estar mais vinculadas à questão do tempo e menos às competências para fazê-lo. Mesmo porque não se trata necessariamente de se submeter

propostas sem ou de baixa qualidade, mas sim de não chegar a submeter as propostas porque se teve conhecimento do concurso tardiamente ou porque outras ocupações não possibilitaram terminar a proposta dentro dos prazos estabelecidos. De uma forma ou de outra, o treinamento é uma estratégia com baixo potencial de ajudar as mulheres a superarem as barreiras que enfrentam na busca pela sua participação no financiamento de projectos de investigação científica. Este não é dado novo. Já tinha sido demonstrado por que Serafim e Amaral (2021), que defendem que as mudanças na situação presente passa pela transformação dos condicionamentos passados.

Quando atentamos para as acções que analisámos acima, comparando-as com as barreiras que alistámos mais acima, constatamos a existência de um fosso entre o que se procura remover (barreiras) e o que se faz para remoção (acções). Em outras palavras, existem barreiras que embora sejam reconhecidas, não têm merecido atenção no âmbito da intervenção das instituições de ensino e de financiamento. É o caso das barreiras vinculadas à dupla jornada por exemplo. Considerando a natureza estrutural destas barreiras não atacadas, estamos com receio de que as acções até então realizadas funcionem apenas como medidas paliativas, com pouco impacto no campo cultural dentro do qual a mulher ocupa uma posição desvantajosa na participação no financiamento em relação ao homem.

4.5.2. Reconhecer e superar barreiras para participação

Encerramos este subcapítulo e a presente apresentação dos resultados de pesquisa com esta sessão na qual continuamos a aprofundar as barreiras encontradas por mulheres na participação no financiamento à investigação científica, agora do ponto de vista das entrevistadas.

Antes de retratarmos as barreiras que as entrevistadas encontram para a sua participação no financiamento no FNI, entendemos ser prioritários abordarmos o seu sentimento relativamente à sua posição de desvantagem em comparação com o homem, visto que, até então nos focamos mais na dimensão objectiva da sociedade. O reconhecimento da sua desvantagem é generalizado no seio das participantes da pesquisa diferindo, nalguns casos, quanto ao seu fundamento como ilustramos abaixo:

“Considerando os desequilíbrios nos papéis de género, os homens têm mais oportunidades de se formarem academicamente e com os conhecimentos adquiridos por estes, passam a ter maiores

oportunidades de ganhar as oportunidades de financiamento.” (Engenheira florestal de 50 anos, Mestre e beneficiária de dois projecto)

“Sinto a desvantagem porque imponho limites á mim própria em função das outras responsabilidades na sociedade. A desvantagem não é atribuída ao FNI, e sim a mim própria.” (Agrónoma de 36 anos, Doutora e beneficiária de dois projecto)

“Bom já tive situações que fizeram com que eu quisesse desistir e nunca mais concorrer para financiamento, pessoalmente já concorri 3 vezes, a 1ª vez apresentei a ideia no meu departamento e o Director achou como estratégia colocar outro colega na frente porque dizia que ele tinha influências. A 2ª vez, concorri e simplesmente não soube do resultado nenhum, vários contactos com o FNI e respostas eram sempre diferentes. A 3ª vez, pela novidade, fui aprovada, comunicada e depois simplesmente disseram que não podiam financiar por insuficiência de fundos. Então achei muita falta de consideração e sendo mulher me vi sim em desvantagem em relação a muitos homens que naquela época haviam concorrido e sidos aprovados com um orçamento muito acima do que solicitei logo algo não esta bem por lá.” (Engenheira de 35 anos de idade, Mestre não beneficiária)

Escolhemos ilustrar estes três casos intencionalmente de modo a mostrar as três faces das desvantagens que as entrevistadas sentem no dia-a-dia da luta pela busca do financiamento. Na primeira situação as desvantagens são associadas na participação no financiamento no FNI decorrem das desigualdades de acesso às oportunidades de formação académica. Os homens, por terem mais oportunidades de se formarem academicamente, conseguem adquirir conhecimento e competências que lhes possibilitam, por sua vez, aceder com facilidade ao financiamento para os seus projectos de investigação. Contrariamente, as mulheres, com menos oportunidades de formação académica, acabem tendem mais dificuldades de obter bons resultados na avaliação das suas propostas de investigação.

Na segunda situação, as desvantagens resultam do envolvimento da mulher em múltiplas actividades simultaneamente, o que concorre para que não tenha tempo para se dedicar integralmente a nenhuma delas. Demonstramos anteriormente se tratar especificamente de actividades vinculadas aos seus papéis no espaço privado, com foco para os desempenhados no domínio doméstico, e aos papéis assumidos no espaço privado, neste caso, aos relacionados com a carreira académica e profissional. O desempenho simultâneo desses papéis coloca a mulher posição desvantajosa em comparação com o homem no que concerne, por exemplo, à preparação da proposta de projecto de investigação a tempo de submeter e à possibilidade de aceitar financiamento para realizar projectos em outras províncias.

A terceira situação é um pouco mais complexa, visto que, ocorre em duas instituições distintas. Do lado da instituição laboral, a desvantagem está a preferência da direcção pela indicação de profissional homem para coordenar o projecto com o qual concorriam não obstante a ideia de concorrer para o financiamento ter sido da entrevistada sob alegação de possibilidade de tráfico de influências. Do outro lado, sentiu-se a desvantagem, na medida em que não se chegou a beneficiar de um financiamento alegadamente por insuficiência de fundos numa mesma chamada em que concorrentes do sexo masculino que também foram seleccionados obtiveram o respectivo desembolso.

Em termos de origem das desvantagens, respectivamente: uma resulta da sociedade como um todo no qual as mulheres têm menos acesso às oportunidades que os homens; a outra decorre da própria mulher que se sujeita à dupla jornada dividindo seu tempo entre o privado e o público; a outra ainda tem origem nas instituições académicas e de financiamento, cuja actuação dos seus representantes privilegia mais os homens em detrimento das mulheres. Mesmos estando na mesma posição no campo cultural (científico) – algumas possuem o mesmo título académico – elas experimentam de forma diferenciada o sentimento de desvantagem. A partir do referencial teórico bourdieusiano, compreender essa diferenciação, na medida em que reconhecemos a reflexividade da qual estão dotadas as entrevistadas, o que as possibilita reconstruir continuam o seu *habitus* a medida que realizam as suas acções na busca pelo financiamento.

Nas ilustrações acima estão adjacentes algumas barreiras que as mulheres reconhecem enfrentarem na sociedade: para aceder à formação académica; para conciliar o trabalho e as questões domésticas; para ocupar posições privilegiadas nos grupos de pesquisa; e, para ser reconhecida como merecedora de financiamento. Identificamos outras barreiras na seguinte:

“É problema para as mulheres que têm dificuldade de abranger outros locais. Por exemplo, na 10ª chamada do FNI, lê-se: ‘nesta chamada pretende-se financiar 50% de projectos liderados por investigadoras (mulheres) e 40% de projectos cuja implementação seja fora da cidade de Maputo. Com nossas responsabilidades também de casa, não temos como nos ausentar para muito longe em outras províncias.’ (Agrónoma de 36 anos, Doutora e beneficiária de dois projecto)

Mais uma vez, os papéis domésticos aparecem como barreiras para a maior participação da mulher ao financiamento. Desta vez, não se trata da dupla jornada, mas sim da impossibilidade de descolamento para implementar projecto em outras províncias que não seja Maputo. A 10ª

chamada do FNI é indicada como exemplo para mostrar como uma parte dos projectos liderados por mulheres a serem financiados deve ser implementada fora da cidade de Maputo.

Estes resultados ao menos servem para corroborar a alegação do FNI segundo a qual é parte da sua estratégia para estimular a participação feminina anunciar nas chamadas o seu interesse em financiar projectos liderados por mulheres, o que não aconteceu nas chamadas anteriores. No entanto, limitar as acções de promoção da igualdade do género a esse discurso sem tomar em considerações outros aspectos inerentes à situação da mulher na sociedade, como a sua vinculação ao espaço doméstico, é transformar a luta da instituição num simples acto publicitário. Em outras palavras, reservar uma percentagem do orçamento do fundo para financiar projectos liderados por mulheres e divulgar a sua existência sem que existam mulheres em número suficiente em condições para se deslocar para fora da cidade de Maputo é um acto que culminará no dizer institucional “*nós fizemos a nossa parte*”.

Clarifiquemos a razão do nosso posicionamento crítico quanto à postura do FNI nesta última barreira. Entendemos ser estrategicamente duvidosa a eficácia de disponibilizar financiamento para projectos liderados por mulheres fora da cidade de Maputo na promoção da maior participação da mulher nos projectos de investigação científico – visto ser este o grande propósito pelo qual se luta. Procedendo dessa forma, o FNI, mesmo tendo consciência da condição social da mulher, acaba por culpabilizá-la assumindo que não aceitam as oportunidades para financiamento foram da cidade de Maputo por vontade própria. Apenas um psicologismo ou intelectualismo inconsequente legitimaria essa representação da realidade. Porém, Bourdieu afirma que:

É por não perceberem os mecanismos profundos, tais como os que fundamentam a concordância entre as estruturas cognitivas e as estruturas sociais, e, por tal, a experiência tóxica do mundo social (por exemplo, em nossas sociedades, a lógica reprodutora do sistema educacional), que pensadores de linhas filosóficas muito diferentes podem imputar todos os efeitos simbólicos de legitimação (ou de sociodicéia) a factores que decorrem da ordem da representação mais ou menos consciente e intencional ("ideologia", "discurso" etc.). (Bourdieu, 2002 p. 17-8)

Claramente que não podemos nos deixar levar por interpretações tal simplistas reducionistas ao ponto de não compreender que as mulheres não se sujeitam à dupla jornada porque assim o desejam, porque assim escolheram, o que não implica afirmar que sejam simples idiotas e reprodutoras da estrutura. É preciso, como está patente na citação acima, entender e captar o

ponto de concordância entre as estruturas objectivas que impõem e sustentam essa dupla jornada e as estruturas cognitivas femininas possibilitam a reprodução dessa condição imposta às mulheres na sociedade.

Em outras palavras, seria pouco apropriado dizer que as mulheres não aceitam financiamento para fora da cidade de Maputo simplesmente porque não querem abandonar as responsabilidades domésticas. Daí que seria legítimo questionar: por que elas não querem abandonar comprometer o desempenho dos papéis domésticos? Neste trabalho, essa questão é meramente retórica, pelo que, não nos esforçaremos por respondê-las. Basta, para os efeitos na nossa interpretação entendermos e fazer entender que os papéis domésticos são uma barreira para a mulher participar do financiamento no FNI e este não está a facilitar ao disponibilizar fundo colocando como condicionamento a sua realização fora da Cidade de Maputo. Isto torna-se mais crítico ainda quando a divulgação das chamadas de financiamento são pouco divulgadas fora da cidade de Maputo, o que permitiria as mulheres de outras províncias concorrerem e implementar projectos permanecendo no seu local de residência.

Antes de abordarmos a última questão deste trabalho, importa-nos destacar a exigência de um caso de uma entrevista, por sinal a única, que afirmou não enfrentar nenhuma barreira para participar do financiamento como ilustramos:

“Não tive nenhuma barreira, desde que preenchidos os requisitos que o FNI definiu, não tive nenhuma objecção e ganhei como coordenadora.” (Entrevistada com 54 anos de idade, Prof. Doutora e beneficiária de um projecto)

Este é um caso único na nossa amostra, mas que ainda assim de grande valor interpretativo, pois não é nosso interesse nesta pesquisa diabolizar o FNI e nem assumir papel de advogados das mulheres. Assumindo que as barreiras enfrentadas por mulheres estão enraizadas na estrutura, o caso acima revela que mesmo no seio desse contexto de obstáculos, existem mulheres que conseguem construir uma carreira académica e profissional de sucesso ao ponto de aceder ao financiamento de projectos de investigação sem nenhum impedimento.

O exposto significa que, de facto, reunindo todas as condições exigidas na avaliação das propostas de projectos no FNI, é possível obter bons resultados. O nível académico da entrevistada (Profa. Doutora) é indicador de que progrediu academicamente apresenta requisitos

para merecer reconhecimento institucional. Olhando para este caso de outro ponto de vista, podemos assumir que fazem todos sentidos as estratégias viradas para a base no sentido de promoverem maior inclusão académica feminina, pois uma vez alcançados níveis de escolaridade elevados, é possível começar a pensar na igualdade de participação em relação ao homem – claramente que para se chegar a essa inferência, seria preciso isolar outras barreiras.

É relevante reconhecer que independentemente do ritmo, as mulheres estão a alcançar níveis académicos elevados no país e, com isso, a participar mais na produção científica. Mesma tendência foi observada em Portugal por Ruivo (1986). Isto revela que a progressão académica é uma das principais estratégias encontradas individualmente pelas mulheres para promoverem o seu próprio acesso ao financiamento de seus projectos de pesquisa. A entrevistada seguinte assume estar a travar a mesma luta:

*“Procuro concorrer para bolsas de estudo na modalidade *sandwich*⁸, mas tem sido difícil aceder a esses editais.” (Engenheira florestal de 50 anos, Mestre e beneficiária de dois projectos)*

A luta por bolsa de estudo é uma estratégia encontrada para superar as barreiras enfrentadas, pois confere a oportunidade de progredir na carreira académica. Mas a dificuldade de aceder a essas bolsas, que é outra barreira, exige a reinvenção feminina, o que ocorre, pelo menos no caso acima, pela implementação da modalidade *sandwich*. Isto significa que não se permanece concentrada na busca de estudo por bolsa em uma única instituição ou em uma única área de formação de sua preferência. Pelo contrário, procura-se concorrer para qualquer oportunidade de bolsa de estudo que aparecer misturando instituições financiadoras, bem como áreas de forma. A lógica *sandwich* é: quanto maior o número de bolsas de estudos para as quais se concorre, maior serão as possibilidades de obter bons resultados.

Mesmo com a modalidade *sandwich*, o acesso a bolsas de estudos continua um desafio a superar para lograr sucesso na sua estratégia de ascender academicamente. A dificuldade reside no acesso aos editais que dão a conhecer a existência de bolsas de estudos nas instituições, o que faz sentido, pois o IBE reconhece que os esforços levados a cabo para intensificar a divulgação das bolsas de estudos se têm revelado ineficazes. Este cenário é realmente paradoxal: de um lado,

⁸ No sentido etimológico da palavra, a palavra significa feito com duas fatias de pão entre as quais presunto, queijo, salsicha, legumes ou outros alimentos são colocados. Disponível em: <https://es.thefreedictionary.com/s%C3%A1ndwich>

estão as instituições financiadoras de bolsas de estudo que possuem bolsas disponíveis para oferecer a mulher mas têm dificuldades de divulgá-las e do outro lado estão as mulheres que buscam por oportunidades de se beneficiarem de bolsas de estudo mas enfrentam dificuldades de saber onde as mesmas estão disponíveis. Nestas condições, talvez essa não seja a estratégia acertada.

Outra estratégia adoptada no seio da nossa amostra é a criação de sinergias por meio da criação de grupo de mulheres para concorrerem conjuntamente ao financiamento:

“Tento lutar todos os anos, encaro as respostas negativas como um desafio e avanço e junto-me a outras mulheres para concorrer. Assim, podemos nos ajudar umas a outras, outras têm mais experiências e outras têm mais nível para preencher as exigências do financiador.” (Engenheira de 35 anos de idade, Mestre não beneficiária)

A criação de grupos mistos em termos profissionais e académicos é vista como uma estratégia que possibilita a satisfação dos critérios de elegibilidade do FNI, uma vez que, cada membro do grupo possui uma qualidade que pode ser profissional (experiência) ou académica (nível). Esta iniciativa inverte um pouco o quadro habitual na criação de grupos de pesquisa no seio do qual tendencialmente os grupos mistos são compostos por homens e mulher como forma de compensar as desvantagens femininas com base nos privilégios masculinos.

Neste sentido, os grupos mistos femininos não apenas servem para facilitar a satisfação das exigências impostas pelo FNI, bem como representam um meio de as mulheres demonstrarem o seu valor e conseguir reconhecimento como capazes de desenhar propostas de projectos de qualidade e conduzir investigação científica em condições de gerar bons resultados. Contrariamente, os grupos mistos heterossexuais só servem para facilitar o acesso ao financiamento, pois quanto à participação feminina, não é reconhecida, uma vez que, demonstraram Lino e Mayonga (2016) e demonstramos também neste trabalho, a mulher tende ocupar posições invisíveis e menos prestigiadas.

A diferença de estratégias não significa a diferença do sentido que assumem dentro do campo. As estratégias acima, tanto a focada na progressão académica quanto a que consiste na constituição de grupos mistos, limitam à luta das entrevistadas pelo preenchimento dos critérios de elegibilidade aplicados no FNI e noutras instituições de interesse académico-científico. Nenhum delas busca a subversão da ordem estabelecida. As estratégias de subversão são aquelas

que incidem sobre a estrutura do campo visando transformar toda a lógica de distribuição das posições e dos recursos em jogo (Bourdieu, 2005). Na verdade esta é uma limitação estratégica não apenas das entrevistadas, mas também das instituições, embora tenham efeitos diferentes, que nos interessa comentar para encerrarmos o presente capítulo.

De acordo com Bourdieu (2005), existem as estratégias subversão acima descritas e as estratégias de conservação, cuja finalidade é reproduzir o *status quo* do campo. Enquanto estas actuam a um nível ideológico para conservar as estruturas do campo intactas, aquelas agem ao nível das estruturas para transformar todo o aparato ideológico. Olhando para todas as estratégias não encontramos estratégias que se inserem em qualquer dessas categorias teóricas. De um lado, as instituições como o FNI definem e divulgam estratégias viradas para a promoção da igualdade de género que não chegam a implementar e quando tomam alguma iniciativa, limitam-se a incidir sobre os efeitos do problema do que sobre suas raízes. Por seu turno, entrevistadas adoptam estratégias que reflectem um esforço para atender as exigências institucionais conformando-se ao que lhes é exigido.

Em nenhum dos grupos de entrevistados – mulheres entrevistadas e instituições – encontramos estratégias com forçar ou força para afectar as estruturas que sustentam as desigualdades de participação no financiamento à investigação científica entre homem e mulher, embora seja um espaço comum entre eles que as barreiras enfrentadas são estruturais. Essa dupla inacção relação às estruturas favorece à conservação do campo cultural dentro do qual as mulheres lutam pela maior participação no financiamento à investigação científica, o que tem efeitos opostos para os dois grupos. Para as instituições, tem a vantagem de não precisarem de fazer arranjos institucionais para acomodar as exigências do género, mas para as entrevistadas tem as desvantagens de poderem ascender na estrutura enquanto académicas e profissionais, mas permanecerem na mesma posição enquanto mulheres. Só as experiências ditarão qual das duas imagens prevalecerá.

Considerações finais

Compreendemos, neste trabalho, a participação da mulher no financiamento a projectos de investigação científica no FNI do ponto de vista dos critérios de elegibilidade, aplicados na avaliação e selecção das propostas submetidas. Com base numa busca bibliográfica e documental exploratória, assumimos como pressuposto que essa participação é desigual considerando o número bastante de propostas de projectos liderados por mulheres financiados em comparação com o elevado número de projectos liderados por homens financiados ao longo das nove chamadas de financiamento até então realizadas pelo FNI.

O debate que suscitámos neste trabalho insere-se na temática na qual se relaciona o género e a produção científica. Entendemos, logo à partida, ser relevante que evitássemos qualquer radicalismo interpretativo, o que concorreu para que, no lugar de uma teoria de género, optássemos por uma perspectiva teórica mais virada para a reprodução social. Adoptámos uma perspectiva construtivista-estruturalista a partir da teoria de campo de Bourdieu (2005), complementada pela teoria da organização de Friedberg (1995). Com base nesta problemática, definimos como segundo postulado deste trabalho que as desigualdades de participação no financiamento de projecto de investigação no FNI estão condicionadas pela distribuição hierárquica da mulher e homem nas posições dentro do campo cultural na sociedade.

A partir dessa problemática conduzimos uma análise que privilegiou a interacção entre os agentes e a estrutura, o que condicionou que iniciássemos por explorar os critérios de elegibilidades enquanto recursos estruturais definidos e implementados na avaliação e selecção de propostas de investigação científica no FNI. Os critérios definidos para a validação e avaliação das propostas submetidas nas diferentes chamadas incidem sobre as capacidades e habilidades técnicas e de gestão dos candidatos para realizar investigação na área para a qual concorrem. Daí a exigência de aspectos como a relevância da área de incidência, CV, qualidade da proposta. Critérios como um autor com duas propostas, irrelevância dos resultados, foco em grupos-alvo não prioritários, podem significar a invalidação das propostas.

A aplicação dos critérios definidos é feita mediante um processo sequenciado em quatro etapas, a triagem administrativa, avaliação ética, avaliação técnico-científica e homologação. A imparcialidade na avaliação das propostas é privilegiada para assegurar que todas as propostas

recebam o mesmo tratamento e sejam seleccionadas as melhores. A constituição de um júri na primeira etapa e um júri externo nas duas etapas subsequentes tem esse propósito. Desta forma, inferimos que tanto em termos de definição de critérios, quanto da sua aplicação não se encontra nenhuma alusão às questões do género e da maior inclusão da mulher, embora se faça referência na Estratégia de Género do FNI.

Os dados quantitativos que produzimos mostram que o fosso entre a participação feminina e masculina no financiamento do FNI prevaleceu ao longo das 9 chamadas desde 2008 até 2020. A participação desigual baseada no género é uma realidade característica à atribuição de financiamento a projectos de investigação nesse fundo. Não apenas em termos numéricos. O mesmo ocorre em termos de áreas de incidência, em que as mulheres continuam concentradas nas ciências sociais e produtivas distanciando das engenharias e ciências de tecnologias. Desta forma, a participação feminina no financiamento tende a reduzir-se predominantemente ao fazer parte, o que significa que pelo menos estão inseridas no grupo de concorrentes ao financiamento. As entrevistadas enfrentam dificuldades para ascender ao tomar para, pois as oportunidades de terem as suas propostas seleccionadas são reduzidas.

A busca que fizemos sobre a participação da mulher em outras instituições, tanto de financiamento quanto de ensino, mostra que as desigualdades se estendem por todos os espaços e níveis da sociedade. Apesar dos progressos apontados nos últimos anos, as mulheres continuam ainda com poucas oportunidades de acesso a bolsas de estudos e de obter outros financiamentos para suas actividades científicas. O número reduzido de mulheres a concorrerem para essas oportunidades é a principal razão para a sua fraca participação, o que, por sua vez, resulta de outros factores como o abandono escolar, a concentração em áreas de formação das letras e ciências sociais.

A fraca participação feminina e as desigualdades de oportunidades são subjectivamente vivenciadas pelas entrevistas. A ocupação de posições subalternas emerge como alternativa para elas poderem incrementar os níveis de participação. Elas são motivadas pelo interesse de singrar na sua área de formação, acumular maior experiência e profundo domínio em pesquisas, bem como obter financiamento para melhorar sua condição de vida e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Mesmo conscientes da menor probabilidade que possuem de

obter financiamento no FNI, algumas entrevistas insistem em concorrer isoladamente como forma de demonstrar as suas capacidades e conquistar reconhecimento na sociedade.

As representações institucionais sobre as mulheres caracterizam-se por serem, simultaneamente, estereotipadas e ambivalentes. O FNI constrói a imagem de uma mulher com múltiplas ocupações públicas e privadas, condicionada a não ter tempo para preparar propostas e projecto de qualidade. Isso contradiz o facto de no FNI e noutras instituições existir a representação da mulher com capacidades e habilidade para desenhar e conduzir projectos de pesquisa, pelo que, não carece de nenhum tratamento especial. Ainda assim, no mesmo contexto se reconhece a relevância de se atribuir um tratamento privilegiado à mulher em casos nos quais a sua proposta tenha a mesma qualidade com uma proposta masculina.

Do lado das entrevistadas, embora todas procurem demonstrar as suas capacidades e habilidades técnicas para a condução da investigação científica, nem todas partilham a imagem institucional que concebe a mulher concorrente como conhecedora e capaz. No seio das entrevistadas com perspectiva crítica, entende-se que o FNI e outras instituições representam a mulher como incapaz, irresponsável, o que está por detrás da falta de oportunidades concebidas a elas para acederem ao funcionamento. Em termos de auto-representação, as entrevistadas entendem que as mulheres podem conseguir financiamento em todas as áreas de investigação científica, basta que tenham formação académica para tal, mas também existem as que defendem que áreas como ciências sociais oferecem mais probabilidades de obter bons resultados no financiamento em comparação com as das engenharias e tecnológicas.

Analisámos ainda as barreiras impostas às mulheres para acederem ao financiamento. As instituições destacam-se barreiras socioculturais como a violência baseada no género, os papéis femininos na família e barreiras académicas como a priorização das áreas de engenharias e tecnológicas para atribuição de bolsas de financiamento. Do lado das mulheres, as barreiras centram-se nos papéis domésticos, dificuldades de aceder à formação académica, ocupação de posições subalternas nos grupos de investigação. De um modo geral, essas barreiras são sustentadas pela estrutura patriarcal, relacionam-se e influenciam-se reciprocamente, acumulam-se ao longo do percurso académico e profissional da mulher e convergem contribuindo negativamente para a participação da mulher no financiamento no FNI.

As estratégias e acções de superação dessas barreiras levadas a cabo pelas instituições e pelas mulheres entrevistadas não chegam a afectar significativamente as estruturas de campo que condicionam e conservam as desigualdades de participação no financiamento do FNI, onde os critérios de elegibilidade contribuem para a reprodução dessas desigualdades. Esta reprodução ocorre na medida em que não se considera o facto de a mulher ter origem num contexto sociocultural em que se encontra numa posição desvantajosa em relação ao homem. Para agravar, o FNI não apenas tem uma representação estereotipada da mulher, bem como limita-se a acções que não ajudam a mulher a superar barreiras como a divisão do tempo entre o trabalho privado e o trabalho público.

O recurso aos dados quantitativos para analisar a tendência do financiamento no FNI na perspectiva do género possibilitou fechar a lacuna que poderia existir pelo não recurso à abordagem ou método quantitativo. Ainda assim, não se exclui a relevância de no futuro serem desenvolvidos estudos quantitativos que explorem, por exemplo, a influência de variáveis sócio-demográficas na participação feminina nas diferentes instituições de financiamento.

Referências bibliográficas

Alves, D. M. (s.d). *A mulher na ciência: Desafios e perspectivas*. PPGE-UNESC.

António, E., & Hunguana, C. (2014). *Relatório do estudo sobre o género no Ensino Superior em Moçambique: Estudo realizado em 2013*. Moçambique: Ministério da Educação (MINED).

Araújo, C. F. (2016). A dupla jornada de mulheres inseridas no mercado de trabalho em Aracaju- Se. *Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS*, Universidade Federal de Sergipe – PPGS.

Barbieri, T. (1991). Sobre la categoria género. Uma introducción teóricometodologica. In Sazeredo, & V. Stolcke (Orgs.). *Direitos reprodutivos* (pp. 25-46). São Paulo: Prodir/Fundação Carlos Chagas.

Barbosa, L. C. (2011). Desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico: reflexões iniciais. *III Seminário Nacional. Género e práticas culturais, Olhares diversos sobre a diferença*.

Barcellos, L. V., & Franca, P. G. (2016). A discriminação positiva como garantia de igualdade aos Homossexuais. *Revista de Género, Sexualidade e Direito*, 2(2), 113-133.

Bassiano, V., & Lima, C. A. (2018). Casamentos prematuros em Moçambique: causas e Consequências do abandono escolar. *Imagens de Educação*, 8(2)1-16.

Bordenave, J. E. (1983). *O que é participação* (6ª ed). São Paulo: Brasiliense.

Bourdieu, P. (2005). *O poder simbólico*. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. (2002). *A dominação masculina* (11ª ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (1992). *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

_____. (1984). *Questões de sociologia*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, P., Chamboredon, J., & Passeron, J. (2007). *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa em sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes.

Paula, L. F. (2013). Financiamento, crescimento económico e funcionalidade do sistema financeiro: Uma abordagem pós-Keynesiana. *Est. Econ*, 43(2), 363-396.

Casimiro, I. M., & Souto, A. N. (2010). *Empoderamento Económico da Mulher, Movimento Associativo e Acesso a Fundos de Desenvolvimento Local*. Maputo.

Casimiro, I. M., & Andrade, X. (2007). “*A identidade do feminismo crítico em Moçambique: situando a nossa experiência como mulheres académicas e activistas*”. Maputo: Centros dos Estudos Africanos.

Chiavenato, I. (2005). *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. São Paulo: Zairaiva.

Durkheim, E. (1972). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Eccel, C. S., & Grisci, C. L. (2011). Trabalho e Género: a produção de masculinidades na Perspectiva de homens e mulheres. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(1), 57-78.

Fábulas de Esopo (1994). *A raposa e a cegonha Moral*. São Paulo: Companhia das Letrinhas.

Fonseca, J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, Apostila.

Friedberg, E. (1995). Organização. In: Boudon, Rarmond. (Dir.). *Tratado de Sociologia* (pp. 375-412). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Fundo Nacional de Investigação (FNI) (2016). *Estratégia de Género. Género e a investigação: encorajar as mulheres a participar mais na área da investigação em Moçambique*. Maputo: FNI.

_____. (2015). *Manual de normas e procedimentos para o financiamento aos projectos*. Maputo: FNI.

. *Estatísticas dos projectos financiados pelos FNI 2011-2018*. Maputo: FNI.

Gil, A. C. (2008). *Métodos de técnicas de pesquisa social*, (6ª ed). São Paulo: Editora Atlas.

Goldenberg, M. (2014). *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Record.

Gomes, C. A., Corrêa, D. M., & Domingos, S. R. (2010). Participação Feminina na Produção Científica em Contabilidade publicada nos Anais dos Eventos ENANPAD, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e Congresso ANPCONT. *XXXIV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, EnANPAD*, Rio de Janeiro/RJ.

Gonçalves, B. N., & Barbosa, M. W. (2016). Minha gerente de projecto é mulher! Percepções da influência do género no gerenciamento de projectos de software. *V Simpósio Internacional de Gestão de Projectos, Inovação e Sustentabilidade*. Anais do V SINGEP, São Paulo.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso* (1ª ed). Portugal: Principia.

Irineu, L. M. (2019). Abordagem discursiva das representações sociais: sistematização de um constructo teórico-metodológico. *Mandinga – Revista de Estudos Linguístico*, 3(1), 8-18.

Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.). *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: UERJ.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1992). *Metodologia do trabalho científico* (4ª ed). São Paulo: Atlas.

Lino, T. R., & Mayorga, C. (2016). As mulheres como sujeitos da Ciência: uma análise da participação das mulheres na Ciência Moderna. *Saúde & Transformação Social*, 7(3), 96-107.

Lobo, R. F., & Werneck, M. M. (2018). A interdisciplinaridade do conceito de Representações Sociais de Serge Moscovici. *Revista Ciências Humanas – Educação e Desenvolvimento Humano – UNITAU*, 11(1), 8-18.

Machava, P. L. (2021). “Estamos a reinventar-nos”: trabalhadoras domésticas assalariadas em Moçambique e a covid-19. *Revista Espaço Académico – Edição Especial*, Ano XXI-ISSN, 25-41.

Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) (2016). *Política de género e estratégia da sua implementação*. Moçambique: MGCAS.

Mullet, E., & Neto, F. (2000). Estudar e trabalhar noutra país da união europeia: Perspectivas dos jovens portugueses. *Psicologia, Educação e Cultura*, V(1), 199-217

Oliveira, C. R. (2018). *A invisibilidade do trabalho das mulheres: as memórias das trabalhadoras rurais acerca das relações d trabalho na Lavoura Cacaueira*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Sudeste da Bahia – UESB, Vitória d conquista – BA).

Oliveira, C. R. (2018). *A invisibilidade do trabalho das mulheres: as memórias das trabalhadoras acerca das relações de trabalho na Lavoura Cacaueira*. (Dissertação de Mestrado, Programa Pós-graduação em Memória: Linguagem e sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste Bahia – UESB, Vitória da Conquista – BA).

Oliveira, J. R., Mello, L. C., & Rigolin, C. C. (2020). Participação feminina na pesquisa sobre tecnologia da informação no Brasil: grupos de pesquisa e produção científica de teses e dissertações. *Cadernos pagu*, (28), 1-51.

Organização das Nações Unidas (ONU) (2005). *Combater a violência baseada em género: Uma chave para alcançar os objectivos de Desenvolvimento do Milénio*.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultural (UNESCO) (2018). *Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM)*. Brasília: UNESCO.

Parreira, P., Sampaio, J. H., Mónico, L., Paiva, T., & Alves, L. (2018). *Análise das representações sociais e do impacto da aquisição de competências em empreendedorismo nos estudantes do ensino superior politécnico*. Portugal: Instituto Politécnico da Guarda.

Pateman, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Popper, K. R. (1980). *Conjecturas e refutações*. Brasília: Editora da UnB.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1988). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Grávida.

Rezende, D. T., & Quirino, R. (2017). Mulheres na ciência e tecnologia – Porque tão poucas? *Seminário Internacional Fazendo Género & 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Género II – Transformações, Conexões e Deslocamentos*. Florianópolis.

Ribeiro, G. A. (2019). *Discutindo género e sexualidade na escola: um guia didáctico-pedagógico para professores*. Vitória: Instituto Federal do Espírito Santo.

Richardson, R. J. (2008). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (3ª ed). São Paulo: Editora Atlas.

Ruivo, B. (1986). A mulher e o poder profissional: a mulher em actividades de investigação científica em Portugal. *Análise Social*, XXII (92-93), 689-680.

Santos, R. C., Figueiredo, H. R. P., & Hage, M. S. C. (s.d). Mulheres e produção do conhecimento científico: uma reflexão necessária. *VI Congresso Nacional de Educação*, Conedu.

Sardan, J-P. O. (2017). *A política do trabalho de campo: sobre a produção de dados em sócio-antropologia*. Maputo: Regardscroisés França-Moçambique.

Serafim, M. P., & Amaral, E. M. (2021). Mulheres na Ciência: Precisamos corrigir o passado para enfrentar o futuro? *Avaliação*, 26(01), 1-4.

Sousa, M. L. (2011). *Discriminação salarial entre homens e mulheres: evidência empírica para a região autónoma dos Açores*. (Dissertação Mestrado, Universidade dos Açores).

Sousa, L. P., & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última Década. *Estudos Avançados*, 30(87), 123-139.

Thity-Cherques, H. R. (2006). Pierre Bourdieu na prática. *RAP*, 40(1), 27-55.

Vasconcelos, L. S., & Miranda, V. S. P. (2021). Actuação de mulheres na liderança de projectos (com impactos sociais) como mecanismo de transformação sociais e governança. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação REASE*, 7 (7), 401-418.

Weber, M. (2001). *Metodologia das ciências sociais. Parte 1* (4ª ed). São Paulo: Editora Cortez.

Documentos:

Boletim da República. Decreto n.º 12/2005 de 10 de Junho.

Boletim da República. Decreto n.º 50/2015. I SÉRIE – número 104.

Apêndices

1. Instrumentos de recolha de dados

1.1. Guião de entrevista para o FNI

Bloco I. Dados sócio-demográficos

- 1) Sexo
- 2) Idade
- 3) Residência
- 4) Estado civil
- 5) Nível de escolaridade
- 6) Formação profissional
- 7) Função na instituição
- 8) Papel desempenhado na atribuição de financiamento
- 9) Tempo de trabalho na instituição

Bloco II. Participação de mulheres e homens no financiamento de projectos de investigação

- 1) Qual é que tem sido o nível de concorrência das mulheres para o financiamento de projectos de investigação no FNI? (*E dos homens?*)
- 2) Que comparação se pode fazer entre a concorrência das mulheres e dos homens? (*Como é que evoluiu essa comparação?*)
- 3) Qual tem sido o nível de atribuição de financiamento a projectos de investigação liderados por mulheres?
- 4) Que comparação se pode fazer entre o nível de atribuição de financiamento a projectos liderados por mulheres e liderados por homens?
- 5) Na sua opinião, o que está por detrás da menor atribuição de financiamento a projectos liderados por mulheres?

Bloco III. Definição e aplicação dos critérios de elegibilidade ao financiamento

- 1) Quais são os critérios definidos para a validação das candidaturas ao financiamento de projectos de investigação no FNI? (*Concorda com os mesmos? Porquê?*)
- 2) Que critérios são aplicados para seleccionar o candidato que deverá se beneficiar do financiamento de projectos de investigação? (*Concorda com os mesmos? Porque?*)
- 3) Como é que são definidos esses critérios de atribuição de financiamento de projecto de investigação?

- 4) Que mudanças foram sendo introduzidas nesses critérios ao longo do tempo? (*Por quê dessa mudanças?*)
- 5) Pode descrever passo a passo o processo de selecção dos candidatos e atribuição de financiamento a projectos de investigação?
- 6) Na sua opinião, até que ponto a aplicação desses critérios é rigorosa durante o processo de selecção dos candidatos ao financiamento?

Bloco IV. Representações sobre as mulheres no seio das instituições

- 1) Em termos de competências ou habilidades, o que é que se exige ou se espera que um candidato possua? (*E para o caso específico da mulher?*)
- 2) Pode caracterizar a imagem que vem na consciência quando se fala de uma candidata do sexo feminino ao financiamento de projectos de investigação?
- 3) Na sua opinião, qual é a imagem de mulher candidata a financiamento que se constrói aqui no FNI?
- 4) Quando dois candidatos estão em situação de igualdade na concorrência ao financiamento, como procedem? (*E se for uma mulher e um homem?*)
- 5) Na sua opinião, em que áreas de projectos a mulher tem mais probabilidade de ganhar financiamento? (*Se especificou áreas, diga por que*)

Bloco V. Facilidades e barreiras para o financiamento a mulheres

- 1) **Estamos numa sociedade em que as mulheres ainda continuam numa situação de desvantagem em relação aos homens.** Que estratégias o FNI adopta para impedir que essas desvantagens se reflectam no processo de atribuição de financiamento a projectos de investigação?
- 2) **Ainda temos menos mulheres que homens se beneficiando de financiamento para projectos de investigação no FNI nos últimos anos.** Até que ponto as estratégias adoptadas estão a surtir os efeitos desejados?
- 3) Que barreiras as mulheres ainda enfrentam para ter mais acesso ao financiamento a projectos de investigação no FNI?
- 4) Que desafios o FNI está a enfrentar para remover essas barreiras?
- 5) Na sua opinião, o que mais se pode fazer para que essas barreiras sejam removidas e a mulher tenha maior acesso ao financiamento?
- 6) Existe alguma coisa que gostaria acrescentar sobre tudo que falámos?

1.2. Guião de entrevista para as mulheres concorrentes

Bloco I. Dados sócio-demográficos

- 1) Idade
- 2) Residência
- 3) Estado civil
- 4) Nível de escolaridade
- 5) Instituição de trabalho (e académica)
- 6) Tempo de filiação à instituição
- 7) Formação profissional

Bloco II. Participação de mulheres e homens no financiamento de projectos de investigação

- 1) Qual é que tem sido o seu nível de concorrência para o financiamento de projectos de investigação no FNI? (*Enumere*)
- 2) Das vezes que concorreu, quantas delas conseguiu obter financiamento? (*Enumere os anos/edições?*)
- 3) Em quantos projectos que já ganhou foi coordenadora? (*Em quantos um homem foi coordenador?*)
- 4) O que a motiva a buscar financiamento para projectos de investigação junto do FNI?
- 5) A quem se tem associado normalmente para concorrer ao financiamento no FNI? (*Inclui homens no seu grupo? Porquê?*)
- 6) **Observamos que projectos de investigação liderados por homens têm sido mais financiados.** Na sua opinião, o que estaria por detrás da superioridade numérica de projectos liderados por homens?

Bloco III. Definição e aplicação dos critérios de elegibilidade ao financiamento

- 1) Quais são os critérios aplicados para seleccionar os candidatos ao financiamento de projectos de investigação no FNI? (*Concorda com os mesmos? Porquê?*)
- 2) Pode descrever o processo seguido para a selecção dos candidatos ao financiamento de projectos de investigação no FNI?
- 3) Na sua opinião, até que ponto o processo de selecção de candidatos ao financiamento de projecto de investigação no FNI é rigoroso? (*Que aspectos críticos verifica?*)

Bloco IV. Representações sobre as mulheres no seio das instituições

- 1) Em termos de competências e habilidades, o que se espera de um candidato ao financiamento de projecto de investigação no FNI? *(E para o caso específico da mulher?)*
- 2) Que competências ou habilidades procura demonstrar para ser considerada uma mulher elegível e merecedora do financiamento de projectos do FNI?
- 3) Na sua opinião, qual é a imagem de mulher candidata a financiamento que se constrói no FNI?
- 4) Na sua opinião, em que áreas de projectos a mulher tem mais probabilidade de ganhar financiamento? *(Se especificou áreas, diga por que)*

Bloco V. Facilidades e barreiras para o financiamento a mulheres

- 1) **Estamos numa sociedade em que as mulheres ainda continuam numa situação de desvantagem em relação aos homens.** Sente que de alguma forma tem estado em desvantagem em relação a outros concorrentes homens ao financiamento de projectos de investigação no FNI?
- 2) **O FNI tem adoptado estratégias para estimular a maior participação e acesso da mulher ao financiamento de projectos de investigação.** Qual é a sua opinião quanto aos resultados dessas estratégias?
- 3) Como mulher, que barreiras tem enfrentado para ter acesso ao financiamento de projectos de investigação no FNI?
- 4) Como tem feito para superar essas barreiras?
- 5) Na sua opinião, o que mais se pode fazer para que essas barreiras sejam removidas e a mulher tenha maior acesso ao financiamento?
- 6) Existe alguma coisa que gostaria acrescentar sobre tudo que falamos?

1.3. Guião de entrevista para outras instituições

Bloco I. Dados sócio-demográficos

- 1) Sexo
- 2) Idade
- 3) Residência
- 4) Estado civil
- 5) Nível de escolaridade
- 6) Formação profissional
- 7) Nome da instituição
- 8) Função na instituição
- 9) Tempo de trabalho na instituição

Bloco II. Participação de mulheres e homens no financiamento de projectos de investigação

- 1) Qual é que tem sido o nível de concorrência das mulheres o financiamento aqui na instituição? (*E de homens?*)
- 2) Que comparação se pode fazer entre a concorrência das mulheres e dos homens? (*Como é que evoluiu essa comparação?*)
- 3) Qual tem sido o nível de atribuição de financiamento a projectos de investigação liderados por mulheres?
- 4) Que comparação se pode fazer entre o nível de atribuição de financiamento a projectos liderados por mulheres e liderados por homens?
- 5) Na sua opinião, o que está por detrás da menor atribuição de financiamento a projectos liderados por mulheres?

Bloco III. Definição e aplicação dos critérios de elegibilidade ao financiamento

- 1) Quais são os critérios definidos para a validação das candidaturas ao financiamento de projectos? (*Concorda com os mesmos? Porquê?*)
- 2) Que critérios são aplicados para seleccionar o candidato que deverão se beneficiar do financiamento de projectos? (*Concorda com os mesmos? Porquê?*)
- 3) Como é que são definidos esses critérios de atribuição de financiamento de projecto?
- 4) Que mudanças foram sendo introduzidas nesses critérios ao longo do tempo? (*Porquê dessa mudanças?*)
- 5) Pode descrever passo a passo o processo de selecção dos candidatos e atribuição de financiamento a projectos de investigação?
- 6) Na sua opinião, até que ponto a aplicação desses critérios é rigorosa durante o processo de selecção dos candidatos ao financiamento?

Bloco IV. Representações sobre as mulheres no seio das instituições

- 1) Em termos de competências ou habilidades o que é que se exige que um candidato possua? *(E para o caso específico da mulher?)*
- 2) Pode caracterizar a imagem que vem na consciência quando se fala de um candidato do sexo feminino ao financiamento de projectos?
- 3) Na sua opinião, qual é a imagem de mulher candidata ao financiamento que se constrói aqui na instituição?
- 4) Quando dois candidatos estão em situação de igualdade na concorrência ao financiamento, como procedem? *(E se for uma mulher e um homem?)*
- 5) Na sua opinião, em que áreas de projectos a mulher tem mais probabilidade de ganhar financiamento? *(Se especificou áreas, diga por que)*

Bloco V. Facilidades e barreiras para o financiamento a mulheres

- 1) **Estamos numa sociedade em que as mulheres ainda continuam numa situação de desvantagem em relação aos homens.** Que estratégias a instituição adopta para impedir que essas desvantagens se reflectam no processo de atribuição de financiamento a projectos?
- 2) **Ainda temos menos mulheres que homens se beneficiando do financiamento para projectos nas instituições nos últimos anos.** Até que ponto as estratégias adoptadas estão a surtir os efeitos desejados?
- 3) Que barreiras as mulheres ainda enfrentam para ter mais acesso ao financiamento a projectos na instituição?
- 4) Que desafios a instituição está a enfrentar para remover essas barreiras?
- 5) Na sua opinião, o que mais se pode fazer para que essas barreiras sejam removidas e a mulher tenha maior acesso ao financiamento?
- 6) Existe alguma coisa que gostaria de acrescentar sobre tudo que falámos?

2. Termo de consentimento

CONSENTIMENTO INFORMADO
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
Critérios de Elegibilidade à Participação das Mulheres no Financiamento de Projectos de
Investigação Científica no Fundo Nacional de Investigação (2006-2020)

Revisto: 27/11/2022

Investigadora:

Liese Alberto Aissa

(Mestranda na Faculdade de Letras e Ciências Sociais)

Eu, Liese Alberto Aissa, estudante do Curso de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, estando na fase de elaboração do trabalho final, na qualidade de investigadora principal, gostaria de convidar você a participar da pesquisa intitulada “Critérios de Elegibilidade à Participação das Mulheres no Financiamento de Projectos de Investigação Científica no Fundo Nacional de Investigação (2006-2020)”.

Objectivos do estudo

Compreender a contribuição dos critérios de elegibilidade para a participação desigual das mulheres no financiamento de projectos de investigação pelo Fundo Nacional de Investigação.

Contexto

Inserimos este estudo na temática do género nas sociedades contemporâneas especificando o seu objecto de estudo no âmbito da participação da mulher no financiamento de projectos de investigação. Trata-se de um empreendimento levado a cabo num contexto moçambicano em que se encontram várias instituições como o Fundo Nacional de Investigação (FNI), viradas para o financiamento de projectos de investigação com finalidade, dentre outras, de estimular a produção científica nas várias áreas de saber. No presente estudo interessamo-nos por problematizar os critérios de elegibilidade dos concorrentes a esse financiamento com foco para as experiências de participação feminina num contexto moçambicano em que se assume que esforços estão a ser envidados para a sua promoção. Este empreendimento passa por atentarmos igualmente para as barreiras e facilidades que as mulheres encontram para a aceder esse financiamento.

Seleção dos participantes

A selecção dos participantes deste estudo não toma em consideração qualquer característica particular dos participantes do projecto. As mulheres são seleccionadas por serem beneficiárias directas do projecto; o FNI em particular por ser a instituição que financia os projectos de investigação científica e as outras instituições são seleccionadas por estarem directa ou indirectamente vinculadas à carreira académica e de investigadoras das mulheres. Todos os participantes do estudo estão nas mesmas condições de serem seleccionados para participarem, basta que preencham todos os critérios de inclusão.

Entrevistas

As entrevistas serão realizadas pela investigadora principal devendo o assistente estar presente para acompanhamento. As conversas deverão ter uma duração média de cerca de 30 a 40 minutos. Para melhor registo da conversa, solicita-se a permissão para gravar toda a entrevista por meio do telefone celular. Para o caso específico das instituições, as entrevistas serão na respectiva instituição permitindo maior colecta de informação, o que pode abrir espaço para conversar com outros funcionários e porque também permitirá a consulta de vários documentos existentes na instituição. Para as mulheres beneficiárias e não beneficiárias do financiamento, o local da conversa será seleccionado por elas mesmas devendo ser calmo e isolado para garantir privacidade do entrevistado e os dados facultados serão conservados de modo que sejam apenas do acesso da investigadora principal.

Aspectos éticos

A sua participação deve ser inteiramente voluntária. Não será usado nenhum meio para obrigá-lo a participar do estudo e não haverá nenhuma sanção se optar por não participar. Do mesmo modo, se aceitar participar, poderá desistir ao longo da realização do estudo sem que nenhuma sanção lhe seja aplicada.

Durante a sua participação, solicitamos que responda as perguntas da entrevista que lhe serão colocadas e autorize-nos a usar os dados que serão gravados. Apenas a investigadora principal terá acesso a estes dados.

Durante a entrevista, se por acaso o inquirido não se sentir confortável com as perguntas feitas e não quiser responder, o mesmo poderá informar, sendo assim poderá se passar para outra pergunta, podendo também a mesma ser reformulada ou mesmo se parar com a entrevista.

Todos os dados que lhe identificam serão tratados de forma confidencial. O seu nome não constará do relatório deste trabalho, nem nas publicações a serem realizadas (excepto das instituições).

Os resultados deste trabalho irão servir apenas para a dissertação do mestrado em Sociologia do Desenvolvimento e em futuros estudos relacionados com o tema, com vista a perceber questões relacionadas ao género, sobre tudo com a inclusão das mulheres nas oportunidades de financiamento de projectos de investigação científica.

Não haverá qualquer benefício que lhe será atribuído por aceitar participar do estudo que não seja estar a partilhar suas experiências e poder expressar abertamente as suas opiniões sobre os critérios de elegibilidade à participação das mulheres no financiamento de projectos de investigação científica no Fundo Nacional de Investigação.

Caso esteja interessado nos resultados deste estudo, poderá encontrar disponíveis no <http://www.repositorio.uem.mz>, premium@academia-mail.com. É só solicitar, que lhe será disponibilizado. Mas caso queira obter uma cópia, pode ligar ou enviar um email para os endereços a seguir da investigadora: liessyaissa@gmail.com, ou pelo número 842355635 – Liesse Aissa, investigadora principal, ou localizar na Faculdade de Letras e Ciências Sociais- Departamento de Sociologia da UEM.

Declaração do Consentimento

Código do participante (Iniciais do nome): _____

Tendo eu sido convidado a participar no estudo: “Critérios de Elegibilidade à Participação das Mulheres no Financiamento de Projectos de Investigação Científica no Fundo Nacional de Investigação (2006-2020)” eu _____, declaro que:

1. Fui informado de forma satisfatória que a presente pesquisa tem por finalidade recolher dados sobre “Critérios de Elegibilidade à Participação das Mulheres no Financiamento de Projectos de Investigação Científica no Fundo Nacional de Investigação (2006-2020)”
2. Fui devidamente esclarecido da natureza da minha participação nesta pesquisa, dos riscos e benefícios que dela decorrem;
3. Compreendi que não receberei nenhuma recompensa material nem monetária por participar do estudo;
4. Fui devidamente esclarecido do direito que tenho em me retirar do estudo a qualquer momento sem qualquer prejuízo.
5. Compreendi também que se tiver perguntas, poderei fazer contactando a qualquer momento a Sra. Liesse Aissa, investigadora principal neste estudo, através dos endereços: email, liessyaissa@gmail.com, ou pelo número telefónico 842355635

Eu concordo com a gravação da entrevista Sim Não .

Aceita fazer parte do estudo? **Sim** **Não**

Assinatura do participante:

.....

Assinatura do trabalhador do campo:

.....

Código do trabalhador do campo: |_|_|_|_| **Data:**/...../.....